

Volume Único

ASSIS/SP

PANORAMA

SOCIOTERRITORIAL



Mapeamento dos Indicadores
Socioterritoriais do Município de Assis/SP



ASSIS/SP

PANORAMA

SOCIOTERRITORIAL



**Mapeamento dos Indicadores
Socioterritoriais do Município de Assis/SP**



Assis/SP
Panorama
Socioterritorial



ASSIS/SP

PANORAMA

SOCIOTERRITORIAL



Mapeamento dos Indicadores Socioterritoriais do Município de Assis/SP



Realização:



Idealização:



Apoio



SECRETARIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA
SOCIAL



PREFEITURA DE
Assis
#Justos por um novo tempo

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Painel Pesquisas e Consultoria

Ficha Técnica – Núcleo Pilões

Direção executiva e coordenação geral

Ermelinda Maria Uber J. – Corecon/SC 2.556-9

Maria Helena Provenzano. – CRESS/SC 008886

Coordenação Técnica

Dra. Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi

Comunicação

Rafael Uber – DRT/SC 11048/48

Gerente do projeto

Margareth Victória Kolb

Sistema

Felipe D" Avila – Engenheiro de Dados

Coordenação da Coleta de Dados

Deise de Souza Barros

Auditoria e monitoramento dos dados

Camila de Paula Bandeira da Silveira

Enzo Alegre Nunes

Padronização e Análise Estatística

Alan Patrick Xavier – Analista de dados

Camila de Paula Bandeira da Silveira

Enzo Alegre Nunes

Revisão Técnica e Orientação de Texto

Deise de Souza Barros

Ermelinda Maria Uber Januário

Administração e Financeiro

Diana Maria Garbin

Larissa Christina Siedschlag

Projeto Gráfico

Isabela Bortoletto Bozzola

Rafael Uber – DRT/SC 11048/48

Criação de Marca

Rafael Uber – DRT/SC 11048/48

Fotografias

Prefeitura Municipal de Assis/SP

Editoração

Núcleo Criativo Painel

www.painelpesquisas.com.br

Software

Sistema de Padronização e Análise (SiPA)

Desenvolvido pela Painel Pesquisas e Consultoria é um aplicativo referência em padronização e análise de dados estatísticos, representados em mapas coropléticos, em regiões geográficas como bairros, municípios e outros territórios de interesse. Sistema operacional Linux (Ubuntu, CentOS ou Debian), Banco de dados relacional PostgreSQL,MySQL.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	6
1. APRESENTAÇÃO	11
2. NOTAS METODOLÓGICAS	13
2.1. DIVISÃO TERRITORIAL	13
2.2. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	16
2.2.1. INDICADORES SOCIAIS	16
2.2.2. TABELAS, GRÁFICOS E INFOGRÁFICOS	19
2.2.3. MAPAS SOCIAIS	20
2.3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022 POR SETOR CENSITÁRIO	21
3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO	23
4. PERFIL DEMOGRÁFICO	26
4.1. DENSIDADE DOMICILIAR	30
4.2. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 0 A 9 ANOS	31
4.3. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 10 A 19 ANOS	32
4.4. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 20 A 29 ANOS	33
4.5. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 30 A 59 ANOS	34
4.6. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 60 ANOS OU MAIS	35
4.7. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	36
4.8. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DO PERFIL DEMOGRÁFICO	37
5. PERFIL SOCIOECONÔMICO	38
5.1. RENDA NOMINAL <i>PER CAPITA</i> (IBGE, 2010)	39
5.1.1. RENDA <i>PER CAPITA</i> DOMICILIAR DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO	40
5.1.2. RENDA <i>PER CAPITA</i> DOMICILIAR DE ATÉ 1/4 DE SALÁRIO MÍNIMO	41

5.1.3.	RENDA <i>PER CAPITA</i> DOMICILIAR DE ATÉ 1/8 DE SALÁRIO MÍNIMO	42
5.2.	ADOLESCENTES RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO	43
5.3.	RAZÃO DE DEPENDÊNCIA JOVEM	44
5.4.	UNIDADES MONOPARENTAIS FEMININAS.....	45
5.5.	UNIDADES MONOPARENTAIS MASCULINAS.....	46
5.6.	UNIDADES DOMÉSTICAS ESTENDIDAS OU COMPOSTAS	47
5.7.	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)	48
5.8.	MAPA SOCIAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO.....	53
6.	INDICADORES RELACIONADOS A HABITAÇÃO	54
6.1.	DOMICÍLIOS SEM ENERGIA ELÉTRICA (IBGE, 2010).....	56
6.2.	DOMICÍLIOS SEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REDE GERAL.....	57
6.3.	DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO	58
6.4.	COBERTURA DA REDE GERAL OU PLUVIAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO..	59
6.5.	DOMICÍLIOS COM 5 OU MAIS MORADORES.....	60
6.6.	MAPA SOCIAL DOS INDICADORES RELACIONADOS A HABITAÇÃO.....	61
7.	INDICADORES RELACIONADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	62
7.1.	MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	65
7.2.	CENTRAL DE ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO	66
7.3.	CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) PARA PROGRAMAS SOCIAIS.....	67
7.3.1.	FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO	68
7.3.2.	FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO DESATUALIZADO	69
7.3.3.	FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO ATUALIZADO	70
7.3.4.	FAMÍLIAS COM RENDA <i>PER CAPITA</i> DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO.....	71
7.3.5.	FAMÍLIAS COM RENDA <i>PER CAPITA</i> DE ATÉ 1/4 DE SALÁRIO MÍNIMO ...	72

7.3.6.	FAMÍLIAS COM RENDA <i>PER CAPITA</i> DE ATÉ 1/8 DE SALÁRIO MÍNIMO ...	73
7.3.7.	FAMÍLIAS QUE RECEBEM PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	74
7.3.8.	FAMÍLIAS COM CRIANÇAS OU ADOLESCENTES.....	75
7.3.9.	FAMÍLIAS COM PESSOAS IDOSAS.....	76
7.3.10.	PESSOAS INSCRITAS NO CADÚNICO.....	77
7.4.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC).....	79
7.4.1.	BENEFICIÁRIOS DO BPC PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	80
7.4.2.	BENEFICIÁRIOS DO BPC PARA PESSOAS IDOSAS.....	82
7.5.	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).....	84
7.6.	CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (CCI).....	86
7.7.	UNIDADE DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE (UAM).....	87
7.8.	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	
	88	
7.9.	CASA DE PASSAGEM.....	90
7.10.	CASA DE ACOLHIMENTO.....	92
7.11.	MAPA SOCIAL DOS INDICADORES RELACIONADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL.	94
8.	INDICADORES RELACIONADOS À EDUCAÇÃO.....	96
8.1.	POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADA.....	97
8.2.	PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO.....	98
8.3.	CENSO ESCOLAR.....	99
8.3.1.	ESCOLAS E INFRAESTRUTURA.....	100
8.3.2.	ESTUDANTES MATRICULADOS.....	101
8.3.3.	DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE.....	103
8.3.4.	RENDIMENTO ESCOLAR.....	104

8.3.5.	DOMICÍLIOS POR ESCOLA NO MUNICÍPIO	106
8.4.	MAPA SOCIAL DOS INDICADORES RELACIONADOS À EDUCAÇÃO	107
9.	INDICADORES RELACIONADOS À SAÚDE	108
9.1.	SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE NASCIDOS VIVOS (SINASC)	109
9.1.1.	TAXA DE NATALIDADE	109
9.1.2.	GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA (DE ACORDO COM A OMS).....	110
9.1.3.	NASCIDOS VIVOS PREMATUROS	112
9.1.4.	NASCIDOS VIVOS COM BAIXO PESO	113
9.1.5.	NASCIDOS VIVOS COM PRÉ-NATAL INSUFICIENTE	114
9.1.6.	NASCIDOS VIVOS COM ANOMALIA CONGÊNITA	115
9.2.	SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES (SIH)	116
9.3.	SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM)	119
9.3.1.	TAXA DE MORTALIDADE	120
9.3.2.	MORTALIDADE INFANTIL.....	123
10.	INDICADORES RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS.....	124
10.1.	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	125
10.1.1.	VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA SSP/SP	126
10.1.2.	CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS.....	128
10.1.3.	MULHERES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS	130
10.1.4.	PESSOAS IDOSAS VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS	132
10.1.5.	VÍTIMAS DE ROUBO, FURTO OU ESTELIONATO	134
10.1.6.	VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	136
10.2.	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN)	138

10.2.1.	VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA REGISTRADA NO SINAN.....	139
10.3.	ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS	140
10.4.	MAPA SOCIAL DOS INDICADORES RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA	142
11.	RANKING GERAL DE INDICADORES.....	143
12.	PRINCIPAIS DESTAQUES DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.....	144
12.1.	PANORAMA DOS 42 INDICADORES POR REGIÃO	145
12.2.	PRINCIPAIS DESAFIOS POR REGIÃO	146
13.	RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	148
13.1.	CONVERGÊNCIAS E LACUNAS POR EIXO ESTRATÉGICO	151
13.2.	ANÁLISE DE PONTOS CRÍTICOS	152
14.	CONSIDERAÇÕES FINAIS: URGÊNCIA DA INTERVENÇÃO TERRITORIALIZADA EM ASSIS/SP.....	154
14.1.	O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE.....	154
14.2.	O IMPERATIVO DA EQUIDADE NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	154
14.3.	A URGÊNCIA DA AÇÃO: RISCO E VULNERABILIDADE AGUDA	155
15.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

1. APRESENTAÇÃO

A gestão pública contemporânea exige um alicerce robusto de informações para a formulação e execução de políticas que verdadeiramente atendam às necessidades da população. Nesse cenário, o conhecimento aprofundado das dinâmicas sociais e territoriais de um município torna-se indispensável. O Mapeamento dos Indicadores Socioterritoriais de Assis/SP surge como uma iniciativa estratégica para dotar a administração municipal de uma visão clara e objetiva sobre sua realidade socioassistencial. Este projeto alinha-se às diretrizes da Vigilância Socioassistencial, que preconiza a elaboração de estudos e diagnósticos capazes de ampliar o entendimento sobre os territórios, fornecendo subsídios essenciais para o aprimoramento contínuo das políticas sociais.

A complexidade das relações sociais e econômicas que se manifestam de maneira distinta em cada região, seja ela urbana ou rural, demanda uma abordagem sistemática e georreferenciada. Compreender essas particularidades é crucial para que as intervenções públicas sejam direcionadas com precisão, maximizando seu impacto e promovendo o desenvolvimento equitativo. O presente projeto reflete o compromisso com uma governança baseada em dados, fundamental para a otimização dos recursos e a construção de estratégias eficazes.

O objetivo central deste trabalho é, portanto, identificar as áreas de maior vulnerabilidade social no município de Assis/SP por meio de um mapeamento socioeconômico e georreferenciado da população. Ao fornecer este panorama detalhado, o projeto visa qualificar os processos de tomada de decisão, permitindo que as ações da gestão municipal sejam pautadas em evidências concretas. A partir dos dados e análises gerados, espera-se que o município possa elaborar estratégias de médio e longo prazo que respondam de maneira mais assertiva às necessidades das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, com foco particular nas áreas de menor renda e considerando as especificidades de cada território.

Para alcançar tais objetivos, uma metodologia robusta e cientificamente embasada será aplicada pela Painel Pesquisas e Consultoria. Esta abordagem envolverá a análise territorial do perfil socioeconômico do município, a identificação e caracterização da rede de atendimento e apoio social existente, e o levantamento de informações estratégicas a partir de diversas fontes de dados. A essência do trabalho reside na capacidade de transformar um vasto volume de informações em conhecimento acionável, permitindo a visualização dos indicadores sociais por meio de representações cartográficas e infográficos, tornando-os acessíveis e compreensíveis para todos os envolvidos no processo decisório. Essa transparência e clareza são vitais para o fortalecimento do planejamento e da execução das políticas públicas.

O projeto também contemplará a utilização de uma ferramenta tecnológica desenvolvida para auxiliar no monitoramento contínuo dos indicadores sociais. Esta ferramenta será um recurso valioso para a gestão, permitindo o acompanhamento da evolução da realidade municipal e a avaliação da eficácia das políticas implementadas ao longo do tempo. A integração e a análise desses dados por meio de tecnologia avançada são fundamentais para garantir a precisão e a eficiência necessárias ao planejamento de ações públicas.

Finalmente, os resultados obtidos por meio deste mapeamento serão apresentados e discutidos com a rede socioassistencial do município. Este diálogo é fundamental para validar as descobertas, fomentar a colaboração entre os atores sociais e iniciar um planejamento coletivo para a Vigilância Socioassistencial. A expectativa é que, a partir dessa colaboração e da inteligência gerada pelo projeto, Assis/SP possa desenvolver políticas socioassistenciais cada vez mais eficazes e alinhadas com as reais demandas de sua população.

2. NOTAS METODOLÓGICAS

A seguir, serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração deste estudo, como a divisão territorial, a coleta, o tratamento e a padronização dos dados coletados, as técnicas estatísticas utilizadas na análise e a forma de apresentação dos resultados.

2.1. DIVISÃO TERRITORIAL

A definição territorial das regiões geográficas é a primeira etapa deste importante projeto de pesquisa social, sendo imprescindível para a apresentação dos resultados, pois permite a comparação entre eles, possibilitando a identificação das potencialidades, oportunidades e fragilidades presentes em cada espaço geográfico.

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS apud SAQUET; SILVA, 2008, p. 10-11).

A importância do conceito de território na perspectiva de Santos (apud SAQUET; SILVA, 2008) está alinhada com a relevância desse conceito para a Política Pública Socioassistencial e serviços correlacionados, que visam tanto observar e compreender o território ou os territórios (e microterritórios) geográficos em que atuam, quanto considerar as especificidades de cada “chão” e as relações vivenciadas nesses espaços. Isso significa que a perspectiva adotada neste diagnóstico alterna entre as características do município e as experiências vivenciadas pelos indivíduos dentro do contexto territorial em que coexistem.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformadores para subsidiar e direcionar assertivamente as políticas públicas requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização, pautada na realidade socioeconômica do município. Isso porque os dados obtidos apenas pela média municipal

mascam as diferenças sociais e econômicas que existem entre as regiões geográficas, como bairros ou localidades do município.

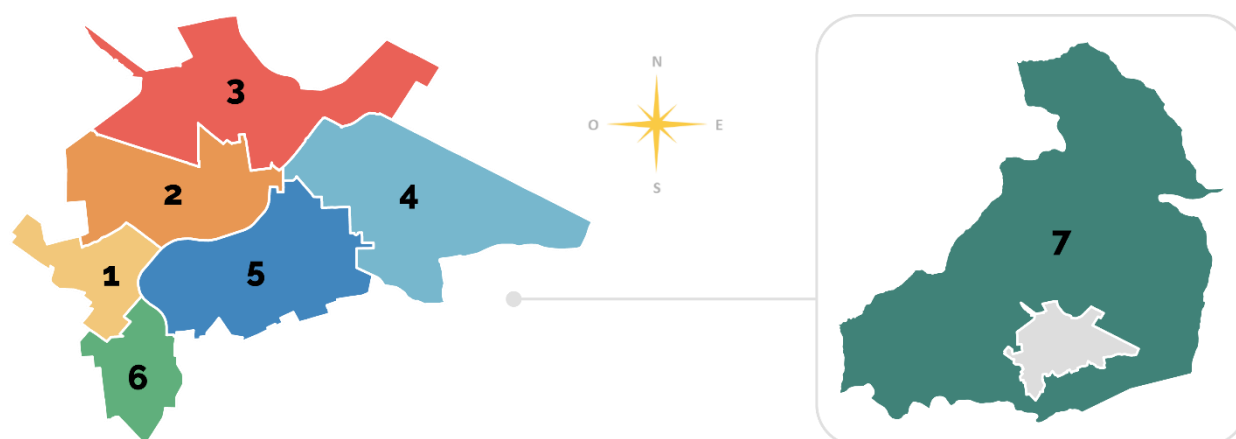
Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão das geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país, cuja sistematização e divulgação dos dados oficiais é organizada, entre outras formas, por setor censitário¹, a divisão territorial deste diagnóstico foi estruturada com base na legislação dos limites político-administrativos e nos setores censitários do IBGE.

¹ Setor Censitário é a unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

Após o estudo para identificar os territórios com perfis socioeconômicos semelhantes, a divisão territorial resultou em 7 regiões geográficas, que estão detalhadas no quadro a seguir.

Quadro 1: Composição detalhada das regiões geográficas

Região	CRAS	Bairros e localidades	Situação
1. CRAS 1	CRAS 1	Jardim Nossa Senhora de Fátima; Residencial Danusa; Vila Carvalho; Vila Nova Florínia; Vila São Benedito; Vila Souza; Vila Maria Izabel.	Urbana
2. CRAS 2.1	CRAS 2	Parque Universitário; Residencial Aquarius; Vila Cambuí; Vila Central; Vila Glória; Vila Operária; Vila Orestes; Vila Rodrigues; Vila Tênis Clube.	Urbana
3. CRAS 2.2		BNH; Centro de Desenvolvimento; Jardim Alvorada; Jardim Paraná; Parque das Acácias; Parque das Flores; Vila Nova Santana; Vila Progresso; Vila Santa Rita.	Urbana
4. CRAS 3.1	CRAS 3	Cohab Nelson Marcondes; Jardim Amaury; Jardim Europa; Jardim Monte Carlo; Jardim Paulista; Residencial Casablanca; Residencial D'Ville; Residencial Provence; Residencial Renascence; Residencial Village Damha Assis; Vila Cláudia; Vila Fiuza; Vila Ouro Verde.	Urbana
5. CRAS 3.2		Alto dos Ipês; Centro; Jardim Canadá; San Fernando Valley; Vila Adileta; Vila Clementina; Vila Independência; Vila Mercedes; Vila Ribeiro; Vila Santo Antônio; Vila Xavier; Vila Zulmira; Parque Bambu.	Urbana
6. CRAS 4	CRAS 4	Jardim 3 Américas I; Jardim 3 Américas II; Jardim Eldorado; Parque Colinas; Residencial Assis Garden; Residencial Sol Nascente; Vila Bela.	Urbana
7. RURAL	-	Zona Rural de Assis.	Rural



2.2. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados foram tratados e processados com a utilização do aplicativo estatístico georreferenciado, denominado de "Sistema de Padronização e Análise (SiPA)", desenvolvido pela empresa Painei Pesquisas e Consultoria. Além do SiPA, os dados coletados foram traduzidos com técnicas da estatística descritiva. As formas de análise utilizadas neste estudo, tem como principal finalidade traduzir e quantificar em números e representações gráficas, os aspectos da realidade socioeconômica da população residente no município de Assis. Os resultados são apresentados na forma de indicadores (mapas coropléticos) que destacam as diferenças entre as regiões geográficas (setores), e complementados por tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a visualização e a compreensão da realidade local.

2.2.1. INDICADORES SOCIAIS

Nas palavras de Jannuzzi (2004), o indicador social:

É uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Metodologicamente, os indicadores sociais consistem em taxas calculadas proporcionalmente por cem (%) ou mil (‰) habitantes, tendo como base o total da população residente - ou outro denominador pertinente - dentro de um território específico.

No exemplo a seguir, apresenta-se o indicador de índice de envelhecimento no município de Assis. Nesse caso, o numerador corresponde à população residente de 60 anos ou mais, e o denominador, à população residente de 0 a 14 anos. Pode-se observar que, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2022, Assis contava com 19.423 pessoas idosas de 60 anos ou mais, o que corresponde a 110,9% das 17.513 crianças e adolescentes de 0 a 14 anos residentes do município. Além da média geral, o indicador é desagregado, apresentando o mesmo cálculo para cada uma das regiões geográficas, o que possibilita perceber as diferenças que existem dentro do território municipal.

Exemplo 1: Índice de envelhecimento

A 2. CRAS 2.1 e a 6. CRAS 4 se destacam com o maior e menor índice de envelhecimento entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 54,4% e (-) 57,8%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 14 anos	População de 60 anos ou mais	Indicador (%)
6. CRAS 4	2.224	1.041	46,8%
1. CRAS 1	3.548	2.094	59,0%
3. CRAS 2.2	3.169	2.985	94,2%
4. CRAS 3.1	1.853	2.173	117,3%
7. RURAL	525	745	141,9%
5. CRAS 3.2	3.699	6.117	165,4%
2. CRAS 2.1	2.462	4.216	171,2%
Município	17.513	19.423	110,9%

Definição: População residente com idade de 60 anos ou mais dividido pelo total da população de 0 a 14 anos, vezes 100

Menor Valor	6. CRAS 4	46,8%
Média	Assis	110,9%
Maior Valor	2. CRAS 2.1	171,2%

3,7 vezes

Fonte: IBGE, 2022.

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Como visto no exemplo, as regiões geográficas serão agrupadas, dentro de cada indicador, por meio da classificação em *quantil* - separatriz que divide o intervalo de frequência de um conjunto de dados em partes iguais. Os *quantis* mais comuns têm nomes específicos, conforme o número de partes em que são divididos:

- *Percentil* para 100 grupos ou partes, cada uma com 1% dos dados;
- *Quintil* para 5 grupos ou partes, cada uma com 20% dos dados;
- *Tercil* para 3 grupos ou partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Dessa forma, considerando a quantidade de regiões geográficas adotada neste estudo, priorizou-se o uso do *tercil* (TRIOLA, 2013), representado por três cores, conforme descrito no quadro a seguir. Entretanto, nas situações em que houver taxas ou percentuais iguais a zero, os dados poderão ser apresentados em subdivisões menores, visando garantir maior uniformidade na classificação dos grupos.

Primeiro <i>tercil</i>	Segundo <i>tercil</i>	Terceiro <i>tercil</i>
É o agrupamento de até 33,3% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 33,3% a 66,6% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento dos valores acima de 66,6% da amostra ordenada
Baixo	Médio	Alto

Com o objetivo de evidenciar a amplitude do conjunto de dados, cada indicador será acompanhado pela razão entre o maior e o menor valor, bem como pela variação desses valores em relação à média geral, conforme o cálculo descrito a seguir. No processo de cálculo, serão desconsideradas as regiões geográficas que não apresentam nenhum registro da variável analisada.

Cálculo da diferença entre as Regiões:	Cálculo da variação em torno da média:
$Razão = \frac{Maior\ Indicador}{Menor\ Indicador}$	$Variação = \frac{ Indicador - Média }{Média} * 100$

Seguindo o exemplo anterior, observa-se que o maior índice de envelhecimento pertence à 2. CRAS 2.1 (171,2%), sendo 54,4% superior à média de 110,9%. Por outro lado, o menor valor é registrado na 6. CRAS 4 (46,8%), o que representa uma redução de 57,8% em relação à média. Além disso, a razão entre o maior e o menor valor é de 3,7 vezes.

3,7 vezes Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões	Menor Valor	6. CRAS 4	46,8%
	Média	Assis	110,9%
	Maior Valor	2. CRAS 2.1	171,2%

2.2.2. TABELAS, GRÁFICOS E INFOGRÁFICOS

Além dos indicadores sociais, serão apresentadas informações complementares por meio de tabelas, gráficos e infográficos. As tabelas, na maioria dos casos, serão: I) simples, com até três categorias; II) simples, com mais de três categorias; ou III) compostas.

No caso das tabelas simples com até três categorias, o quantitativo de cada variável será dividido pelo total geral, e a tabela será acompanhada por um gráfico de disco. Para as tabelas com mais de três categorias, a lógica se mantém, com a exceção de que, nesse caso, elas virão acompanhadas por um gráfico de barras. Já as tabelas compostas são utilizadas com o propósito de cruzar variáveis dentro do mesmo conjunto de dados, onde cada quantitativo estará compreendido entre duas variáveis e poderá ser dividido pelo total de cada uma delas ou pelo total geral, dependendo do que a análise pretende evidenciar. Esse tipo de tabela será apresentado junto a um gráfico de barras empilhadas.

2.2.3. MAPAS SOCIAIS

Neste relatório, as informações serão subdivididas em macro eixos temáticos. Ao final de cada eixo, quando possível, será apresentado o Mapa Social dos indicadores sociais correspondentes. O Mapa Social compilará um conjunto de indicadores, quantificando, por região geográfica, as taxas superiores² à média municipal em cada indicador, possibilitando uma visão ampla dos resultados apresentados ao longo do eixo. Nesse quadro, as regiões geográficas estarão dispostas nas linhas, enquanto os indicadores estarão nas colunas. Os valores inferiores à média serão destacados em uma cor mais clara, e a pior taxa de cada indicador será destacada em uma cor mais escura. Na coluna final, o somatório de indicadores acima da média será dividido pelo total de indicadores analisados, gerando um percentual que também será classificado por *tercil*, conforme explicado anteriormente.

Além dos Mapas Sociais presentes em cada eixo, ao final do relatório será apresentado o Ranking Geral de indicadores, que seguirá a mesma lógica dos Mapas Sociais. No entanto, dessa vez, o somatório de indicadores acima da média em todos os eixos será dividido pelo total de indicadores analisados ao longo de todo o relatório, proporcionando uma visão ainda mais ampla, contemplando todos os resultados levantados pelo estudo.

² Em alguns casos, o Mapa Social contabilizará as taxas inferiores à média, enquanto em outros contabilizará as taxas superiores, conforme a interpretação do indicador. Por exemplo, no caso de renda, quanto menor a renda, maior a vulnerabilidade, devendo-se contabilizar os valores inferiores à média. Já no caso de vítimas de violência, quanto maior o número de vítimas, maior a vulnerabilidade, sendo necessário contabilizar os valores superiores à média. O critério adotado em cada caso será indicado no Mapa Social com os símbolos de "menor que" (<) e "maior que" (>).

2.3. ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022 POR SETOR CENSITÁRIO

Os dados do Censo Demográfico de 2022 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em nível de setor censitário (utilizados para a construção dos indicadores georreferenciados por região geográfica) apresentam particularidades metodológicas que impõem algumas limitações às análises.

A variável “idade” encontra-se divulgada em faixas etárias quinquenais - 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, e assim sucessivamente -, o que restringe a possibilidade de recortes etários mais precisos nesse nível territorial. Dessa forma, para a construção de indicadores populacionais relativos, por exemplo, à população de 0 a 17 anos, adotou-se como aproximação metodológica a soma das faixas etárias de 0 a 4, 5 a 9, 10 a 14 e 15 a 19 anos, utilizando-se, portanto, o total da população de 0 a 19 anos como denominador, por se tratar da agregação mais próxima possível aos dados disponíveis.

Além disso, os dados agregados por setor censitário estão sujeitos a procedimentos de proteção do sigilo dos informantes. Nos setores com menos de cinco domicílios particulares permanentes, há omissão da maior parte das variáveis, sendo preservadas apenas informações estruturais, como identificação geográfica, número de domicílios e população total, com os dados suprimidos indicados pelo símbolo “X”. Mesmo nos setores que não se enquadram nesse critério, aplicam-se técnicas de anonimização, como a recodificação global — que agrupa categorias de variáveis para evitar frequências muito baixas (iguais a 1 ou 2) — e a substituição dessas ocorrências residuais também pelo símbolo “X”.

Em razão desses procedimentos, podem ocorrer pequenas divergências entre os totais apurados nas bases agregadas por setor censitário e os totais divulgados para unidades territoriais de maior abrangência, como o total do município. Tais diferenças decorrem exclusivamente dos critérios de preservação do sigilo estatístico adotados pelo IBGE, não representando inconsistências nos dados.

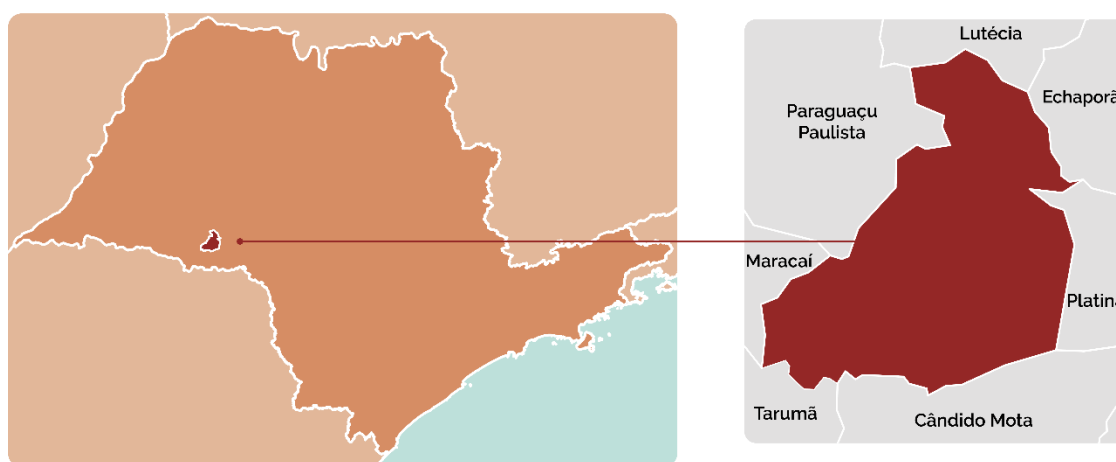
Para mais informações sobre os procedimentos de divulgação, anonimização e estruturação dos dados por setor censitário, recomenda-se a consulta às notas metodológicas disponibilizadas pelo IBGE no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41773&t=notas-tecnicas>

3. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Assis é um município brasileiro situado no estado de São Paulo, na região Sudeste do país, localizado a 434 km da capital paulista. O município possui uma área total de 460,6 km² e uma população residente de 101.409 habitantes (IBGE, 2022), resultando em uma densidade demográfica de 220,16 hab./km².

Mapa 1: Localização do município



A história de Assis remonta à segunda metade do século XIX, quando os primeiros desbravadores mineiros se estabeleceram na região entre os rios Paraná, Paranapanema, Peixe e Pardo. O pioneiro José Teodoro de Souza chegou em 1855, tomando posse de vastas terras e fundando os povoados de Campos Novos do Paranapanema e Conceição de Monte Alegre, atualmente distrito de Paraguaçu Paulista.

Entre os que se fixaram na região, destaca-se o Capitão Francisco de Assis Nogueira, natural de Baependi (MG), que adquiriu parte das terras de José Teodoro e, em 1º de julho de 1905, doou 80 alqueires para a constituição de um patrimônio religioso. A doação foi recebida pela Paróquia de Campos Novos do Paranapanema sob invocação do Sagrado Coração de Jesus, São Francisco de Assis e Obra Pia do Pão de Santo Antônio. O pequeno povoado que se formou em torno da modesta capela de pau-a-pique ergueu-se no local onde hoje está a Catedral de Assis, tomando o nome do seu benfeitor.

Nos primeiros tempos, a economia local baseava-se na agricultura de subsistência e na criação de porcos, com destaque para as plantações de milho e fumo. Os antigos caminhos utilizados por tropeiros e carreiros, vindos de Campos Novos e passando por diversos córregos e rios da região, influenciaram a localização do futuro núcleo urbano. Um desses pontos de parada era justamente a área próxima ao atual Museu Histórico de Assis, onde existia uma pousada utilizada pelos viajantes.

O desenvolvimento do povoado ganhou novo impulso com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana. O traçado ferroviário, que inicialmente passava longe de Campos Novos e Platina, foi desviado para alcançar Assis, favorecendo sua expansão. A expectativa pela chegada dos trilhos atraiu trabalhadores e impulsionou atividades comerciais e de serviços. Em 1913, já existiam padarias, armazéns, serrarias, olarias e o primeiro consultório médico, do Dr. José Vieira da Cunha e Silva, além da instalação da primeira escola particular.

A chegada efetiva da ferrovia em 1914 consolidou Assis como importante ponto de ligação regional. A elevação à categoria de município foi oficializada pela Lei Estadual nº 1.581, de 20 de dezembro de 1917, com instalação em março de 1918, desmembrando-se de Platina. O novo território abrangia as fazendas Taquaral e Fortuna, áreas doadas ou adquiridas pelos primeiros fundadores.

Ao longo das décadas seguintes, Assis consolidou-se como um polo regional, especialmente nas áreas da educação e da saúde. Na década de 1930, surgiram o Seminário Diocesano e o Colégio Santa Maria, ambos vinculados à Igreja Católica, que exerceu forte influência sobre o desenvolvimento urbano e social do município. O Ginásio de Assis, a Escola de Comércio São Luiz e o Externato Sagrado Coração de Jesus contribuíram para o fortalecimento da educação formal. Em 1958, foi criado o Instituto Isolado de Ensino Superior, embrião da atual Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp - Campus de Assis), marco na consolidação da cidade como centro educacional do oeste paulista.

Na área da saúde, a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1919 e inaugurada em 1920, tornou-se referência regional. Com o apoio da Mitra Diocesana e da comunidade local, o hospital recebeu sucessivas melhorias e abrigou profissionais de grande importância para a medicina regional. Na gestão do prefeito José Augusto Ribeiro (1948 - 1951), foi implantado o Hospital Regional da Sorocabana, ampliando os serviços voltados aos trabalhadores ferroviários.

Em 1919, Assis também passou a sediar a Comarca, transferida de Campos Novos Paulista, o que reforçou seu papel administrativo e jurídico na região. O primeiro juiz foi Joaquim Smith de Vasconcelos, e no mesmo período foi instalada a primeira Delegacia de Polícia. A influência da Igreja Católica se estendia além do campo religioso, determinando inclusive o traçado das vias urbanas e a organização fundiária, uma vez que a instituição era proprietária de grande parte das terras urbanas.

Nas décadas seguintes, o crescimento urbano ocorreu de forma acelerada, mas sem um planejamento adequado de parcelamento do solo, o que resultou em problemas ambientais, como erosões urbanas. Apesar desses desafios, Assis manteve-se como um município próspero, com forte presença nos setores educacional, de serviços e de saúde, além de conservar sua relevância histórica e cultural no interior paulista.

O aniversário de Assis é comemorado em 1º de julho, data que remete à doação das terras por Francisco de Assis Nogueira, marco fundador da cidade. Hoje, o município se destaca como um importante centro regional, que alia tradição, religiosidade e desenvolvimento, preservando em sua memória o legado dos pioneiros que transformaram uma simples pousada de tropeiros em uma cidade dinâmica e acolhedora.

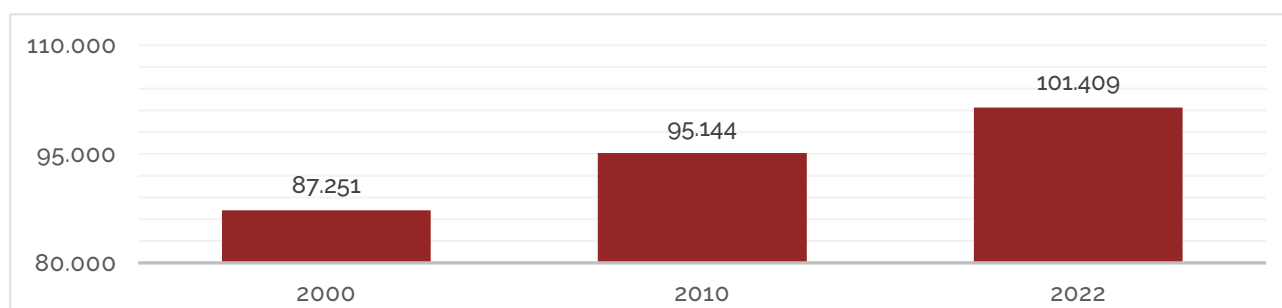
4. PERFIL DEMOGRÁFICO

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao censo demográfico, a população residente do município registrou um aumento de 9,0% entre os anos de 2000 e 2010, passando de 87.251 para 95.144 habitantes no período. Dados mais recentes, referentes ao ano de 2022, mostram que houve novo aumento de 6,6% desde 2010, resultando em uma população residente de 101.409 habitantes.

Tabela 1: População residente por ano

Ano	2000	2010	2022
População	87.251	95.144	101.409
Varição	-	+ 9,0%	+ 6,6%

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.



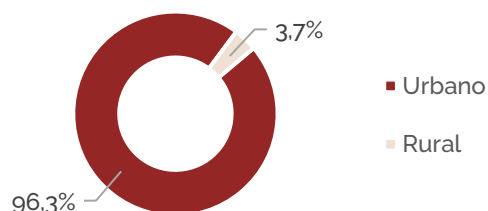
População residente por situação do domicílio (urbano/rural)

Com relação à distribuição da população residente de Assis, 96,3% dos habitantes residem em áreas urbanas, enquanto 3,7% residem em áreas rurais. O percentual de população residente em áreas rurais de Assis é maior que o do estado de São Paulo (3,2%), porém menor que a média nacional (12,6%).

Tabela 2: População residente por situação do domicílio

Situação do domicílio	Quant.	(%)
Urbana	97.630	96,3%
Rural	3.779	3,7%
Total	101.409	100,0%

Fonte: IBGE, 2022.



População na região rural	
Assis	3,7%
São Paulo	3,2%
Brasil	12,6%

Fonte: IBGE, 2022.

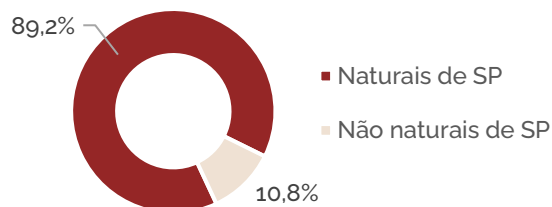
População residente por naturalidade

Com relação à naturalidade, apenas 10,8% da população residente de Assis não é natural do Estado de São Paulo.

Tabela 3: Naturalidade em relação à UF

Naturalidade	Quant.	(%)
Naturais de São Paulo	90.497	89,2%
Não naturais de São Paulo	10.912	10,8%
Total	101.409	100,0%

Fonte: IBGE, 2022.



População residente por sexo

De maneira geral, as estatísticas indicam distribuição homogênea entre os sexos, com uma ligeira predominância da população feminina, que representa 51,9% da população residente, enquanto a população do sexo masculino corresponde a 48,1%. Essa distribuição variou pouco ao longo dos anos.

Tabela 4: População residente por sexo

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	52.583	51,9%
Masculino	48.826	48,1%
Total	101.409	100,0%

Fonte: IBGE, 2022.

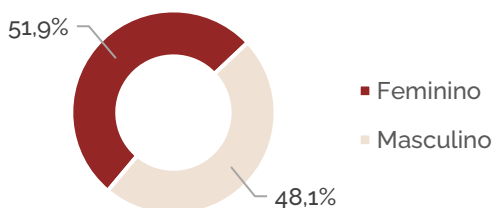
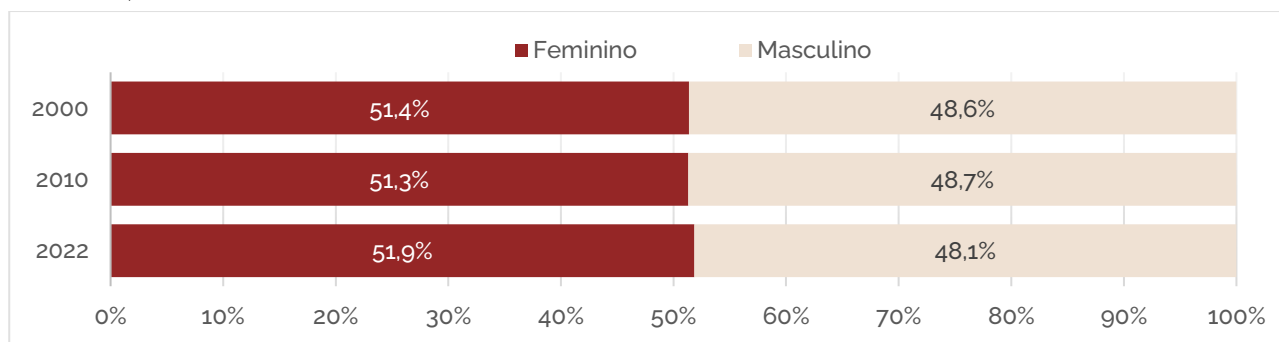


Tabela 5: População residente por sexo e ano

Ano	Feminino		Masculino		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
2000	44.813	51,4%	42.438	48,6%	87.251	100,0%
2010	48.827	51,3%	46.317	48,7%	95.144	100,0%
2022	52.583	51,9%	48.826	48,1%	101.409	100,0%

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.



População residente por faixa etária

Quanto à estrutura etária, segundo os dados do censo de 2022, do total da população residente no município, 20,9% são crianças ou adolescentes (de 0 a 17 anos), 59,9% são jovens ou adultos (de 18 a 59 anos) e 19,2% são pessoas idosas (de 60 anos ou mais).

Tabela 6: População residente por faixa etária

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 17 anos	21.146	20,9%
De 18 a 59 anos	60.840	59,9%
De 60 anos ou mais	19.423	19,2%
Total	101.409	100,0%

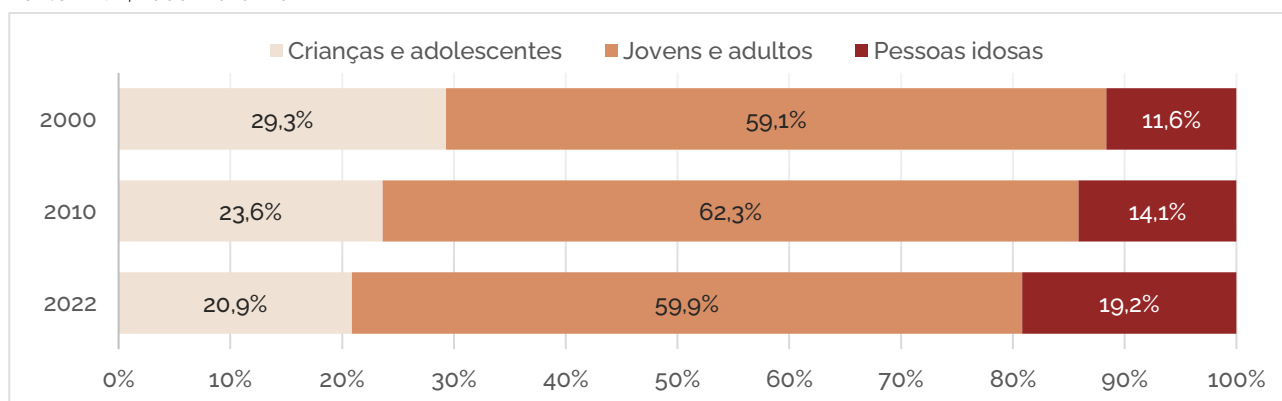
Fonte: IBGE, 2022.

Abrindo essa informação ao longo dos anos, é possível perceber uma grande mudança nos extremos da estrutura etária. A população de crianças e adolescentes diminuiu, passando de 29,3%, em 2000, para 20,9%, em 2022, enquanto a população idosa aumentou de 11,6% para 19,2%, no mesmo período. As faixas etárias da população, bem como o índice de envelhecimento e densidade domiciliar, serão exploradas individualmente, por região geográfica, em indicadores posteriores.

Tabela 7: População residente por faixa etária e ano

Ano	Crianças e adolescentes		Jovens e adultos		Pessoas idosas		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
2000	25.556	29,3%	51.553	59,1%	10.142	11,6%	87.251	100,0%
2010	22.500	23,6%	59.198	62,2%	13.446	14,1%	95.144	100,0%
2022	21.146	20,9%	60.840	59,9%	19.423	19,2%	101.409	100,0%

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.



População residente por raça ou cor

No que diz respeito à raça ou cor, 70,5% dos residentes identificam-se como brancos, seguidos por pardos, que representam 24,5% da população, e pretos, com 4,3%. A presença de indígenas (pessoas que pertencem a povos indígenas ou se reconhecem como tais, ainda que não vivam em terras indígenas) e de amarelos (pessoas de origem oriental, como chineses, japoneses, coreanos ou seus descendentes) na população residente é pequena, representando menos de um por cento do total.

Tabela 8: População residente por raça ou cor

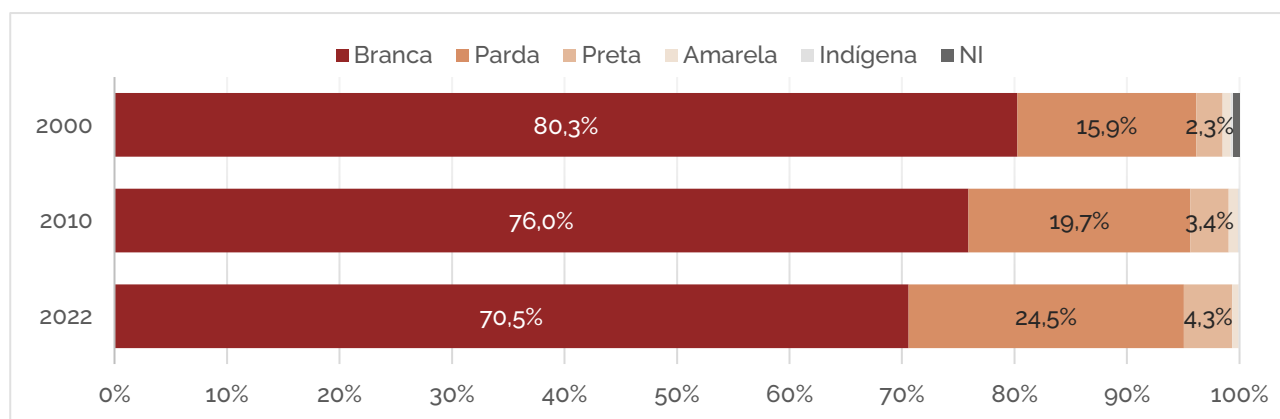
Raça ou cor	Quant.	(%)
Branca	71.594	70,5%
Parda	24.799	24,5%
Preta	4.362	4,3%
Amarela	582	0,6%
Indígena	72	0,1%
Total	101.409	100,0%

Fonte: IBGE, 2022.

Tabela 9: População residente por raça ou cor e ano

Ano	2000		2010		2022	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Branca	70.035	80,3%	72.204	76,0%	71.594	70,5%
Parda	13.870	15,9%	18.773	19,7%	24.799	24,5%
Preta	2.046	2,3%	3.249	3,4%	4.362	4,3%
Amarela	616	0,7%	781	0,8%	582	0,6%
Indígena	170	0,2%	137	0,1%	72	0,1%
Não informado	514	0,6%	-	-	-	-

Fonte: IBGE, 2000/2010/2022.



4.1. DENSIDADE DOMICILIAR

A 7. RURAL e a 5. CRAS 3.2 se destacam com a maior e menor densidade domiciliar entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 44,0% e (-) 7,1%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	População residente	Densidade Domiciliar
	5. CRAS 3.2	10.073	24.863	2,47
	2. CRAS 2.1	6.702	16.874	2,52
	4. CRAS 3.1	4.486	11.711	2,61
	3. CRAS 2.2	6.703	17.640	2,63
	1. CRAS 1	5.682	16.160	2,84
	6. CRAS 4	3.339	9.664	2,89
	7. RURAL	1.175	4.497	3,83
	Município	38.179	101.409	2,66

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente total dividido pelo total de domicílios particulares ocupados

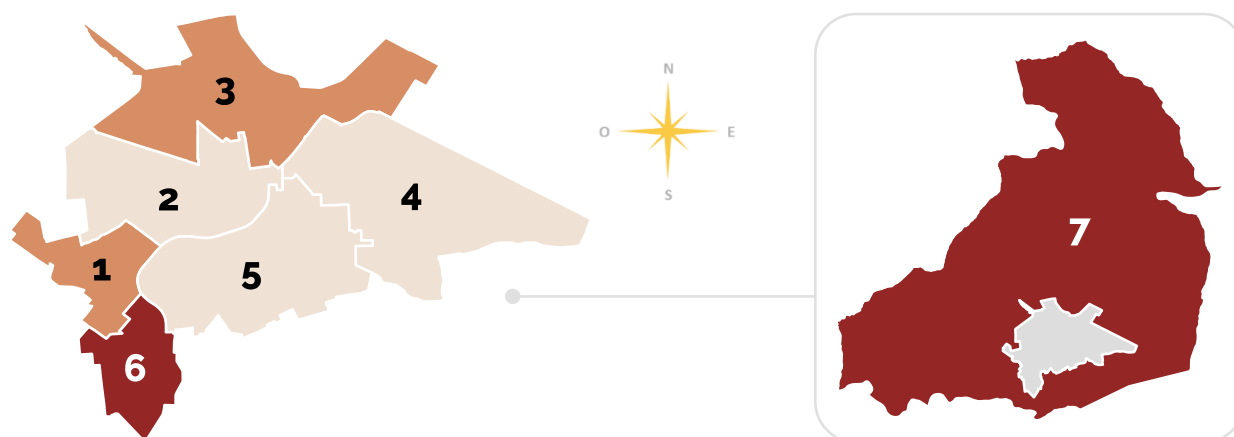
Menor Valor	5. CRAS 3.2	2,47
Média	Assis	2,66
Maior Valor	7. RURAL	3,83

1,5 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

4.2. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 0 A 9 ANOS

A 6. CRAS 4 e a 7. RURAL se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 0 a 9 anos entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 33,6% e (-) 38,9%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População residente	População de 0 a 9 anos	Indicador (%)
	7. RURAL	4.497	309	6,9%
	2. CRAS 2.1	16.874	1.625	9,6%
	5. CRAS 3.2	24.863	2.446	9,8%
	4. CRAS 3.1	11.711	1.171	10,0%
	3. CRAS 2.2	17.640	2.067	11,7%
	1. CRAS 1	16.160	2.356	14,6%
	6. CRAS 4	9.664	1.460	15,1%
	Município	101.409	11.455	11,3%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 0 a 9 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

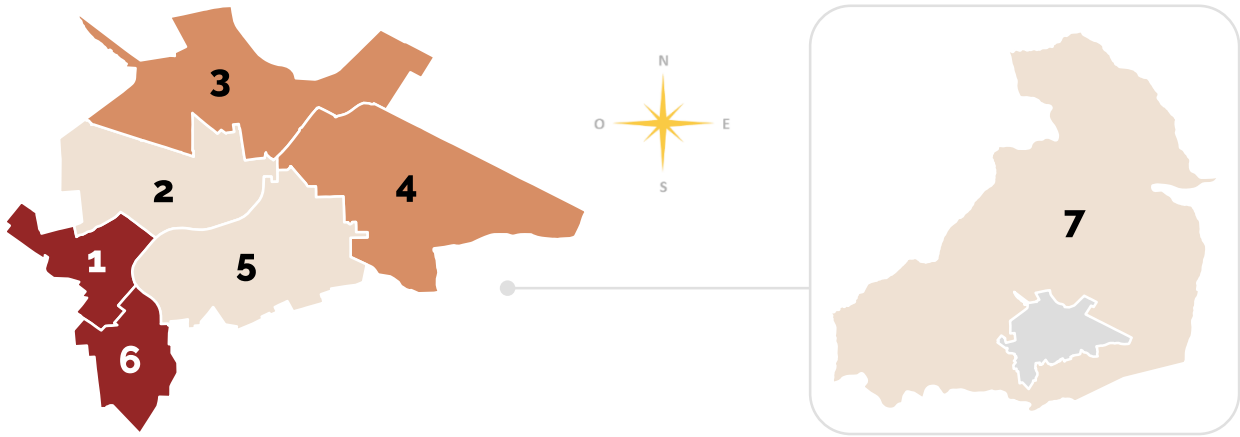
Menor Valor	7. RURAL	6,9%
Média	Assis	11,3%
Maior Valor	6. CRAS 4	15,1%

2,2 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

4.3. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 10 A 19 ANOS

A 6. CRAS 4 e a 7. RURAL se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 10 a 19 anos entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 28,3% e (-) 30,8%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	População de 10 a 19 anos	Indicador (%)
7. RURAL	4.497	373	8,3%
5. CRAS 3.2	24.863	2.547	10,2%
2. CRAS 2.1	16.874	1.777	10,5%
4. CRAS 3.1	11.711	1.382	11,8%
3. CRAS 2.2	17.640	2.180	12,4%
1. CRAS 1	16.160	2.347	14,5%
6. CRAS 4	9.664	1.491	15,4%
Município	101.409	12.124	12,0%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 10 a 19 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

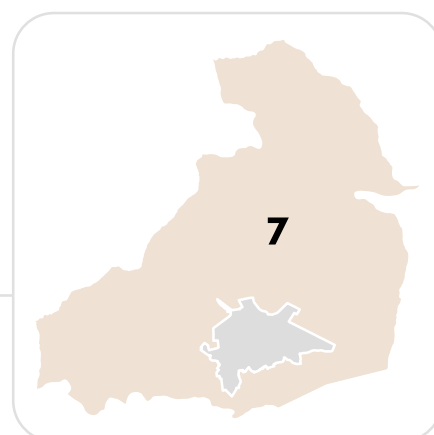
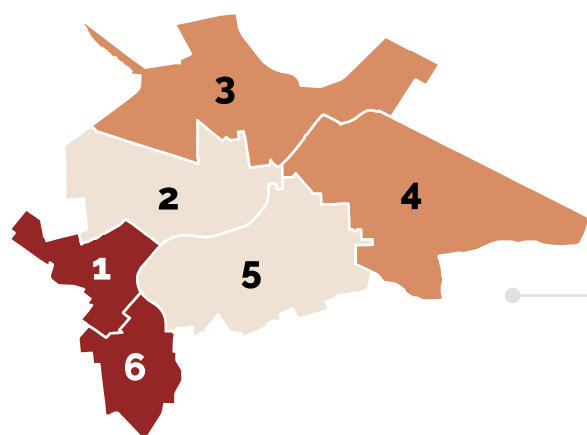
Menor Valor	7. RURAL	8,3%
Média	Assis	12,0%
Maior Valor	6. CRAS 4	15,4%

1,9 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

4.4. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 20 A 29 ANOS

A 7. RURAL e a 5. CRAS 3.2 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 20 a 29 anos entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 40,4% e (-) 13,5%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População residente	População de 20 a 29 anos	Indicador (%)
	5. CRAS 3.2	24.863	3.034	12,2%
	4. CRAS 3.1	11.711	1.455	12,4%
	2. CRAS 2.1	16.874	2.198	13,0%
	3. CRAS 2.2	17.640	2.529	14,3%
	6. CRAS 4	9.664	1.539	15,9%
	1. CRAS 1	16.160	2.607	16,1%
	7. RURAL	4.497	890	19,8%
	Município	101.409	14.268	14,1%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 20 a 29 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

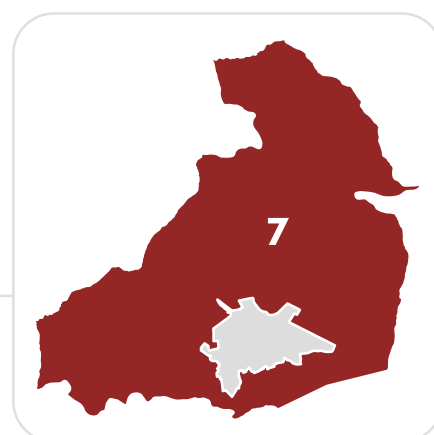
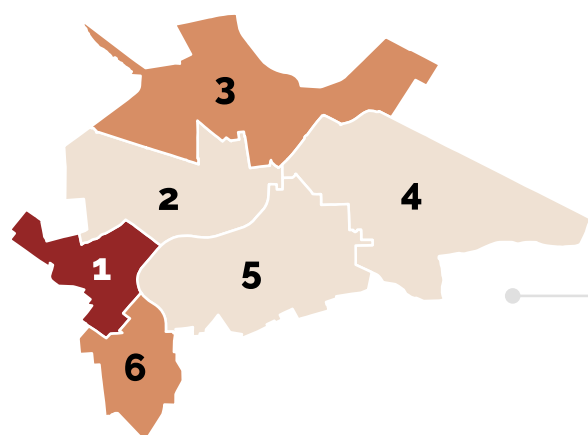
Menor Valor	5. CRAS 3.2	12,2%
Média	Assis	14,1%
Maior Valor	7. RURAL	19,8%

1,6 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

4.5. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 30 A 59 ANOS

A 4. CRAS 3.1 e a 2. CRAS 2.1 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 30 a 59 anos entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 8,5% e (-) 3,9%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	População de 30 a 59 anos	Indicador (%)
2. CRAS 2.1	16.874	7.054	41,8%
1. CRAS 1	16.160	6.756	41,8%
6. CRAS 4	9.664	4.113	42,6%
5. CRAS 3.2	24.863	10.711	43,1%
3. CRAS 2.2	17.640	7.868	44,6%
7. RURAL	4.497	2.103	46,8%
4. CRAS 3.1	11.711	5.525	47,2%
Município	101.409	44.139	43,5%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 30 a 59 anos dividido pelo total da população residente, vezes 100

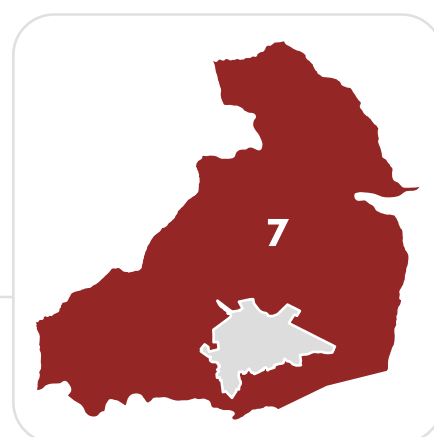
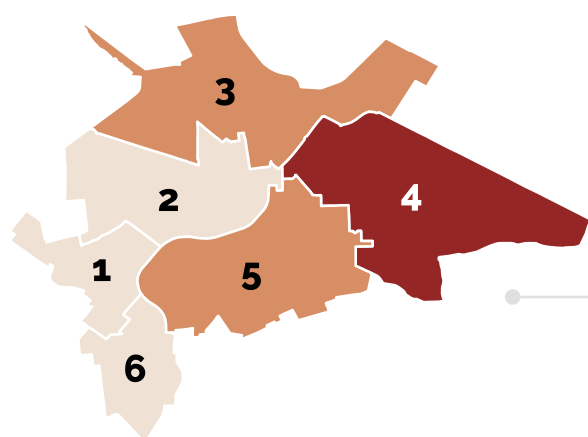
Menor Valor	2. CRAS 2.1	41,8%
Média	Assis	43,5%
Maior Valor	4. CRAS 3.1	47,2%

1,1 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
			7	-	Zona rural de Assis.

4.6. POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE DE 60 ANOS OU MAIS

A 2. CRAS 2.1 e a 6. CRAS 4 se destacam com o maior e menor percentual da população residente com idade de 60 anos ou mais entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 30,2% e (-) 43,7%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População residente	População de 60 anos ou mais	Indicador (%)
	6. CRAS 4	9.664	1.041	10,8%
	1. CRAS 1	16.160	2.094	13,0%
	7. RURAL	4.497	745	16,6%
	3. CRAS 2.2	17.640	2.985	16,9%
	4. CRAS 3.1	11.711	2.173	18,6%
	5. CRAS 3.2	24.863	6.117	24,6%
	2. CRAS 2.1	16.874	4.216	25,0%
	Município	101.409	19.423	19,2%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 60 anos ou mais dividido pelo total da população residente, vezes 100

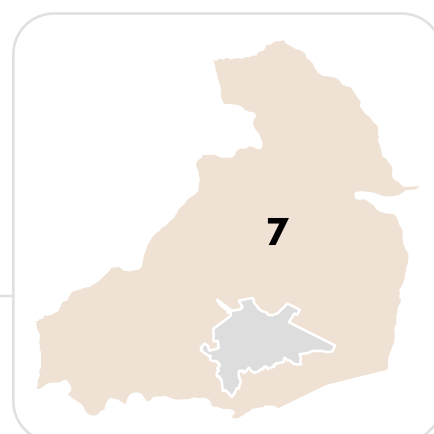
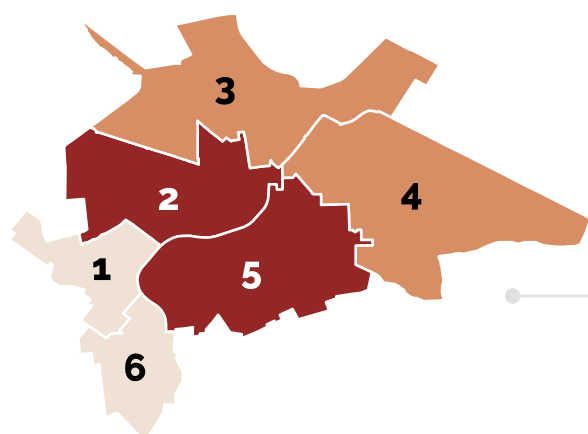
Menor Valor	6. CRAS 4	10,8%
Média	Assis	19,2%
Maior Valor	2. CRAS 2.1	25,0%

2,3 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

4.7. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

A 2. CRAS 2.1 e a 6. CRAS 4 se destacam com o maior e menor índice de envelhecimento entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 54,4% e (-) 57,8%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 14 anos	População de 60 anos ou mais	Indicador (%)
6. CRAS 4	2.224	1.041	46,8%
1. CRAS 1	3.548	2.094	59,0%
3. CRAS 2.2	3.169	2.985	94,2%
4. CRAS 3.1	1.853	2.173	117,3%
7. RURAL	525	745	141,9%
5. CRAS 3.2	3.699	6.117	165,4%
2. CRAS 2.1	2.462	4.216	171,2%
Município	17.513	19.423	110,9%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 60 anos ou mais dividido pelo total da população de 0 a 14 anos, vezes 100

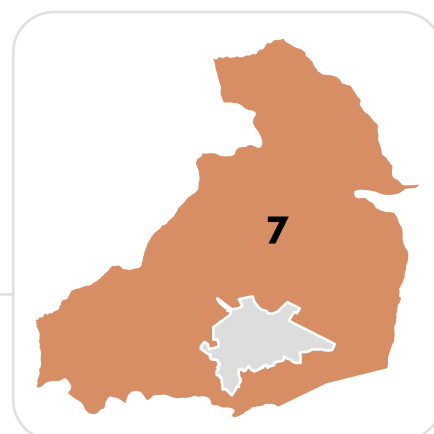
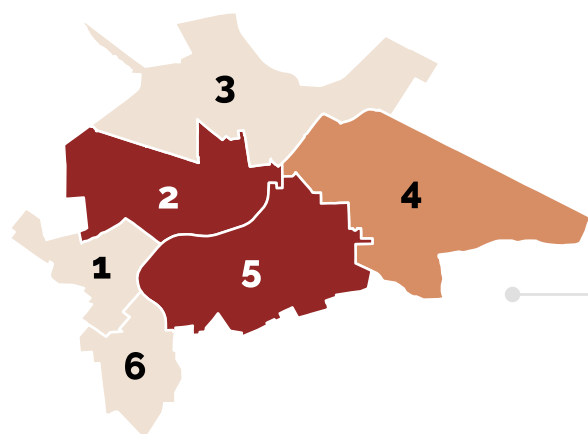
Menor Valor	6. CRAS 4	46,8%
Média	Assis	110,9%
Maior Valor	2. CRAS 2.1	171,2%

3,7 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

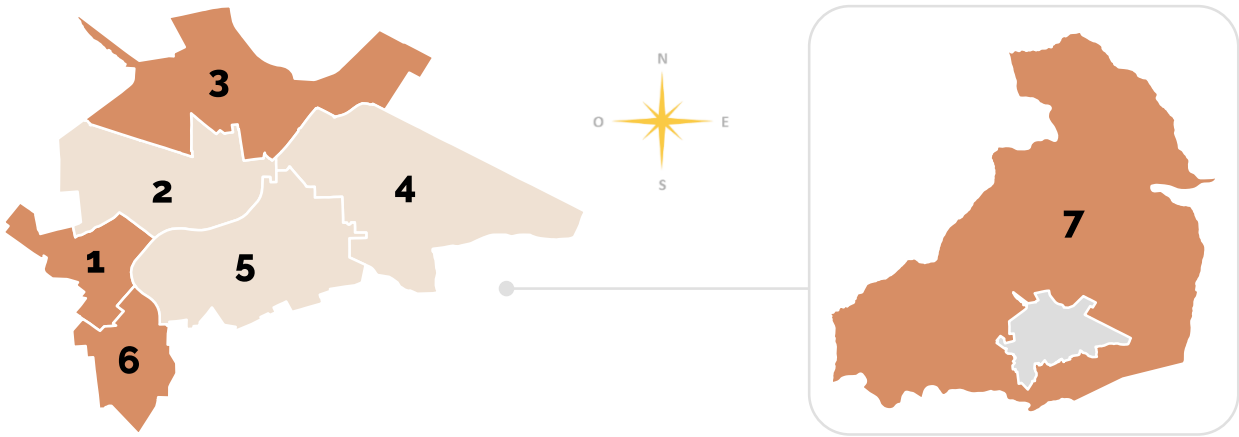
4.8. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DO PERFIL DEMOGRÁFICO

Classificação Tercil	Indicadores do Perfil Demográfico – 7 Indicadores									
	Média Geral	2,66	11,3%	12,0%	14,1%	43,5%	19,2%	110,9%	Classificação Total	
		>	>	>	>	>	>	>		
	Regiões Geográficas	Densidade domiciliar	População residente com idade de 0 a 9 anos	População residente com idade de 10 a 19 anos	População residente com idade de 20 a 29 anos	População residente com idade de 30 a 59 anos	População residente com idade de 60 anos ou mais	Índice de envelhecimento	Contagem de indicadores por região	Participação percentual por região
	5	2,47	9,8%	10,2%	12,2%	43,1%	24,6%	165,4%	2	28,6%
	4	2,61	10,0%	11,8%	12,4%	47,2%	18,6%	117,3%	2	28,6%
	2	2,52	9,6%	10,5%	13,0%	41,8%	25,0%	171,2%	2	28,6%
	3	2,63	11,7%	12,4%	14,3%	44,6%	16,9%	94,2%	4	57,1%
	1	2,84	14,6%	14,5%	16,1%	41,8%	13,0%	59,0%	4	57,1%
	6	2,89	15,1%	15,4%	15,9%	42,6%	10,8%	46,8%	4	57,1%
	7	3,83	6,9%	8,3%	19,8%	46,8%	16,6%	141,9%	4	57,1%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

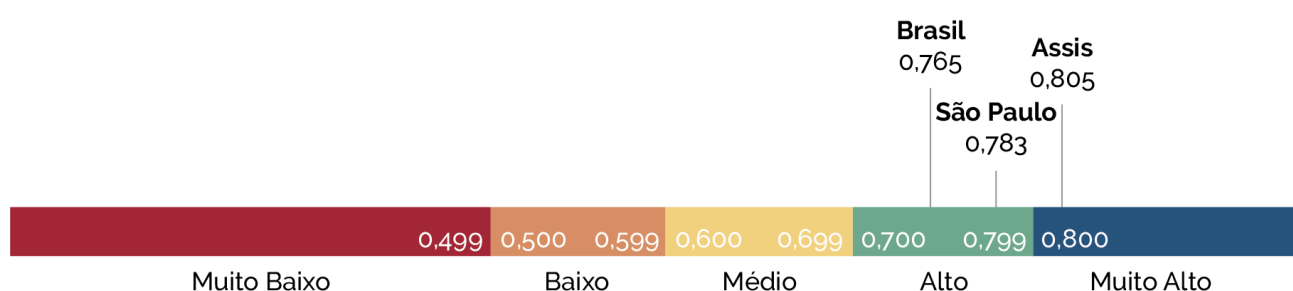


Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

5. PERFIL SOCIOECONÔMICO

Assis alcança a nota de 0,805 para o IDHM³, ocupando a 14ª posição no ranking entre os 645 municípios do Estado de São Paulo e a 28ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. O IDH é uma unidade de medida criada a partir de uma referência numérica que varia de 0 a 1, com faixas de desenvolvimento pré-estabelecidas, sendo que quanto mais próxima do 1 maior o índice de desenvolvimento humano. A nota de Assis é considerada “muito alta” conforme representado na figura abaixo.

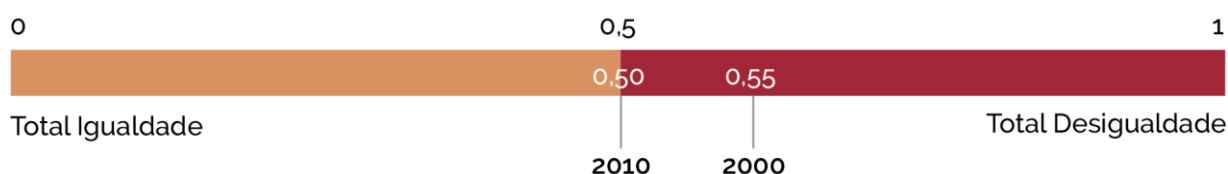
Figura 1: Representação em faixas de desenvolvimento do IDHM do município



Fonte: Atlas Brasil, 2010.

Outro indicador comumente utilizado na investigação sobre a distribuição de renda entre a população é o índice de Gini⁴, que varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. O Índice de Gini no Município passou de 0,55, em 2000, para 0,50, em 2010, indicando, portanto, que houve redução na desigualdade de renda.

Figura 2: Representação em escala de 0 a 1 do Índice de Gini do município



Fonte: Atlas Brasil, 2010.

³ Calculado pela Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD Brasil, considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda – mas sua metodologia foi adaptada ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

⁴ Índice usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

5.1. RENDA NOMINAL PER CAPITA (IBGE, 2010)

A 4. CRAS 3.1 e a 7. RURAL se destacam com a maior e menor renda nominal *per capita* entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 61,2% e (-) 54,7%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População residente	Renda nominal total	Indicador (R\$)
	4. CRAS 3.1	9.664	R\$ 12.427.172	R\$ 1.285,90
	5. CRAS 3.2	25.894	R\$ 26.805.079	R\$ 1.035,20
	2. CRAS 2.1	17.163	R\$ 16.091.195	R\$ 937,60
	3. CRAS 2.2	18.469	R\$ 10.868.075	R\$ 588,40
	1. CRAS 1	12.969	R\$ 5.656.690	R\$ 436,20
	6. CRAS 4	6.459	R\$ 2.433.667	R\$ 376,80
	7. RURAL	4.526	R\$ 1.635.162	R\$ 361,30
	Município	95.144	75.917.040	R\$ 797,9

Fonte: IBGE, 2010.

Definição: Renda nominal total dividido pelo total da população residente

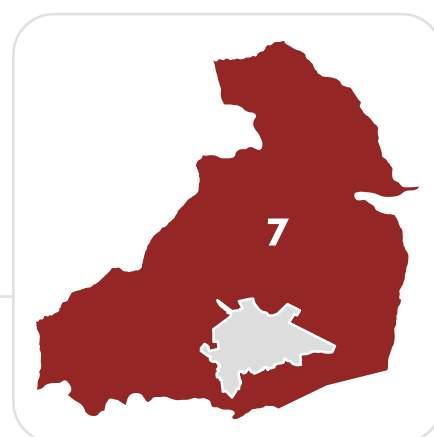
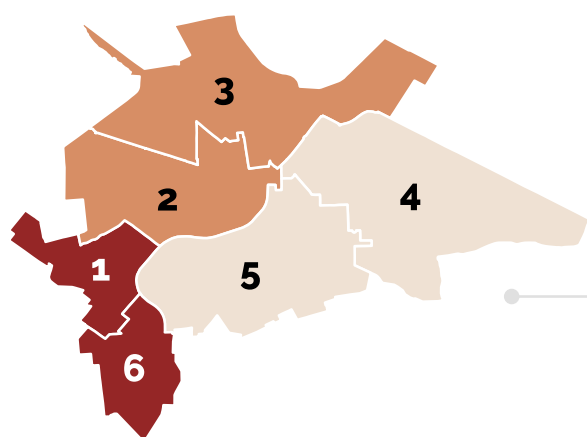
Menor Valor	7. RURAL	361,3
Média	Assis	797,9
Maior Valor	4. CRAS 3.1	1.285,9

3,6 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

5.1.1. RENDA PER CAPITA DOMICILIAR DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios com renda *per capita* de até 1/2 SM entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 123,1% e (-) 47,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda per capita de até 1/2 SM	Indicador (%)
4. CRAS 3.1	3.226	219	6,8%
5. CRAS 3.2	9.119	742	8,1%
2. CRAS 2.1	6.030	532	8,8%
3. CRAS 2.2	5.892	851	14,4%
7. RURAL	907	181	20,0%
1. CRAS 1	4.006	958	23,9%
6. CRAS 4	1.931	560	29,0%
Município	31.111	4.043	13,0%

Fonte: IBGE, 2010.

Definição: Domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

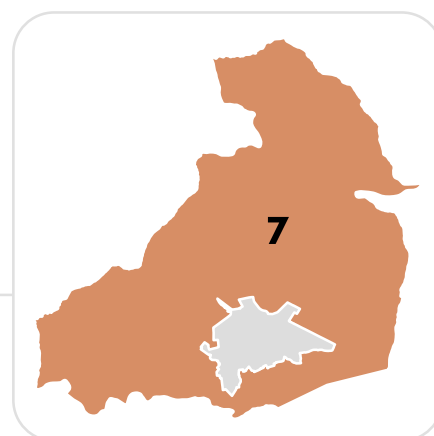
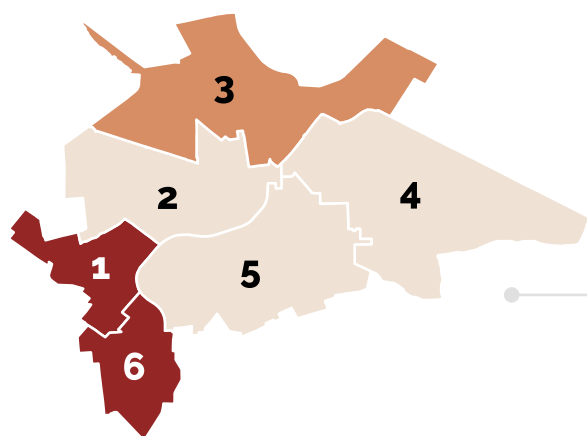
Menor Valor	4. CRAS 3.1	6,8%
Média	Assis	13,0%
Maior Valor	6. CRAS 4	29,0%

4,3 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

5.1.2. RENDA PER CAPITA DOMICILIAR DE ATÉ 1/4 DE SALÁRIO MÍNIMO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios com renda *per capita* de até 1/4 de SM entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 166,7% e (-) 66,7%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda per capita de até 1/4 de SM	Indicador (%)
4. CRAS 3.1	3.226	25	0,8%
2. CRAS 2.1	6.030	81	1,3%
5. CRAS 3.2	9.119	125	1,4%
3. CRAS 2.2	5.892	155	2,6%
7. RURAL	907	35	3,9%
1. CRAS 1	4.006	200	5,0%
6. CRAS 4	1.931	124	6,4%
Município	31.111	745	2,4%

Fonte: IBGE, 2010.

Definição: Domicílios com renda per capita de até ¼ salário mínimo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

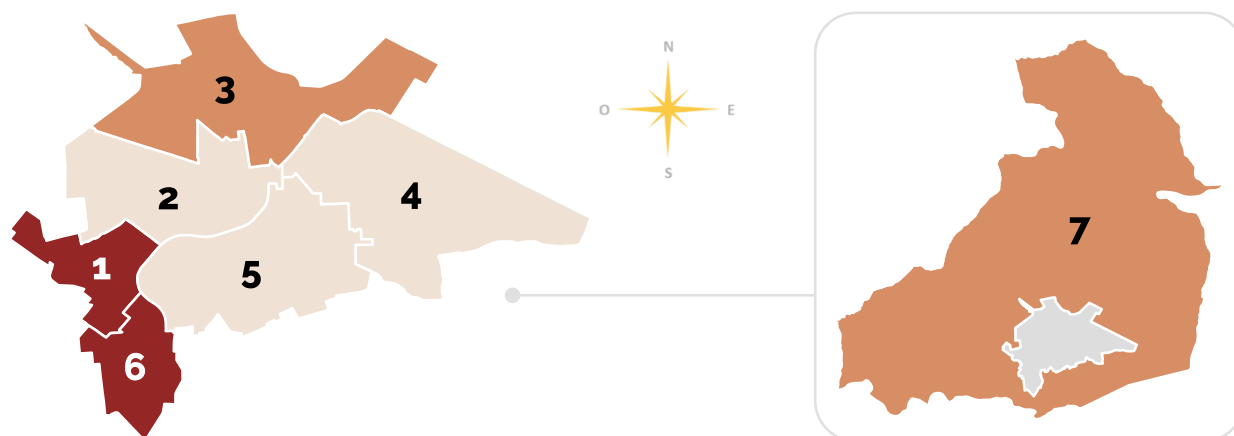
Menor Valor	4. CRAS 3.1	0,8%
Média	Assis	2,4%
Maior Valor	6. CRAS 4	6,4%

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

8,0 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

5.1.3. RENDA PER CAPITA DOMICILIAR DE ATÉ 1/8 DE SALÁRIO MÍNIMO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios com renda *per capita* de até 1/8 de SM entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 254,3% e (-) 82,9%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda <i>per capita</i> de até 1/8 de SM	Indicador (por mil dom)
	4. CRAS 3.1	3.226	2	0,6
	5. CRAS 3.2	9.119	11	1,2
	7. RURAL	907	2	2,2
	2. CRAS 2.1	6.030	14	2,3
	3. CRAS 2.2	5.892	26	4,4
	1. CRAS 1	4.006	31	7,7
	6. CRAS 4	1.931	24	12,4
	Município	31.111	110	3,5

Fonte: IBGE, 2010.

Definição: Domicílios com renda per capita de até 1/8 salário mínimo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000

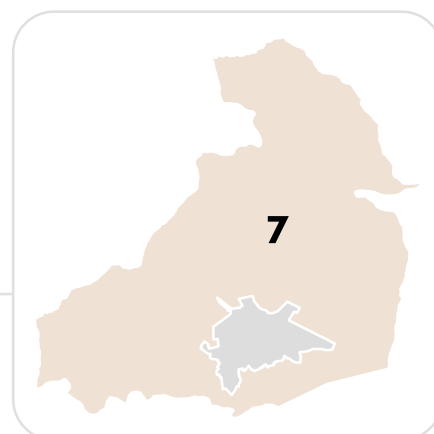
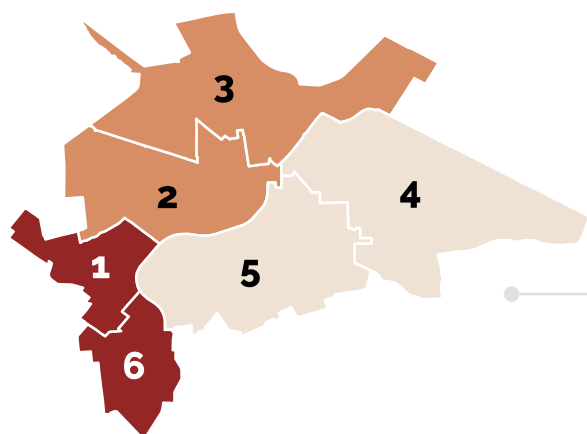
Menor Valor	4. CRAS 3.1	0,6
Média	Assis	3,5
Maior Valor	6. CRAS 4	12,4

20,7 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

5.2. ADOLESCENTES RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO

A 6. CRAS 4 e a 3. CRAS 2.2 se destacam com a maior e menor taxa de adolescentes responsáveis pelo domicílio entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 200,0% e (-) 65,4%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Adolescentes responsáveis pelo domicílio	Indicador (por mil dom)
	2. CRAS 2.1	6.710	-	-
	7. RURAL	1.176	-	-
	3. CRAS 2.2	6.707	6	0,9
	5. CRAS 3.2	10.075	17	1,7
	4. CRAS 3.1	4.492	9	2,0
	1. CRAS 1	5.685	43	7,6
	6. CRAS 4	3.339	26	7,8
	Município	38.179	101	2,6

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Adolescentes responsáveis pelo domicílio dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000

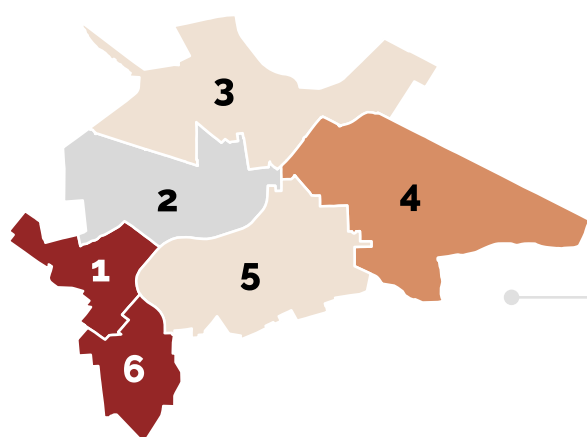
Menor Valor	3. CRAS 2.2	0,9
Média	Assis	2,6
Maior Valor	6. CRAS 4	7,8

8,7 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

5.3. RAZÃO DE DEPENDÊNCIA JOVEM

A 6. CRAS 4 e a 7. RURAL se destacam com a maior e menor razão de dependência jovem entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 28,3% e (-) 38,6%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População de 15 a 59 anos	População de 0 a 14 anos	Indicador (%)
	7. RURAL	3.150	525	16,7%
	4. CRAS 3.1	7.680	1.853	24,1%
	2. CRAS 2.1	10.192	2.462	24,2%
	5. CRAS 3.2	15.039	3.699	24,6%
	3. CRAS 2.2	11.475	3.169	27,6%
	1. CRAS 1	10.518	3.548	33,7%
	6. CRAS 4	6.379	2.224	34,9%
	Município	64.473	17.513	27,2%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População residente com idade de 0 a 14 anos dividido pelo total da população de 15 a 59 anos, vezes 100

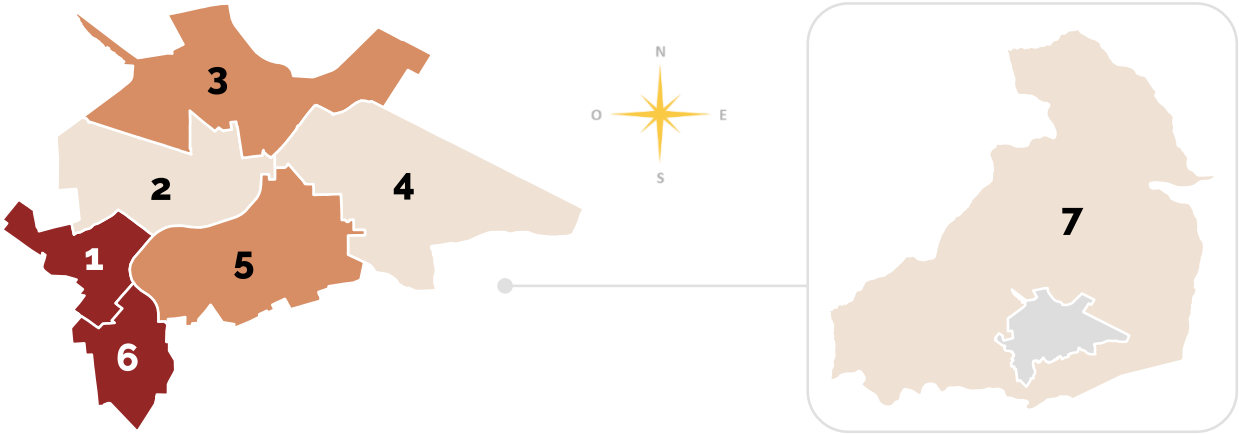
Menor Valor	7. RURAL	16,7%
Média	Assis	27,2%
Maior Valor	6. CRAS 4	34,9%

2,1 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

5.4. UNIDADES MONOPARENTAIS FEMININAS

A 5. CRAS 3.2 e a 7. RURAL se destacam com o maior e menor percentual de unidades domésticas monoparentais femininas entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 12,1% e (-) 61,6%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Unidades monoparentais femininas	Indicador (%)
	7. RURAL	1.175	127	10,8%
	4. CRAS 3.1	4.486	1.043	23,3%
	1. CRAS 1	5.682	1.492	26,3%
	6. CRAS 4	3.339	943	28,2%
	3. CRAS 2.2	6.703	1.894	28,3%
	2. CRAS 2.1	6.702	2.067	30,8%
	5. CRAS 3.2	10.073	3.170	31,5%
	Município	38.179	10.736	28,1%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Unidades domésticas monoparentais femininas dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

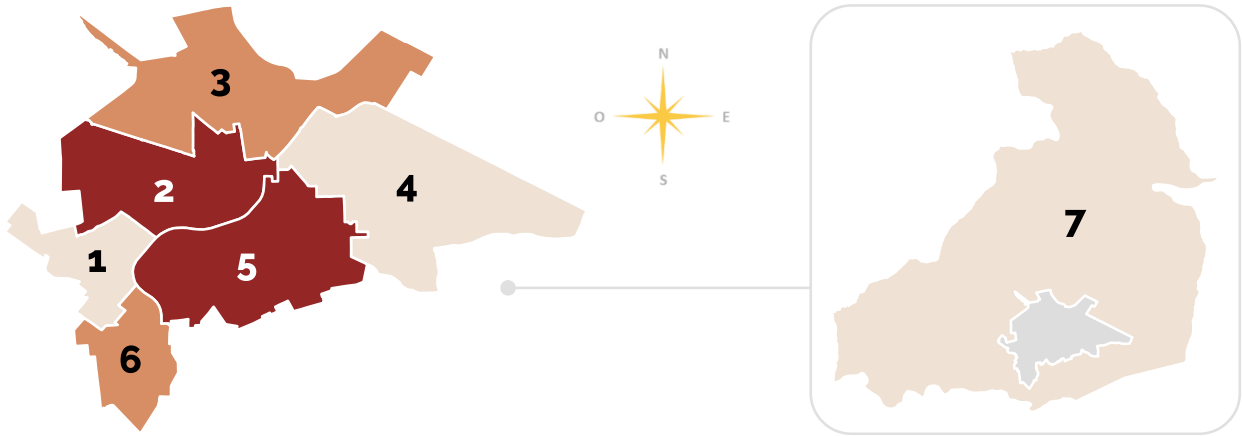
Menor Valor	7. RURAL	10,8%
Média	Assis	28,1%
Maior Valor	5. CRAS 3.2	31,5%

2,9 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

5.5. UNIDADES MONOPARENTAIS MASCULINAS

A 7. RURAL e a 6. CRAS 4 se destacam com o maior e menor percentual de unidades domésticas monoparentais masculinas entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 28,3% e (-) 13,0%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Unidades monoparentais masculinas	Indicador (%)
	6. CRAS 4	3.339	402	12,0%
	4. CRAS 3.1	4.486	554	12,3%
	5. CRAS 3.2	10.073	1.377	13,7%
	3. CRAS 2.2	6.703	925	13,8%
	1. CRAS 1	5.682	813	14,3%
	2. CRAS 2.1	6.702	981	14,6%
	7. RURAL	1.175	208	17,7%
	Município	38.179	5.260	13,8%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Unidades domésticas monoparentais masculinas dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

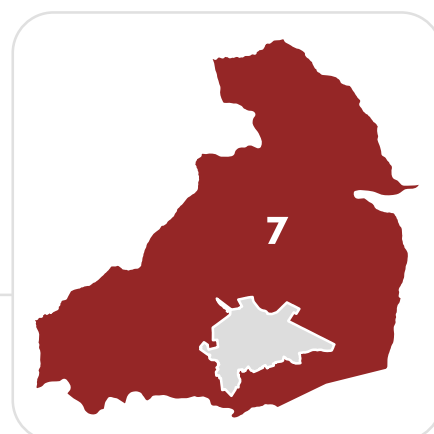
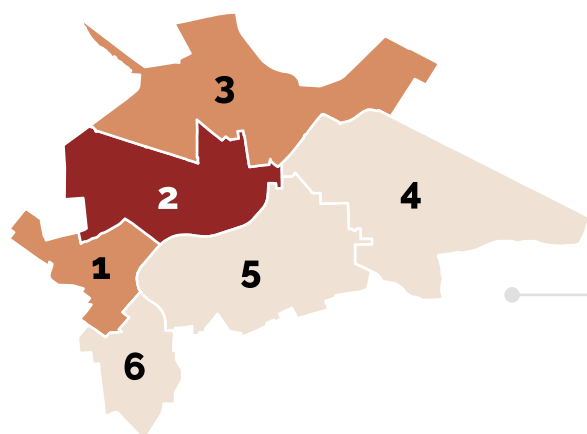
Menor Valor	6. CRAS 4	12,0%
Média	Assis	13,8%
Maior Valor	7. RURAL	17,7%

1,5 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

5.6. UNIDADES DOMÉSTICAS ESTENDIDAS OU COMPOSTAS

A 1. CRAS 1 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de unidades domésticas estendidas ou compostas entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 12,4% e (-) 19,3%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Unidades estendidas ou compostas	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	4.486	526	11,7%
	7. RURAL	1.175	147	12,5%
	5. CRAS 3.2	10.073	1.357	13,5%
	3. CRAS 2.2	6.703	994	14,8%
	2. CRAS 2.1	6.702	1.043	15,6%
	6. CRAS 4	3.339	533	16,0%
	1. CRAS 1	5.682	924	16,3%
	Município	38.179	5.524	14,5%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Unidades domésticas estendidas ou compostas dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

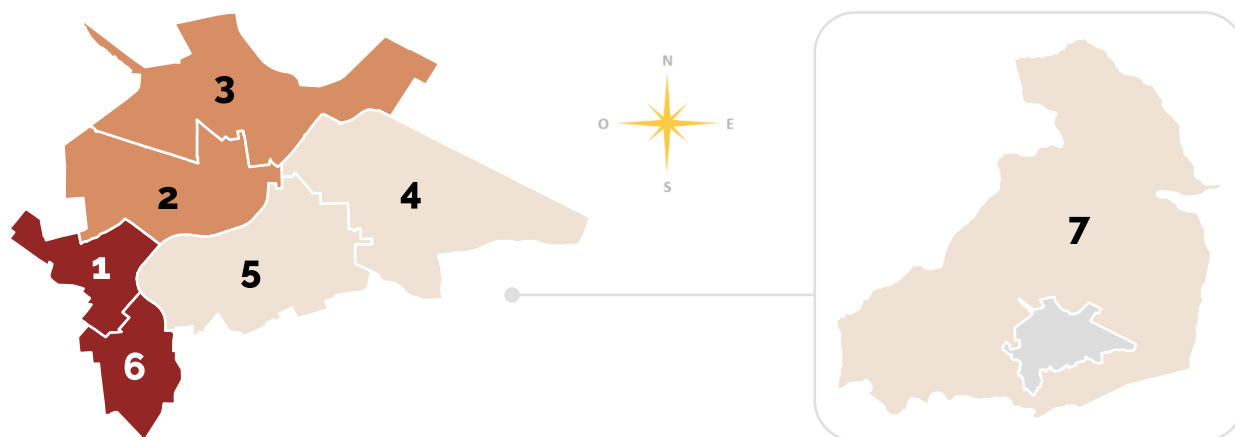
Menor Valor	4. CRAS 3.1	11,7%
Média	Assis	14,5%
Maior Valor	1. CRAS 1	16,3%

1,4 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
			5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	7	-	Zona rural de Assis.
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...			

5.7. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS)

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um relatório que contém informações socioeconômicas relevantes e é obrigatoriamente solicitado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia a pessoas jurídicas e outros empregadores. Essa exigência foi estabelecida pelo Decreto nº 76.900 em 23 de dezembro de 1975, com o objetivo de fornecer dados essenciais sobre o mercado de trabalho e auxiliar na formulação de políticas públicas.

A RAIS é uma ferramenta importante para a gestão governamental e serve como uma fonte confiável de informações para análises estatísticas e estudos socioeconômicos. Ela coleta dados sobre a quantidade de trabalhadores empregados, remuneração, tipo de contrato de trabalho, níveis de escolaridade, entre outras informações relevantes para compreender a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro.

Além de fornecer um panorama do emprego formal no país, a RAIS desempenha um papel crucial na elaboração e implementação de programas sociais e de políticas públicas relacionadas ao trabalho e ao emprego. Os dados coletados também são utilizados para a geração de estatísticas oficiais sobre emprego, contribuindo para o monitoramento do mercado de trabalho, o planejamento estratégico e a tomada de decisões em diversos setores.

Em dezembro de 2024, Assis registrava um estoque de 30.867 vínculos formais de trabalho, correspondente a 36,3% da população de 14 anos ou mais, faixa etária legalmente apta ao trabalho, sendo o exercício laboral entre 14 e 16 anos permitido exclusivamente na condição de aprendiz. O estoque registrado apresentou aumento de 4,6% em relação ao ano anterior, mantendo a trajetória de crescimento observada na série histórica.

Figura 3: Percentual de empregos formais

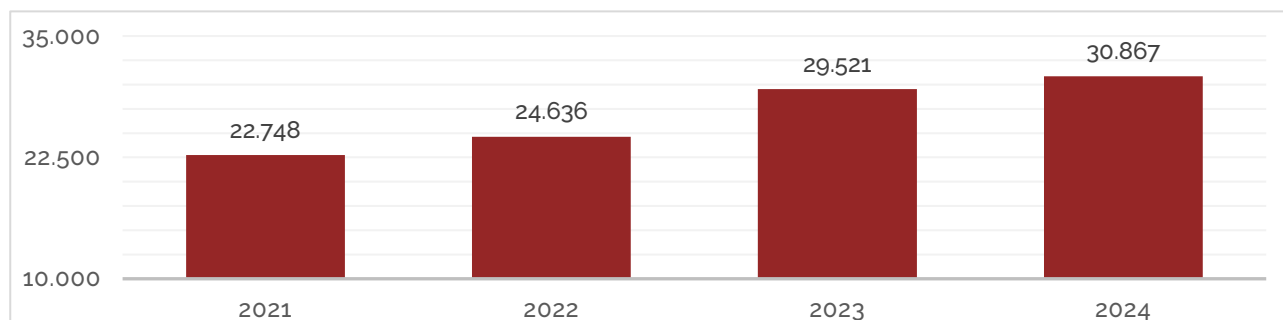


Fonte: IBGE, 2022; Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2024.

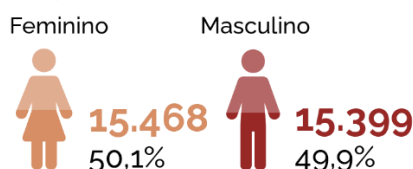
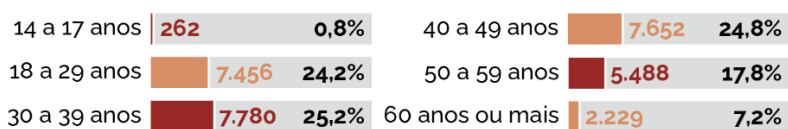
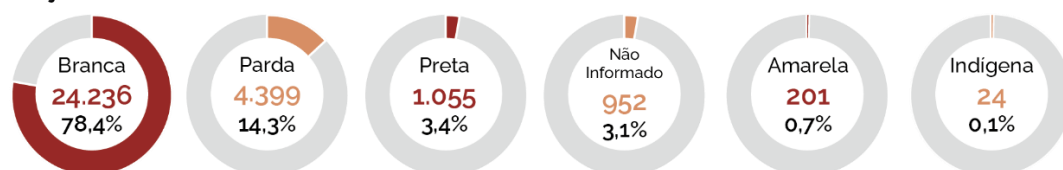
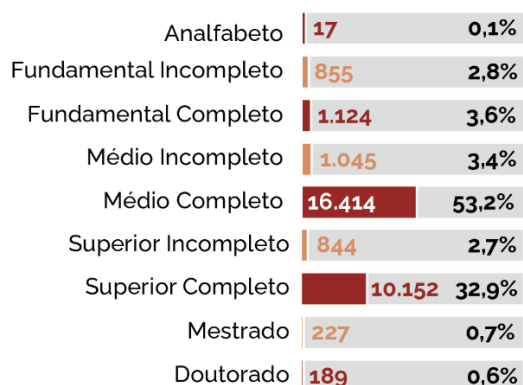
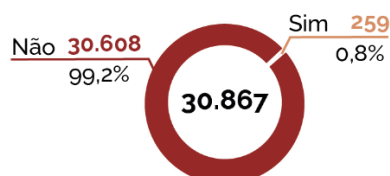
Tabela 10: Estoque de empregos formais por ano

Ano	2021	2022	2023	2024
Estoque	22.748	24.636	29.521	30.867
Varição	-	+ 8,3%	+ 19,8%	+ 4,6%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2021 - 2024.



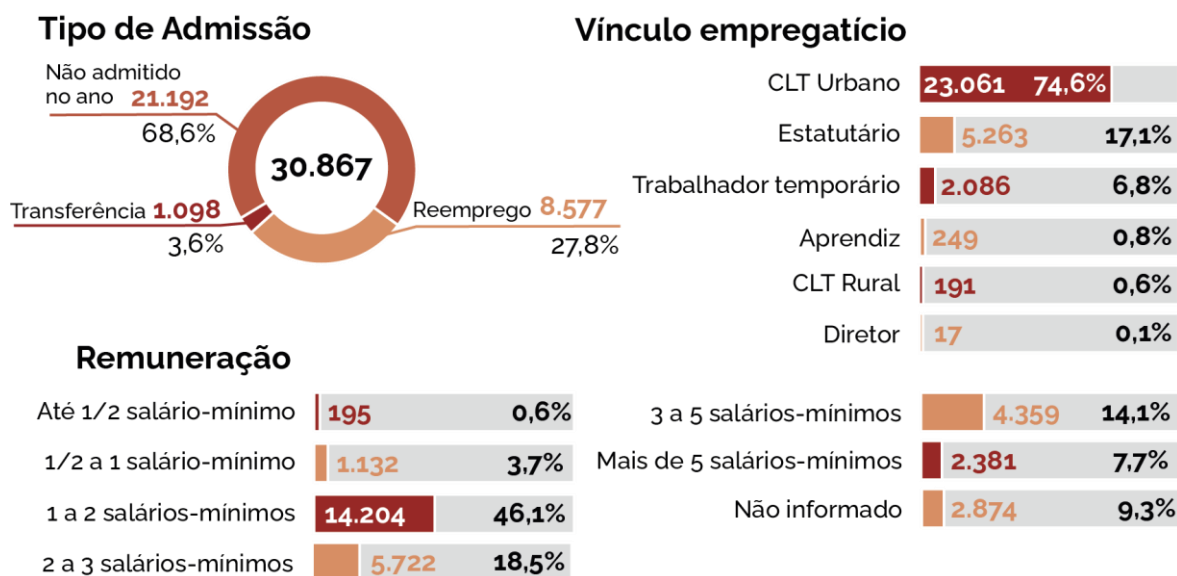
No perfil dos trabalhadores formais residentes de Assis, destacam-se a faixa etária de 30 a 39 anos (25,2%) e a raça ou cor branca (78,4%). Observa-se distribuição homogênea com relação ao sexo, sendo 50,1% do sexo feminino e 49,9% do sexo masculino. Quanto à escolaridade, 53,2% dos trabalhadores possuem Ensino Médio completo. Menos de 1,0% dos trabalhadores declaram possuir algum tipo de deficiência.

Figura 4: Perfil dos trabalhadores formais**Sexo****Faixa Etária****Raça ou cor****Escolaridade****Possui deficiência?**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2024.

Com relação aos contratos de trabalho, 75,2% são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Observa-se que 68,6% dos trabalhadores não foram admitidos no ano de referência. No que diz respeito à remuneração, a maior parte dos trabalhadores recebe entre 1 e 2 salários mínimos, o que corresponde a 46,1% do total de contratados.

Figura 5: Perfil dos contratos de trabalho



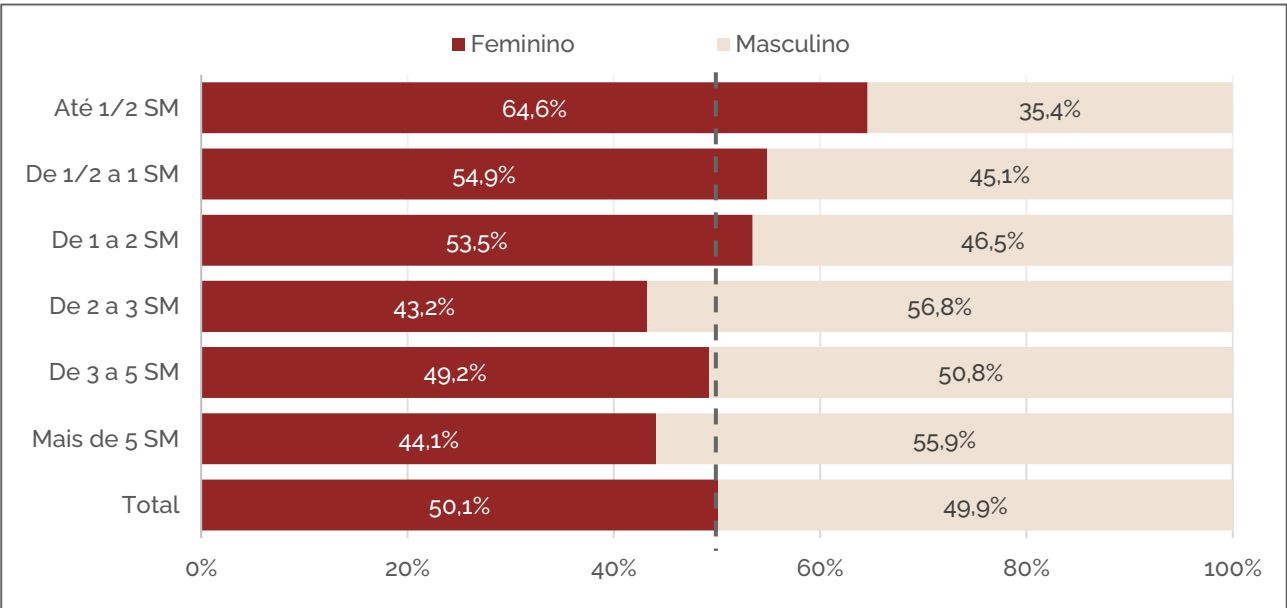
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2024.

A análise da faixa de remuneração segundo o gênero evidencia uma desigualdade relevante entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal de Assis. As trabalhadoras do sexo feminino apresentam maior concentração nas faixas de rendimento mais baixas, superando a média nos estratos de até ½ salário mínimo (64,6%), de ½ a 1 salário mínimo (54,9%) e de 1 a 2 salários mínimos (53,5%). Por outro lado, sua participação é proporcionalmente menor nas faixas superiores de remuneração, especialmente entre os trabalhadores que recebem de 2 a 3 salários mínimos (43,2%) e mais de 5 salários mínimos (44,1%). Esses dados sugerem que, além de possível segregação ocupacional, as mulheres enfrentam barreiras para acessar postos com melhor remuneração, o que reforça a necessidade de políticas voltadas à equidade de gênero no mundo do trabalho.

Tabela 11: Remuneração, por sexo do trabalhador

Remuneração	Feminino		Masculino		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Até 1/2 salário mínimo	126	64,6%	69	35,4%	195	0,6%
De 1/2 a 1 salário mínimo	621	54,9%	511	45,1%	1.132	3,7%
De 1 a 2 salários mínimos	7.594	53,5%	6.610	46,5%	14.204	46,1%
De 2 a 3 salários mínimos	2.474	43,2%	3.248	56,8%	5.722	18,5%
De 3 a 5 salários mínimos	2.146	49,2%	2.213	50,8%	4.359	14,1%
Mais de 5 salários mínimos	1.050	44,1%	1.331	55,9%	2.381	7,7%
Não informado	1.457	50,7%	1.417	49,3%	2.874	9,3%
Total	15.468	50,1%	15.399	49,9%	30.867	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2024.



A ocupação que mais contrata no município, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é a de professor de nível médio no ensino fundamental, correspondendo a 9,8% do total de contratados. Em seguida, destacam-se as ocupações de vendedor de comércio varejista (5,8%), assistente administrativo (4,1%), auxiliar de escritório (3,9%) e motorista de caminhão (3,0%).

Tabela 12: Contratados por ocupação

Ocupação	Quant.	(%)	
Professor de nível médio no ensino fundamental	3.017	9,8%	
Vendedor de comércio varejista	1.785	5,8%	
Assistente administrativo	1.280	4,1%	
Auxiliar de escritório	1.199	3,9%	
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	912	3,0%	
Faxineiro	847	2,7%	
Operador de caixa	787	2,5%	
Inspetor de alunos de escola pública	544	1,8%	
Atendente de lojas e mercados	505	1,6%	
Trabalhador de limpeza e conservação de áreas públicas	490	1,6%	
Técnico de enfermagem	457	1,5%	
Auxiliar de enfermagem	385	1,2%	
Recepcionista, em geral	374	1,2%	
Cozinheiro geral	369	1,2%	
Repositor de mercadorias	352	1,1%	
Auxiliar nos serviços de alimentação	305	1,0%	
Mecânico de manutenção de automóveis	295	1,0%	
Atendente de lanchonete	290	0,9%	
Gerente administrativo	285	0,9%	
Enfermeiro	279	0,9%	
Alimentador de linha de produção	274	0,9%	
Servente de obras	264	0,9%	
Auxiliar de desenvolvimento infantil	256	0,8%	
Professor de ensino superior na área de prática de ensino	255	0,8%	
Pedreiro	240	0,8%	
Auxiliar geral de conservação de vias permanentes	207	0,7%	
Soldador	202	0,7%	
Total	16.455*	53,3%	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS, 2024.

Nota (*): Os 14.412 contratos restantes (46,7%) estão agrupados em 814 ocupações diferentes que representam, cada uma, menos de 0,7% do total geral.

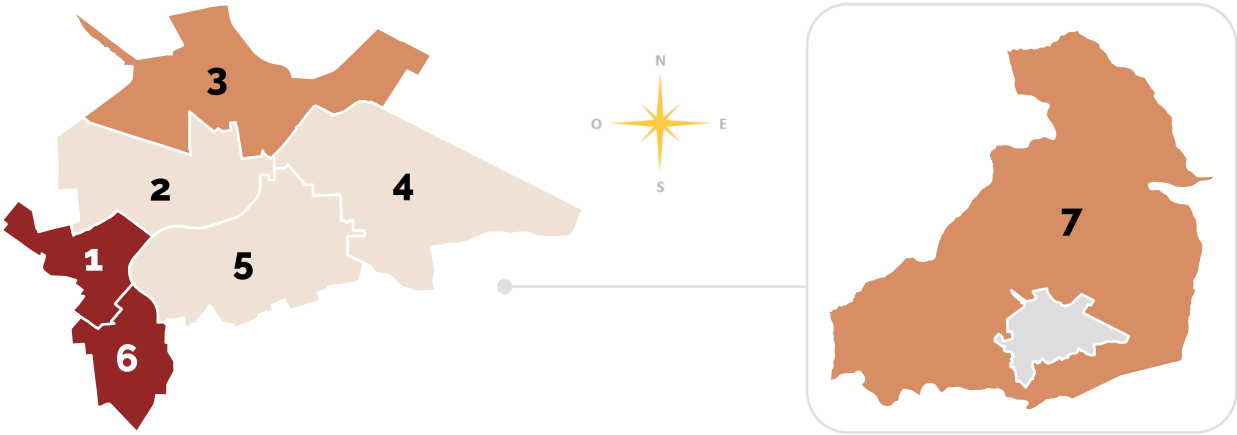
5.8. MAPA SOCIAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO

Classificação Tercil	Indicadores do Perfil Socioeconômico – 9 Indicadores											
	Média Geral	797,9	13,0%	2,4%	3,5%	2,6%	27,2%	28,1%	13,8%	14,5%	Classificação Total	
		◀	▶	▶	▶	▶	▶	▶	▶	▶		
	Regiões Geográficas	Renda nominal per capita	Renda per capita domiciliar de até 1/2 SM	Renda per capita domiciliar de até 1/4 de SM	Renda per capita domiciliar de até 1/8 de SM	Adolescentes responsáveis pelo domicílio	Razão de dependência jovem	Unidades domésticas monoparentais femininas	Unidades domésticas monoparentais masculinas	Unidades domésticas estendidas ou compostas	Contagem de indicadores por região	Participação percentual por região
	4	1285,9	6,8%	0,8%	0,6	2,0	24,1%	23,3%	12,3%	11,7%	0	0,0%
	5	1035,2	8,1%	1,4%	1,2	1,7	24,6%	31,5%	13,7%	13,5%	1	11,1%
	2	937,6	8,8%	1,3%	2,3	-	24,2%	30,8%	14,6%	15,6%	3	33,3%
	7	361,3	20,0%	3,9%	2,2	-	16,7%	10,8%	17,7%	12,5%	4	44,4%
	3	588,4	14,4%	2,6%	4,4	0,9	27,6%	28,3%	13,8%	14,8%	7	77,8%
	1	436,2	23,9%	5,0%	7,7	7,6	33,7%	26,3%	14,3%	16,3%	8	88,9%
	6	376,8	29,0%	6,4%	12,4	7,8	34,9%	28,2%	12,0%	16,0%	8	88,9%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

6. INDICADORES RELACIONADOS A HABITAÇÃO

O direito à habitação é um dos direitos humanos fundamentais, reconhecido em diversos instrumentos jurídicos internacionais e constituições nacionais. Este direito implica a garantia de um lar adequado para todos os indivíduos, independentemente de sua condição socioeconômica, e está intrinsecamente ligado à dignidade humana e ao bem-estar.

O conceito de habitação adequada abrange não apenas a disponibilidade de um teto sobre a cabeça, mas também a qualidade e as condições desse abrigo. Segundo os parâmetros internacionais, uma habitação adequada deve proporcionar segurança, paz e dignidade. Além disso, deve ser acessível, ter infraestrutura básica, ser localizada em um ambiente salubre e estar próxima a serviços essenciais, como saúde, educação e transporte.

O direito à habitação é frequentemente destacado em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 assegura esse direito no artigo 6º, que inclui a moradia como um dos direitos sociais fundamentais.

A concretização do direito à habitação enfrenta inúmeros desafios, especialmente em países em desenvolvimento. A urbanização rápida e desordenada, a especulação imobiliária e a falta de políticas públicas eficazes são alguns dos obstáculos que comprometem o acesso universal a moradias dignas. Em muitas regiões, a carência de habitação adequada resulta na proliferação de assentamentos informais e favelas, onde as condições de vida são precárias e os direitos básicos muitas vezes negligenciados.

Para mitigar esses problemas, é essencial que os governos implementem políticas públicas abrangentes e sustentáveis. Estas políticas devem incluir programas de habitação social, subsídios para moradia, regularização fundiária e incentivos à construção de habitações populares. Além disso, é crucial a participação ativa da sociedade civil e das

organizações não governamentais na fiscalização e promoção de iniciativas que visem a garantia do direito à habitação.

Este capítulo analisa as condições habitacionais do município, com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE. Serão apresentados indicadores que refletem a infraestrutura e a situação dos domicílios, incluindo a ausência de energia elétrica, a falta de abastecimento de água pela rede geral, a inexistência de coleta regular de lixo e a cobertura da rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário. Além disso, será abordada a proporção de domicílios com cinco ou mais moradores, fator que pode indicar maior adensamento domiciliar. A partir desses indicadores, busca-se traçar um panorama das vulnerabilidades associadas às condições de moradia.

6.1. DOMICÍLIOS SEM ENERGIA ELÉTRICA (IBGE, 2010)

A 1. CRAS 1 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com a maior e menor taxa de domicílios sem energia elétrica entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 112,5% e (-) 62,5%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem energia elétrica	Indicador (por mil dom)
	4. CRAS 3.1	3.226	1	0,3
	2. CRAS 2.1	6.030	3	0,5
	5. CRAS 3.2	9.119	5	0,5
	3. CRAS 2.2	5.892	4	0,7
	7. RURAL	907	1	1,1
	6. CRAS 4	1.931	3	1,6
	1. CRAS 1	4.006	7	1,7
	Município	31.111	24	0,8

Fonte: IBGE, 2010.

Definição: Domicílios sem energia elétrica dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000

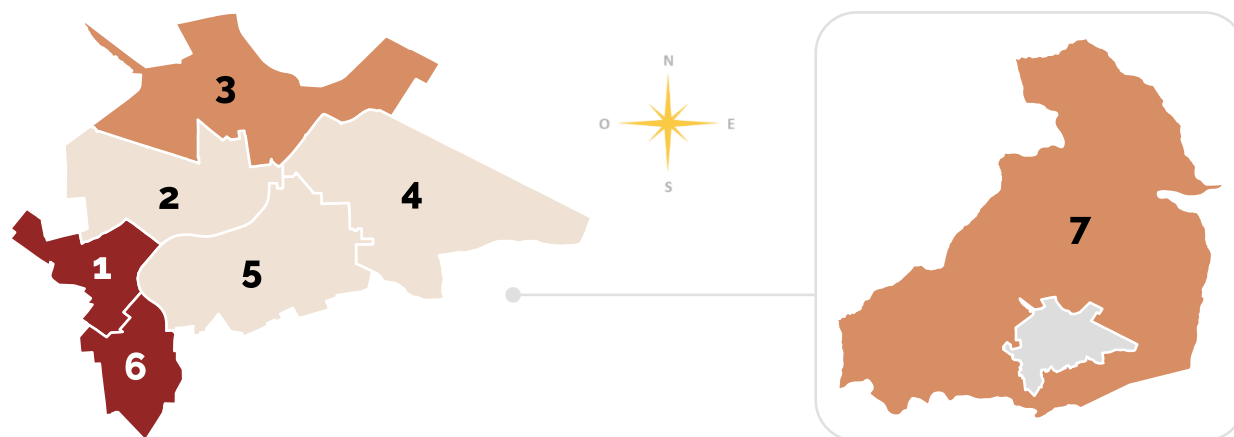
Menor Valor	4. CRAS 3.1	0,3
Média	Assis	0,8
Maior Valor	1. CRAS 1	1,7

5,7 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

6.2. DOMICÍLIOS SEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REDE GERAL

A 7. RURAL e a 5. CRAS 3.2 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios sem abastecimento de água da rede geral entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 2.998,3% e (-) 99,0%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem abastecimento de água	Indicador (%)
	6. CRAS 4	3.339	-	-
	1. CRAS 1	5.682	-	-
	5. CRAS 3.2	10.073	3	0,03%
	2. CRAS 2.1	6.702	9	0,13%
	4. CRAS 3.1	4.486	13	0,29%
	3. CRAS 2.2	6.703	25	0,37%
	7. RURAL	1.175	1.063	90,47%
	Município	38.179	1.113	2,92%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Domicílios sem abastecimento de água da rede geral dividido pelo total dos domicílios particulares ocupados, vezes 100

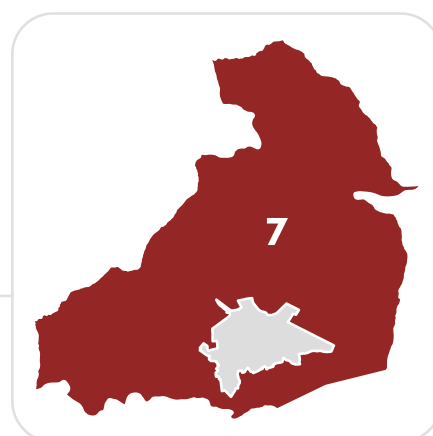
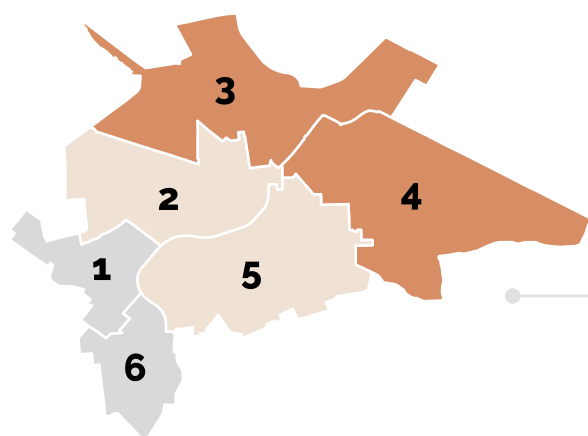
Menor Valor	5. CRAS 3.2	0,03%
Média	Assis	2,92%
Maior Valor	7. RURAL	90,47%

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

3.015,7 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

6.3. DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO

A 7. RURAL e a 6. CRAS 4 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios sem coleta de lixo entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 1.744,4% e (-) 94,4%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem coleta de lixo	Indicador (%)
	1. CRAS 1	5.682	-	-
	6. CRAS 4	3.339	6	0,2%
	2. CRAS 2.1	6.702	20	0,3%
	3. CRAS 2.2	6.703	26	0,4%
	4. CRAS 3.1	4.486	152	3,4%
	5. CRAS 3.2	10.073	409	4,1%
	7. RURAL	1.175	780	66,4%
	Município	38.179	1.393	3,6%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Domicílios sem coleta de lixo dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

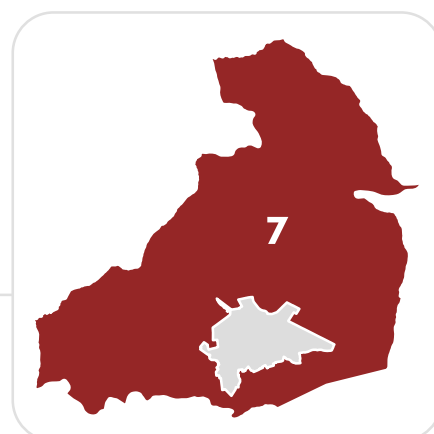
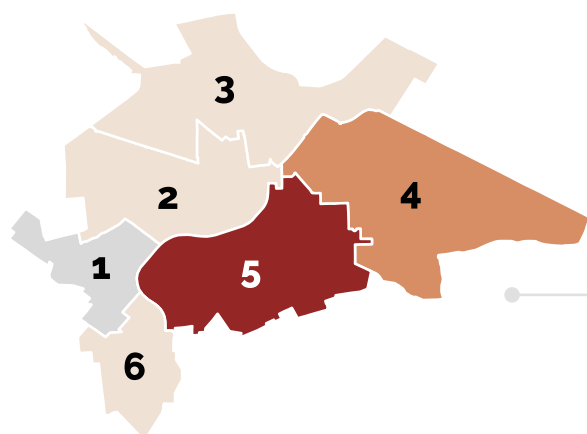
Menor Valor	6. CRAS 4	0,2%
Média	Assis	3,6%
Maior Valor	7. RURAL	66,4%

332,0 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

6.4. COBERTURA DA REDE GERAL OU PLUVIAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A 2. CRAS 2.1 e a 7. RURAL se destacam com a maior e menor cobertura da rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 4,0% e (-) 95,4%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios com rede de esgoto	Indicador (%)
	2. CRAS 2.1	6.702	6.691	99,8%
	4. CRAS 3.1	4.486	4.469	99,6%
	5. CRAS 3.2	10.073	10.035	99,6%
	6. CRAS 4	3.339	3.316	99,3%
	1. CRAS 1	5.682	5.637	99,2%
	3. CRAS 2.2	6.703	6.437	96,0%
	7. RURAL	1.175	52	4,4%
	Município	38.179	36.637	96,0%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Domicílios com esgoto sanitário da rede geral ou pluvial dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

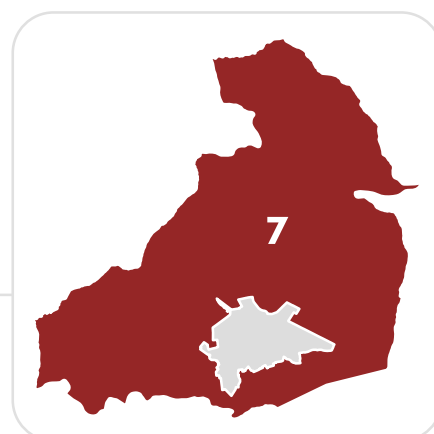
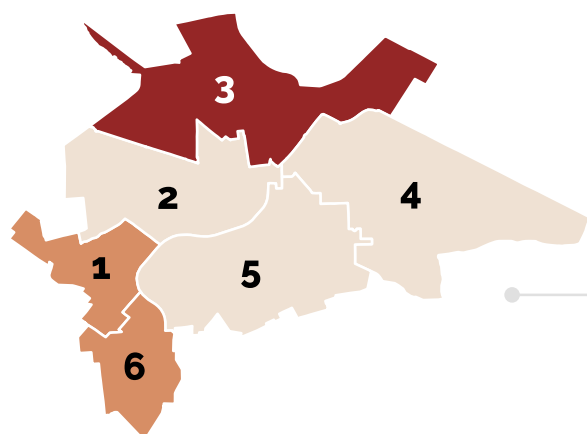
Menor Valor	7. RURAL	4,4%
Média	Assis	96,0%
Maior Valor	2. CRAS 2.1	99,8%

22,7 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

6.5. DOMICÍLIOS COM 5 OU MAIS MORADORES

A 6. CRAS 4 e a 5. CRAS 3.2 se destacam com o maior e menor percentual de domicílios com 5 ou mais moradores entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 55,9% e (-) 25,0%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Domicílios com 5 ou mais moradores	Indicador (%)
	5. CRAS 3.2	10.073	510	5,1%
	4. CRAS 3.1	4.486	230	5,1%
	7. RURAL	1.175	66	5,6%
	2. CRAS 2.1	6.702	389	5,8%
	3. CRAS 2.2	6.703	472	7,0%
	1. CRAS 1	5.682	589	10,4%
	6. CRAS 4	3.339	355	10,6%
	Município	38.179	2.611	6,8%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Domicílios com 5 ou mais moradores dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

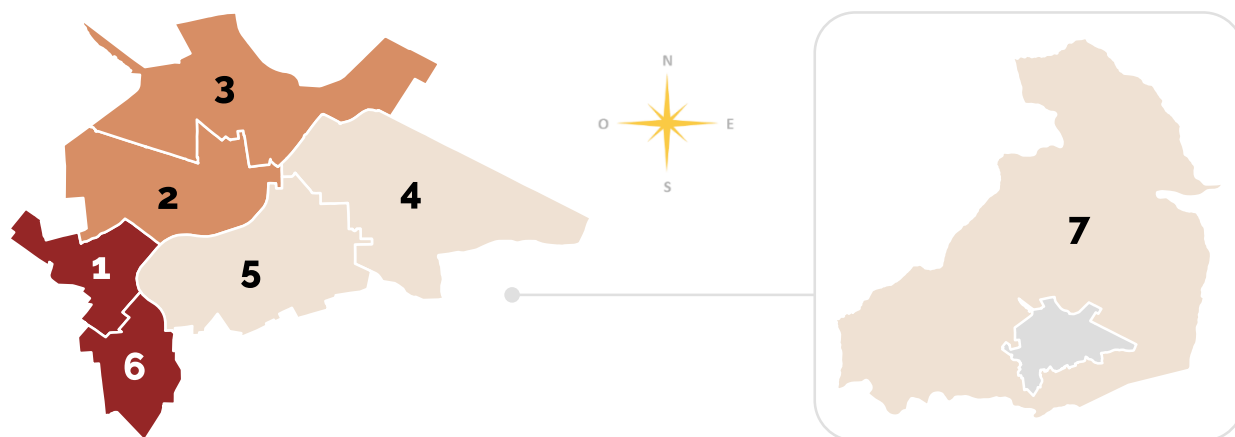
Menor Valor	5. CRAS 3.2	5,1%
Média	Assis	6,8%
Maior Valor	6. CRAS 4	10,6%

2,1 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

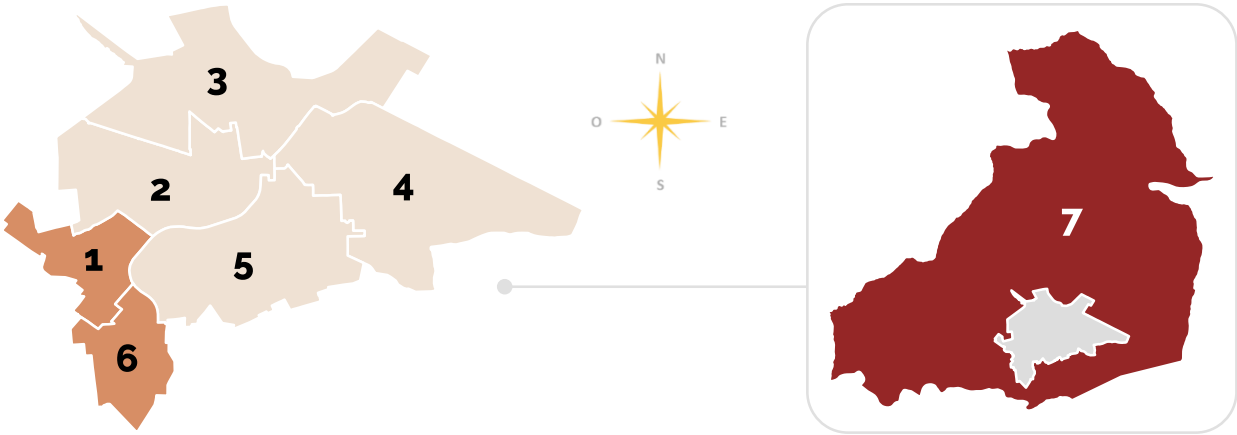
6.6. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES RELACIONADOS A HABITAÇÃO

Classificação Tercil	Indicadores Relacionadas a Habitação – 5 Indicadores							
	Média Geral	0,8‰	2,92%	3,6%	96,0%	6,8%	Classificação Total	
		>	>	>	<	>		
	Regiões Geográficas	Domicílios sem energia elétrica	Domicílios sem abastecimento de água da rede geral	Domicílios sem coleta de lixo	Cobertura da rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário	Domicílios com 5 ou mais moradores	Contagem de indicadores por região	Participação percentual por região
	4	0,3	0,29%	3,4%	99,6%	5,1%	0	0,0%
	2	0,5	0,13%	0,3%	99,8%	5,8%	0	0,0%
	5	0,5	0,03%	4,1%	99,6%	5,1%	1	20,0%
	3	0,7	0,37%	0,4%	96,0%	7,0%	1	20,0%
	6	1,6	-	0,2%	99,3%	10,6%	2	40,0%
	1	1,7	-	-	99,2%	10,4%	2	40,0%
	7	1,1	90,47%	66,4%	4,4%	5,6%	4	80,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

7. INDICADORES RELACIONADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL

O final dos anos 80 é marcado pela redemocratização do país, tendo como marco fundamental a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada o marco legal para as políticas de participação popular no Brasil. É nesse contexto de reconhecimento dos direitos sociais que se dá a inclusão pelos dispositivos constitucionais para a implementação de uma nova seguridade social no país, sendo essa alicerçada no tripé Saúde, Previdência e Assistência Social. Trata-se, portanto, de um pilar dentro do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da seguridade social, cuja gestão e operacionalização Intersetorial é competência conjunta das três esferas de governo – federal, estadual/distrital e municipal – compreendendo o atendimento dos usuários de mandatários de serviços e atenções socioassistenciais, a partir de uma visão que pressupõe o diagnóstico dos riscos e situações de vulnerabilidade, tendo como referência a disposição territorial das famílias. São os artigos 203 e 204 da CF/88 que transformam e redefinem o perfil histórico da Assistência Social, qualificando-a como política pública. Buscando a regulamentação dos referidos artigos, após anos de luta, discussão, e negociação de vários projetos e emendas, a Lei Orgânica da Assistência Social foi sancionada, pelo então presidente Itamar Franco, em 7 de dezembro de 1993, projetando a atribuição de caráter legal aos serviços socioassistenciais. Portanto, a Lei 8.742/93 pretendeu regulamentar as conquistas do âmbito assistencial, asseguradas pela Constituição Federal, para a proteção daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social.

A consolidação da Assistência Social como direito fundamental e a política pública se pautam, conjuntamente, nas diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), na NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e na implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), cuja gestão e operacionalização é de competência conjunta das três esferas de governo – federal, estadual/distrital e municipal, cada qual com sua responsabilidade, não deixando de se observar o princípio da descentralização administrativa ocorrida com a aprovação na PNAS em 2004. Neste cenário de conquistas, evidenciamos a aprovação pelo

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Essa normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Cabe ainda, citar a Lei nº 12.435 sancionada em 2011 pela presidenta Dilma Rousseff, que complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais. Nessa perspectiva, sua construção está fundamentada em três vertentes distintas – a das pessoas, a de suas circunstâncias de vida, e a da família a qual estão inseridas, aos quais têm por objetivo a garantia à segurança de sobrevivência, de rendimento e autonomia, de acolhimento, de convívio e vivência familiar. A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma conquista importante para a Assistência Social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial. Para isso atua nas proteções desdobradas em proteção social básica e especial de média e de alta complexidade.

O **Serviço de Proteção Social Básica** realiza serviços, programas e projetos de prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais com ação territorializadas aos indivíduos e às famílias. Sua execução está vinculada aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e tem como público-alvo a população que vive em situações de vulnerabilidade social, de pobreza, de privação ou precariedade de renda, ou sujeitos à fragilização de seus vínculos relacionais ou de pertencimento social.

O **Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade** oferece atendimento socioassistencial à indivíduos e famílias em situação de risco ou de violações de direitos. Sua execução está vinculada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social

(CREAS) para pessoas cujos vínculos familiares ainda não foram totalmente rompidos, mas que em virtude de sua complexidade requerem acompanhamento sistemático, estruturação técnico operacional especializada ou atenção individualizada.

O **Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade** é a modalidade voltada para indivíduos e famílias em situações de extrema vulnerabilidade e risco pessoal ou social. Ele visa oferecer atendimento especializado, com abordagem multidisciplinar, para casos que demandam intervenções mais intensivas e específicas. Este serviço é destinado a pessoas em situação de abandono, violência, exploração, abuso, entre outras condições graves, buscando promover a autonomia e a reinserção social, além de prevenir a perpetuação dessas situações adversas. O atendimento é realizado por equipes especializadas, visando proporcionar um suporte mais adequado e eficaz diante das complexidades apresentadas pelos usuários.

7.1. MAPEAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

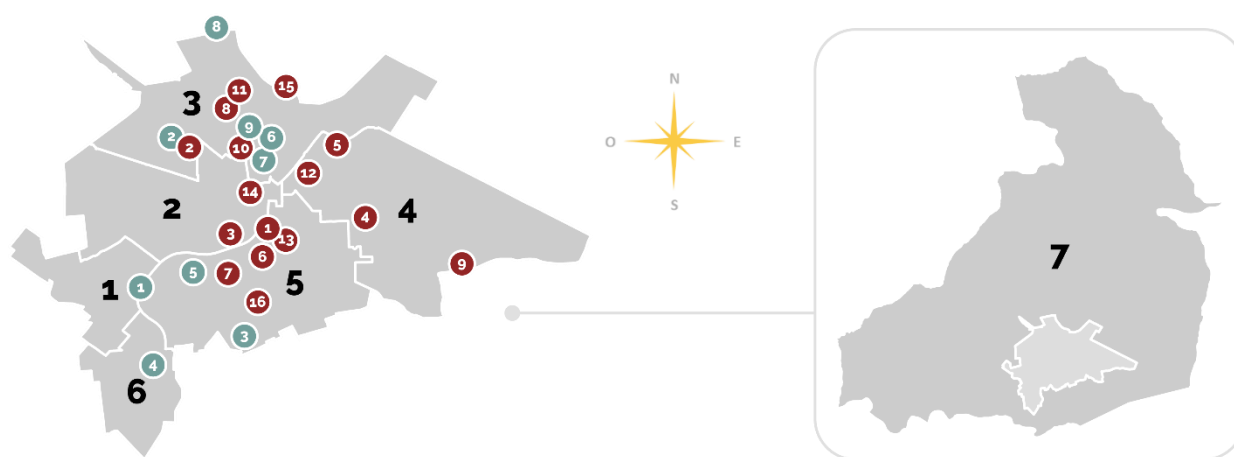
Assis conta com 10 equipamentos socioassistenciais e 16 Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Esses equipamentos e organizações estão listados e mapeados a seguir:

Equipamentos Socioassistenciais

1	CRAS 1
2	CRAS 2
3	CRAS 3
4	CRAS 4 (CEU)
5	CREAS
6	Centro de Convivência do Idoso (CCI)
7	Centro Dia do Idoso (CDI)
8	Casa de Passagem
9	Unidade de Atendimento ao Migrante (UAM)
10	Casa de Acolhimento ⁵

Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

1	Casa da Menina "São Francisco de Assis"
2	Comunidade Kolping de Santa Cecília
3	Fundação Futuro
4	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Assis
5	Associação Filantrópica "Nosso Lar" – SER
6	Associação Beneficente de Assis – Sim ao Deficiente
7	Associação Filantrópica "Nosso Lar"
8	Serviço de Longa Permanência "Miguel Benedicto Marques"
9	Asilo São Vicente de Paulo
10	Lar dos Velhos – Obra Unida à Sociedade São Vicente de Paulo
11	Casa da Criança "Dom Antônio José dos Santos"
12	Associação Voluntária de Combate ao Câncer de Assis (AVCCA)
13	Comunidade Restauração
14	Comunidade Terapêutica Para Fármaco Dependentes "Monte Sião" (Cremos)
15	Comunidade Terapêutica Idac Maanaim
16	Comunidade Braços Abertos Brasil



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
			7	-	Zona rural de Assis.

⁵ Para fins de proteção das crianças e adolescentes acolhidos, a localização do Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescente em situação de violação e negligência (Casa de Acolhimento) não é divulgada.

7.2. CENTRAL DE ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO

A Central de Atendimento do Cadastro Único é um espaço público destinado a realizar o cadastramento e a atualização de dados das famílias de baixa renda, garantindo seu acesso a programas sociais do Governo Federal, estadual e municipal. O local concentra o atendimento especializado para inclusão, atualização e orientação sobre benefícios vinculados ao CadÚnico, funcionando como um ponto de referência para facilitar o acesso da população aos serviços socioassistenciais e fortalecer a gestão das políticas públicas de assistência social no município.

A Central de Atendimento do Cadastro Único de Assis está estrategicamente localizada na Biblioteca Municipal, situada na Rua Luiz Pizza, nº 19, na região central do município. O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h30, oferecendo à população um espaço acessível e adequado para a realização de cadastros. A Central permanece aberta durante o horário de almoço, ampliando as possibilidades de atendimento e facilitando o acesso aos serviços disponibilizados. Considerando o aumento das demandas sociais no município, a instalação da Central de Atendimento representa uma medida relevante para suprir as necessidades da comunidade.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), a Central do Cadastro Único do município de Assis realizou, em 2024, 2.869 atendimentos. As informações relativas às famílias inscritas no Cadastro Único serão apresentadas no capítulo seguinte.

Tabela 13: Atendimentos realizados pela Central do CadÚnico

Atendimento	Quant.	(%)
CadÚnico	2.855	99,5%
Agendamento CadÚnico	8	0,3%
Bolsa Família	3	0,1%
BPC	2	0,1%
BPC na Escola	1	0,0%
Total	2.869	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2024.

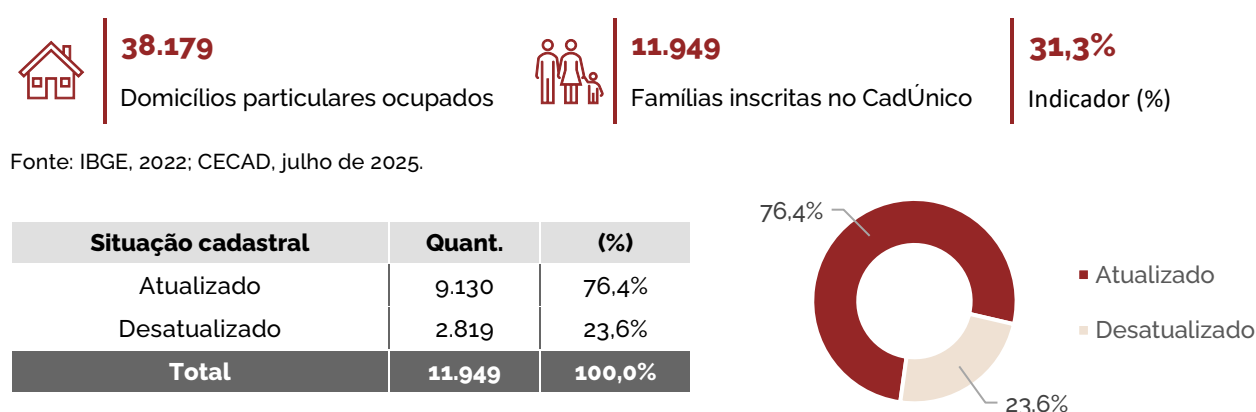
7.3. CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) PARA PROGRAMAS SOCIAIS

O CadÚnico é um instrumento de responsabilidade compartilhada entre governo federal, estadual, distrital e municipal, para seleção, cadastro e inclusão de famílias de baixa renda em programas socioassistenciais e de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) da Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa Minha Vida, Benefício de Prestação Continuada (BPC), dentre outros. Neste cadastro são registradas informações socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Com a implementação do SUAS, o CadÚnico foi integrado à política da assistência social como porta de entrada para as famílias acessarem outras políticas públicas, e seu banco de dados pode ser consultado e extraído por meio da ferramenta do CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único). A seguir serão apresentados os dados de pessoas e famílias residentes de Assis inscritas no CadÚnico.

Em julho de 2025, Assis contava com 11.949 famílias inscritas no CadÚnico, representando 31,3% do total de domicílios particulares ocupados no município (IBGE 2022). Com relação à situação cadastral, 76,4% das famílias possuem cadastros atualizados, ou seja, aqueles que foram retificados em algum momento nos dois anos anteriores ao período de referência. É importante ressaltar que, apesar de apresentar o indicador de famílias inscritas no CadÚnico com cadastro desatualizado, toda a análise subsequente levará em consideração apenas os 9.130 cadastros atualizados.

Figura 6: Total de famílias inscritas no CadÚnico



7.3.1. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 96,2% e (-) 62,9%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias no CadÚnico	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	4.486	522	11,6%
	5. CRAS 3.2	10.073	2.052	20,4%
	2. CRAS 2.1	6.702	1.899	28,3%
	7. RURAL	1.175	334	28,4%
	3. CRAS 2.2	6.703	2.259	33,7%
	1. CRAS 1	5.682	2.834	49,9%
	6. CRAS 4	3.339	2.049	61,4%
	Município	38.179	11.949	31,3%

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, julho de 2025.

Definição: Famílias inscritas no CadÚnico dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

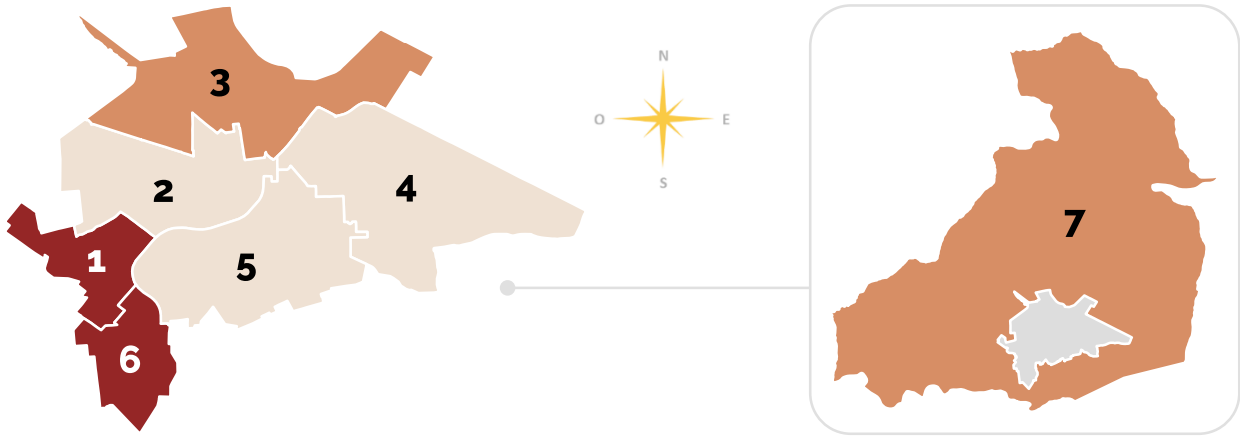
Menor Valor	4. CRAS 3.1	11,6%
Média	Assis	31,3%
Maior Valor	6. CRAS 4	61,4%

5,3 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

7.3.2. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO DESATUALIZADO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com cadastro desatualizado entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 98,6% e (-) 59,5%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias com cadastro desatualizado	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	4.486	133	3,0%
	5. CRAS 3.2	10.073	483	4,8%
	7. RURAL	1.175	73	6,2%
	2. CRAS 2.1	6.702	443	6,6%
	3. CRAS 2.2	6.703	587	8,8%
	1. CRAS 1	5.682	610	10,7%
	6. CRAS 4	3.339	490	14,7%
	Município	38.179	2.819	7,4%

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, julho de 2025.

Definição: Famílias no CadÚnico com cadastro desatualizado dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

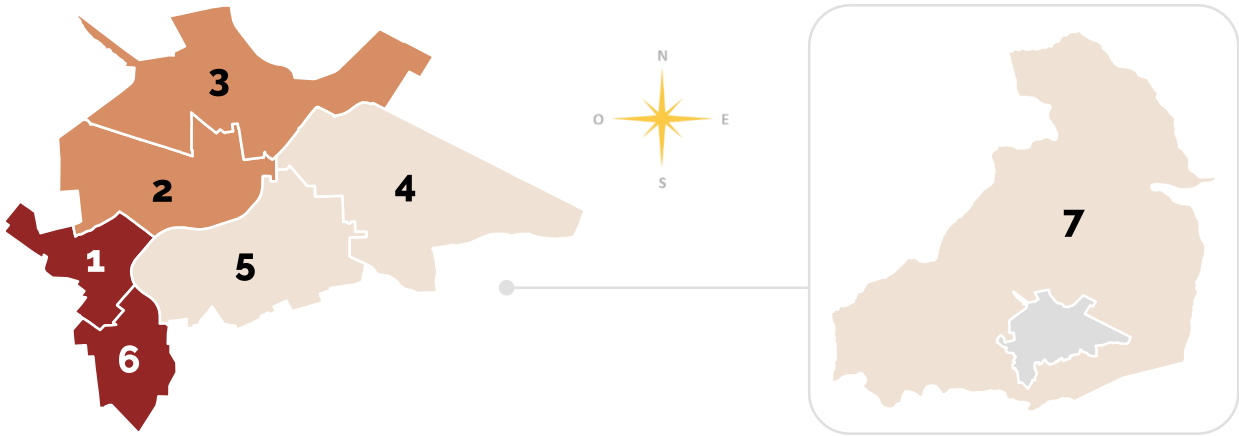
Menor Valor	4. CRAS 3.1	3,0%
Média	Assis	7,4%
Maior Valor	6. CRAS 4	14,7%

4,9 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

7.3.3. FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO COM CADASTRO ATUALIZADO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com cadastro atualizado, entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 95,4% e (-) 63,6%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias com cadastro atualizado	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	4.486	389	8,7%
	5. CRAS 3.2	10.073	1.569	15,6%
	2. CRAS 2.1	6.702	1.456	21,7%
	7. RURAL	1.175	261	22,2%
	3. CRAS 2.2	6.703	1.672	24,9%
	1. CRAS 1	5.682	2.224	39,1%
	6. CRAS 4	3.339	1.559	46,7%
	Município	38.179	9.130	23,9%

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, julho de 2025.

Definição: Famílias no CadÚnico com cadastro atualizado dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

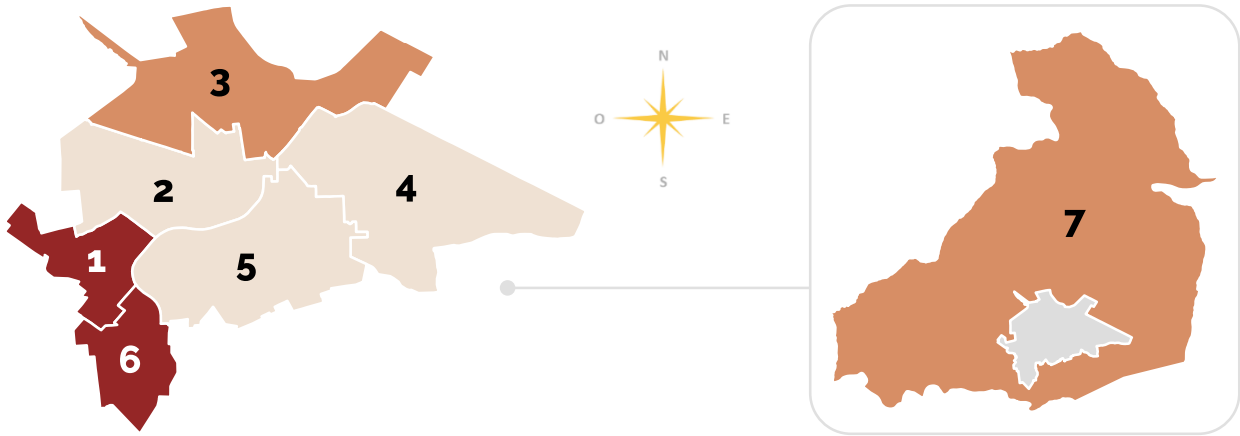
Menor Valor	4. CRAS 3.1	8,7%
Média	Assis	23,9%
Maior Valor	6. CRAS 4	46,7%

5,4 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

7.3.4. FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ 1/2 SALÁRIO MÍNIMO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com renda *per capita* de até 1/2 salário mínimo entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 123,1% e (-) 70,6%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda per capita de até 1/2 SM	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	4.486	187	4,2%
	5. CRAS 3.2	10.073	868	8,6%
	2. CRAS 2.1	6.702	705	10,5%
	3. CRAS 2.2	6.703	945	14,1%
	7. RURAL	1.175	168	14,3%
	1. CRAS 1	5.682	1.519	26,7%
	6. CRAS 4	3.339	1.066	31,9%
	Município	38.179	5.458	14,3%

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, julho de 2025.

Definição: Famílias no CadÚnico com renda per capita de até ½ SM dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

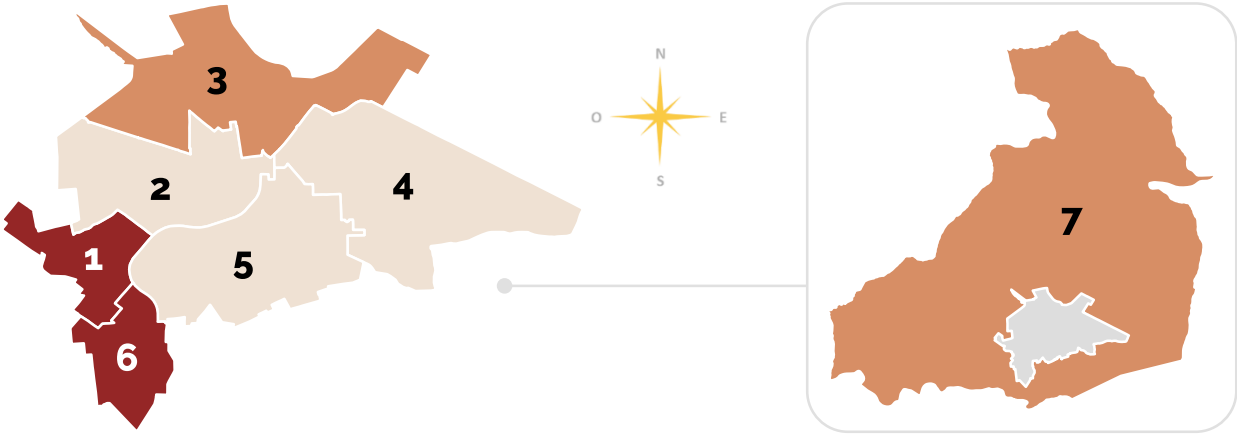
Menor Valor	4. CRAS 3.1	4,2%
Média	Assis	14,3%
Maior Valor	6. CRAS 4	31,9%

7,6 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

7.3.5. FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ 1/4 DE SALÁRIO MÍNIMO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com renda *per capita* de até 1/4 de salário mínimo entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 134,6% e (-) 75,0%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda per capita de até 1/4 de SM	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	4.486	115	2,6%
	5. CRAS 3.2	10.073	598	5,9%
	2. CRAS 2.1	6.702	488	7,3%
	3. CRAS 2.2	6.703	657	9,8%
	7. RURAL	1.175	121	10,3%
	1. CRAS 1	5.682	1.161	20,4%
	6. CRAS 4	3.339	816	24,4%
	Município	38.179	3.956	10,4%

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, julho de 2025.

Definição: Famílias no CadÚnico com renda per capita de até ¼ de SM dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

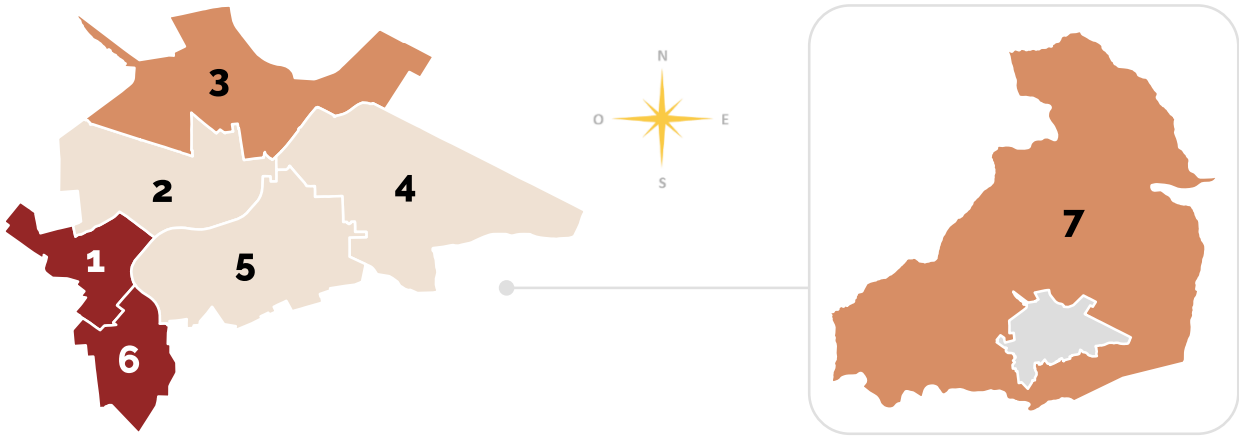
Menor Valor	4. CRAS 3.1	2,6%
Média	Assis	10,4%
Maior Valor	6. CRAS 4	24,4%

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

9,4 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

7.3.6. FAMÍLIAS COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ 1/8 DE SALÁRIO MÍNIMO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com renda *per capita* de até 1/8 de salário mínimo entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 150,7% e (-) 81,2%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Renda per capita de até 1/8 de SM	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	4.486	60	1,3%
	5. CRAS 3.2	10.073	350	3,5%
	2. CRAS 2.1	6.702	293	4,4%
	3. CRAS 2.2	6.703	410	6,1%
	7. RURAL	1.175	76	6,5%
	1. CRAS 1	5.682	856	15,1%
	6. CRAS 4	3.339	578	17,3%
	Município	38.179	2.623	6,9%

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, julho de 2025.

Definição: Famílias no CadÚnico com renda per capita de até 1/8 de SM dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

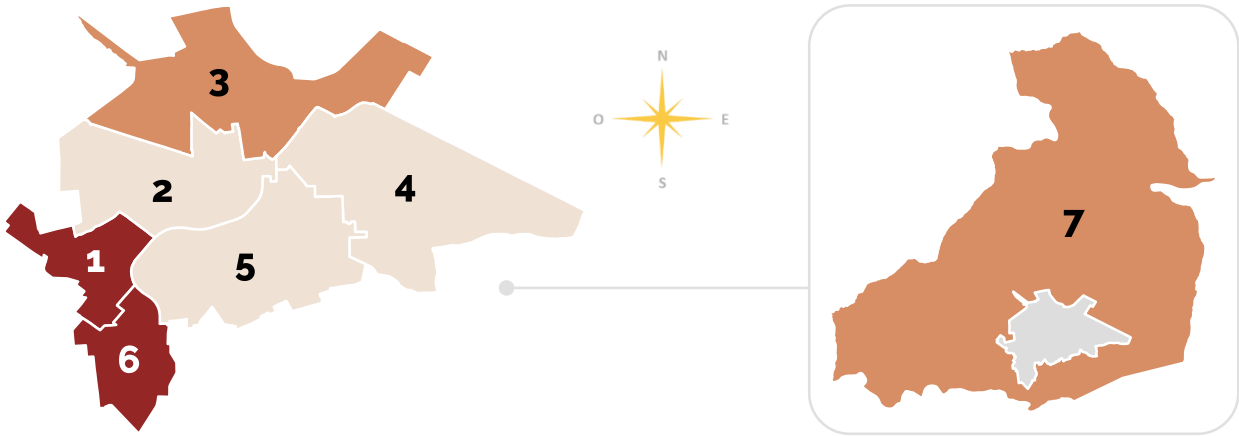
Menor Valor	4. CRAS 3.1	1,3%
Média	Assis	6,9%
Maior Valor	6. CRAS 4	17,3%

13,3 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

7.3.7. FAMÍLIAS QUE RECEBEM PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico que recebem auxílio do Programa Bolsa Família entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 140,2% e (-) 76,1%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias que recebem PBF	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	4.486	98	2,2%
	5. CRAS 3.2	10.073	512	5,1%
	2. CRAS 2.1	6.702	396	5,9%
	7. RURAL	1.175	101	8,6%
	3. CRAS 2.2	6.703	578	8,6%
	1. CRAS 1	5.682	1.090	19,2%
	6. CRAS 4	3.339	737	22,1%
	Município	38.179	3.512	9,2%

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, julho de 2025.

Definição: Famílias no CadÚnico que recebem auxílio do PBF dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

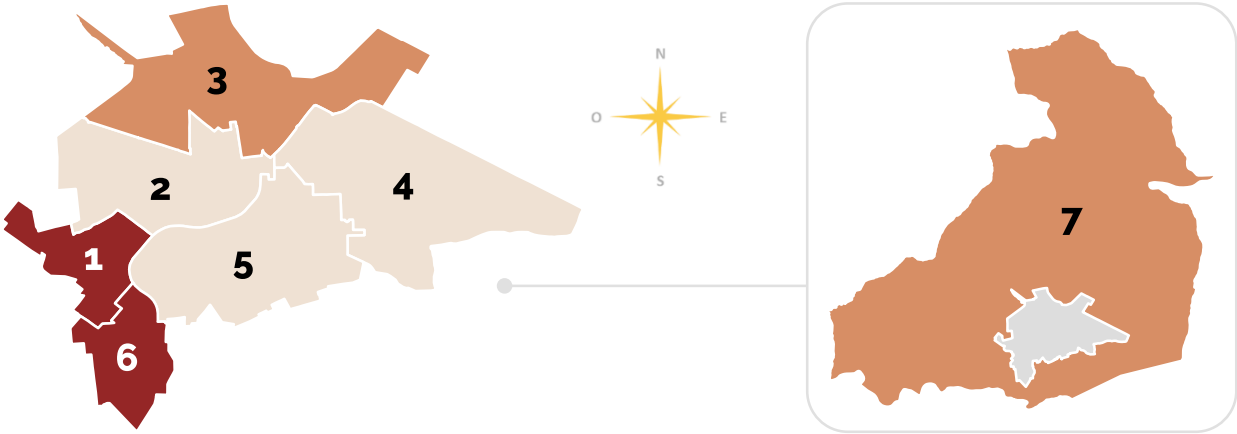
Menor Valor	4. CRAS 3.1	2,2%
Média	Assis	9,2%
Maior Valor	6. CRAS 4	22,1%

10,0 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

7.3.8. FAMÍLIAS COM CRIANÇAS OU ADOLESCENTES

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com crianças ou adolescentes entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 123,1% e (-) 69,4%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias com crianças ou adolescentes	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	4.486	148	3,3%
	5. CRAS 3.2	10.073	636	6,3%
	2. CRAS 2.1	6.702	489	7,3%
	7. RURAL	1.175	100	8,5%
	3. CRAS 2.2	6.703	744	11,1%
	1. CRAS 1	5.682	1.196	21,0%
	6. CRAS 4	3.339	805	24,1%
	Município	38.179	4.118	10,8%

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, julho de 2025.

Definição: Famílias no CadÚnico com crianças ou adolescentes dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

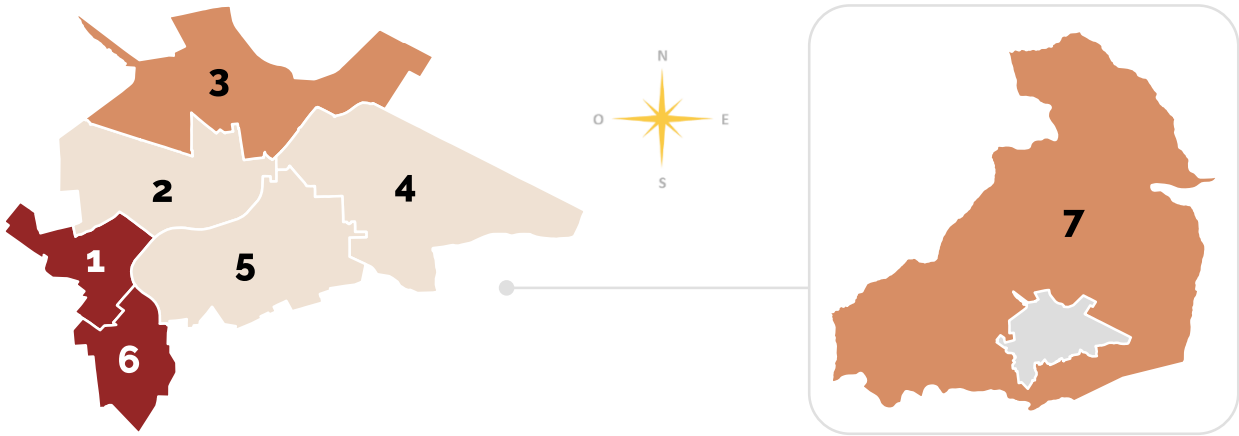
Menor Valor	4. CRAS 3.1	3,3%
Média	Assis	10,8%
Maior Valor	6. CRAS 4	24,1%

7,3 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

7.3.9. FAMÍLIAS COM PESSOAS IDOSAS

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com pessoas idosas entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 47,6% e (-) 54,9%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Famílias com pessoas idosas	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	4.486	166	3,7%
	5. CRAS 3.2	10.073	640	6,4%
	3. CRAS 2.2	6.703	596	8,9%
	7. RURAL	1.175	106	9,0%
	2. CRAS 2.1	6.702	644	9,6%
	1. CRAS 1	5.682	587	10,3%
	6. CRAS 4	3.339	404	12,1%
	Município	38.179	3.143	8,2%

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, julho de 2025.

Definição: Famílias no CadÚnico com pessoas idosas dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

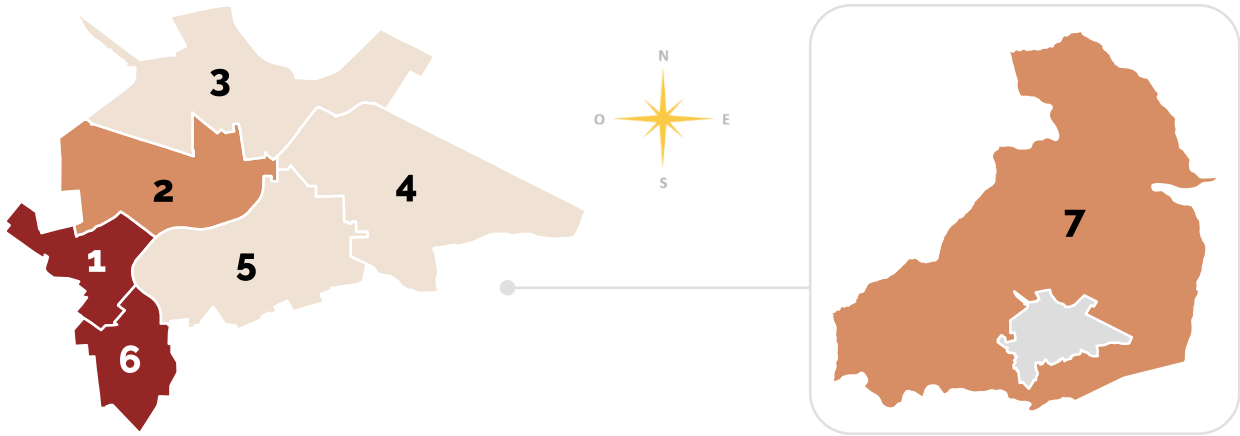
Menor Valor	4. CRAS 3.1	3,7%
Média	Assis	8,2%
Maior Valor	6. CRAS 4	12,1%

3,3 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			
4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...	
5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...	
6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...	
7		Zona rural de Assis.	
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	

7.3.10. PESSOAS INSCRITAS NO CADÚNICO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de pessoas inscritas no CadÚnico com cadastro atualizado entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 91,3% e (-) 64,6%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População residente	Pessoas no CadÚnico	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	11.711	852	7,3%
	7. RURAL	4.497	604	13,4%
	5. CRAS 3.2	24.863	3.353	13,5%
	2. CRAS 2.1	16.874	3.013	17,9%
	3. CRAS 2.2	17.640	3.819	21,6%
	1. CRAS 1	16.160	5.408	33,5%
	6. CRAS 4	9.664	3.812	39,4%
	Município	101.409	20.861	20,6%

Fonte: IBGE, 2022; CECAD, julho de 2025.

Definição: Pessoas inscritas no CadÚnico com cadastro atualizado dividido pelo total da população residente, vezes 100

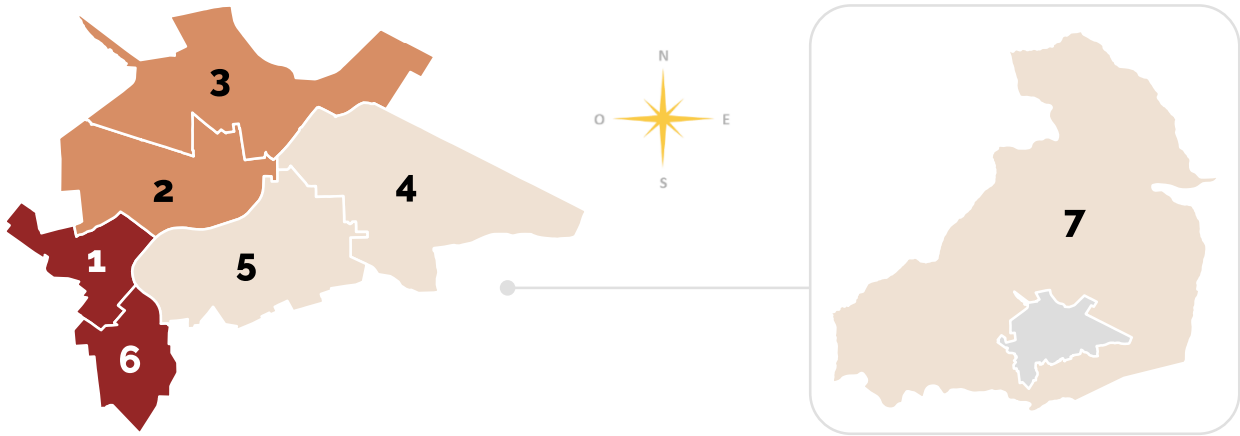
Menor Valor	4. CRAS 3.1	7,3%
Média	Assis	20,6%
Maior Valor	6. CRAS 4	39,4%

5,4 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

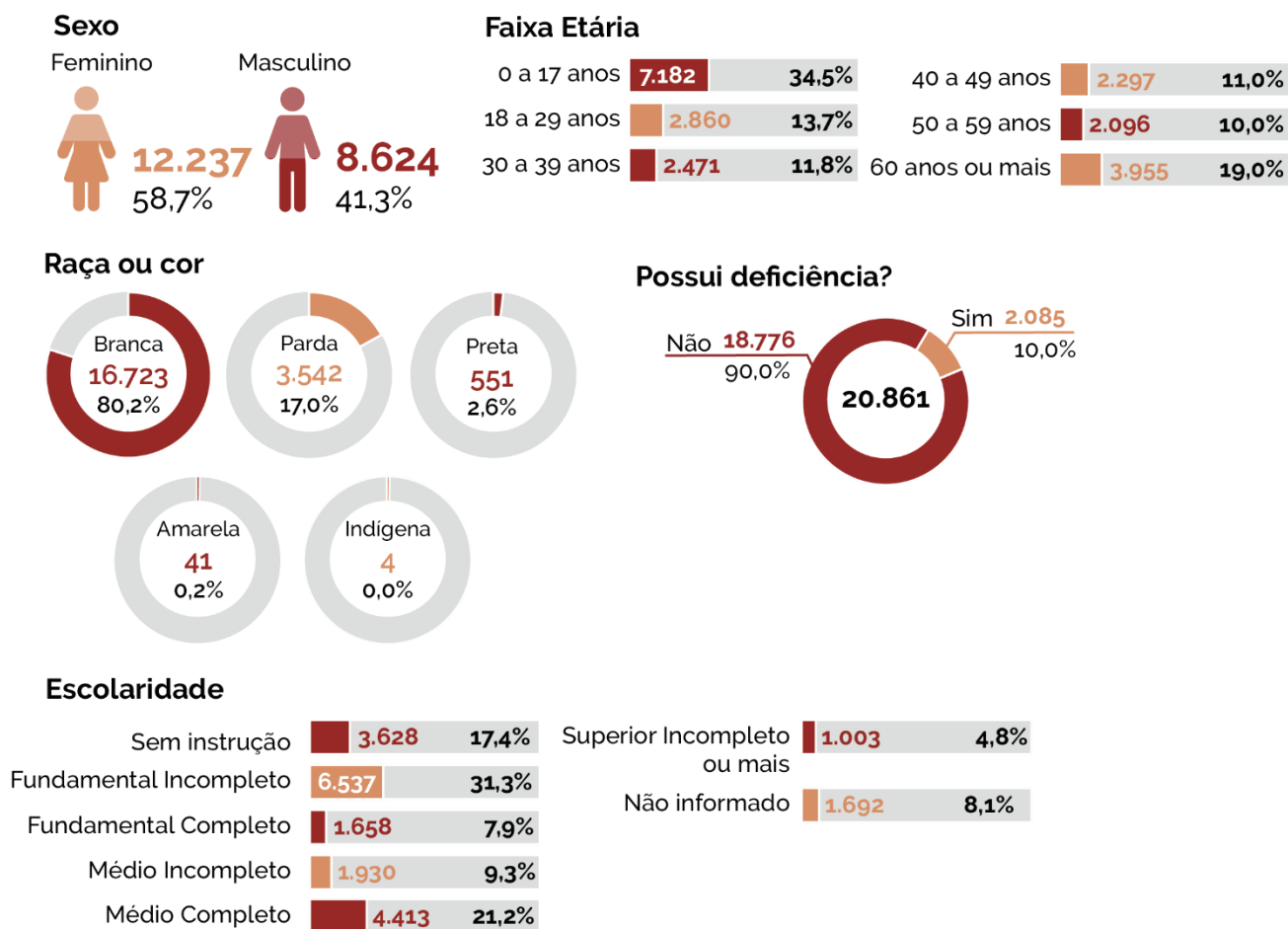
Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

Figura 7: Perfil das pessoas inscritas no CadÚnico



Fonte: CECAD, julho de 2025.

7.4. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma política pública de assistência social, criada com o intuito de prover amparo financeiro a pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o BPC representa um instrumento essencial na promoção da inclusão social e na garantia de condições mínimas de subsistência para indivíduos em situação de extrema pobreza.

O benefício é concedido a brasileiros e estrangeiros regularizados no país que possuam idade igual ou superior a 65 anos, bem como àqueles que apresentem incapacidade para a vida independente e para o trabalho, de acordo com critérios estabelecidos pela legislação. A análise e concessão do BPC são realizadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante avaliação da renda per capita familiar, condição socioeconômica do requerente e perícia médica para os casos de deficiência.

A concessão do BPC implica no pagamento de um salário-mínimo mensal ao beneficiário, proporcionando-lhe recursos essenciais para a satisfação de suas necessidades básicas, tais como alimentação, habitação e cuidados com a saúde. Vale ressaltar que o benefício não configura um seguro previdenciário, uma vez que não exige contribuições prévias por parte do beneficiário, sendo uma prestação assistencial destinada a suprir carências de ordem social.

É relevante destacar que o BPC desempenha um papel crucial na mitigação da desigualdade e na promoção da dignidade humana, assegurando a inclusão e a proteção social para segmentos da população que enfrentam condições adversas. A sua continuidade e efetividade dependem não apenas da legislação vigente, mas também de políticas e ações governamentais que visem aprimorar as condições de vida dos beneficiários e fomentar o acesso a oportunidades que promovam a autonomia e o bem-estar.

7.4.1. BENEFICIÁRIOS DO BPC PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A 1. CRAS 1 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de beneficiários do BPC para pessoas com deficiência entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 50,0% e (-) 50,0%, respectivamente.

Regiões geográficas	População residente	Beneficiários do BPC PCD	Indicador (%)
4. CRAS 3.1	11.711	54	0,5%
7. RURAL	4.497	21	0,5%
2. CRAS 2.1	16.874	127	0,8%
5. CRAS 3.2	24.863	243	1,0%
3. CRAS 2.2	17.640	181	1,0%
6. CRAS 4	9.664	139	1,4%
1. CRAS 1	16.160	245	1,5%
Município	101.409	1.010	1,0%

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2025.

Definição: Beneficiários do BPC para pessoa com deficiência dividido pelo total da população residente, vezes 100

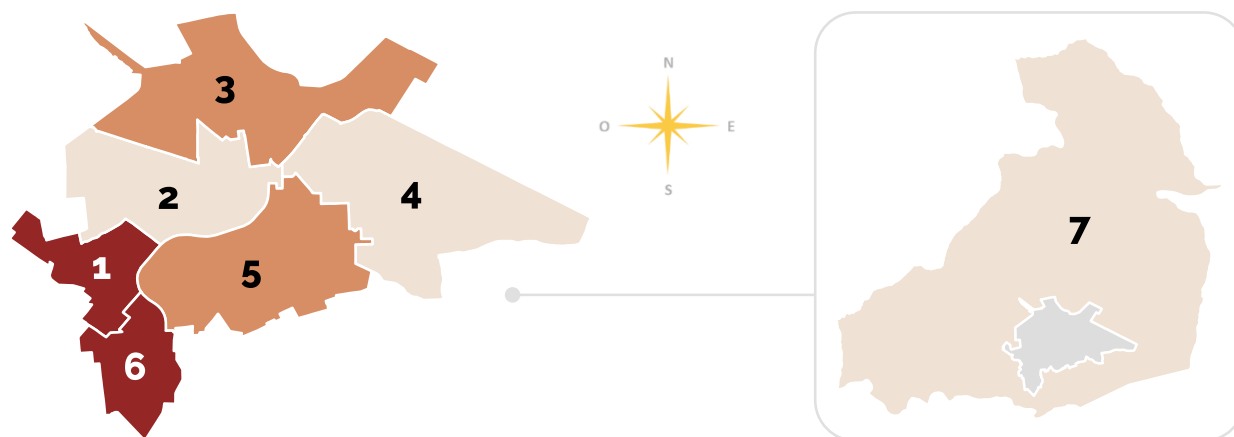
Menor Valor	4. CRAS 3.1	0,5%
Média	Assis	1,0%
Maior Valor	1. CRAS 1	1,5%

3,0 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

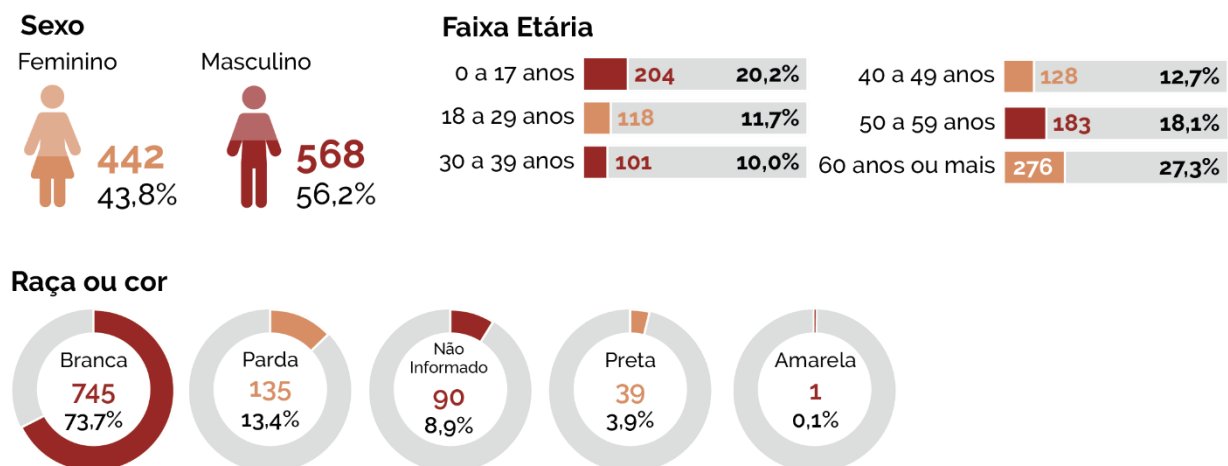
Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

Figura 8: Perfil dos beneficiários do BPC – pessoa com deficiência

Fonte: Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2025.

7.4.2. BENEFICIÁRIOS DO BPC PARA PESSOAS IDOSAS

A 1. CRAS 1 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de beneficiários do BPC para pessoas idosas entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 76,3% e (-) 57,6%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População de 60 anos ou mais	Beneficiários do BPC pessoa idosa	Indicador (%)
	4. CRAS 3.1	2.173	55	2,5%
	7. RURAL	745	21	2,8%
	2. CRAS 2.1	4.216	188	4,5%
	5. CRAS 3.2	6.117	355	5,8%
	3. CRAS 2.2	2.985	211	7,1%
	6. CRAS 4	1.041	90	8,6%
	1. CRAS 1	2.094	217	10,4%
	Município	19.423	1.137	5,9%

Fonte: IBGE, 2022; Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2025.

Definição: Beneficiários do BPC para pessoas idosas dividido pelo total da população residente, vezes 100

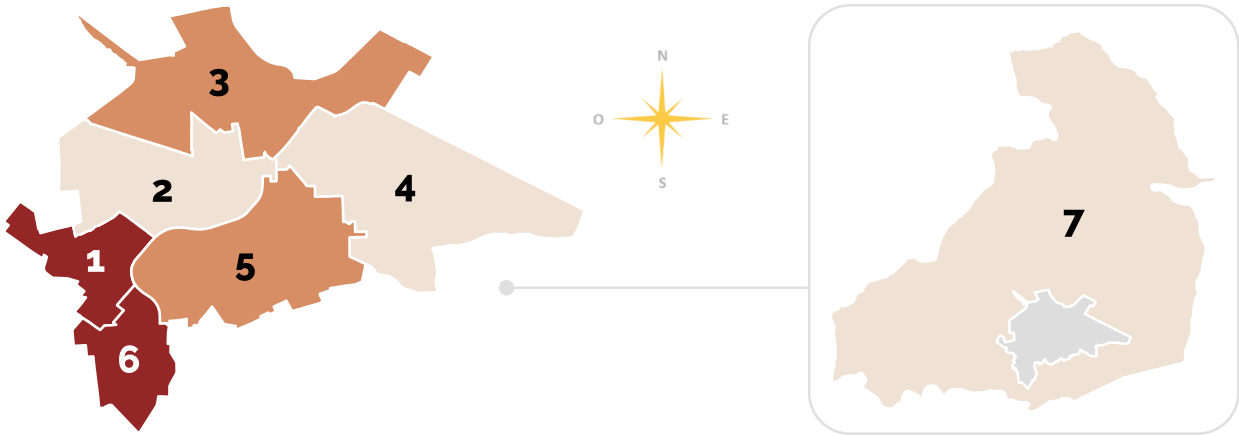
Menor Valor	4. CRAS 3.1	2,5%
Média	Assis	5,9%
Maior Valor	1. CRAS 1	10,4%

4,2 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

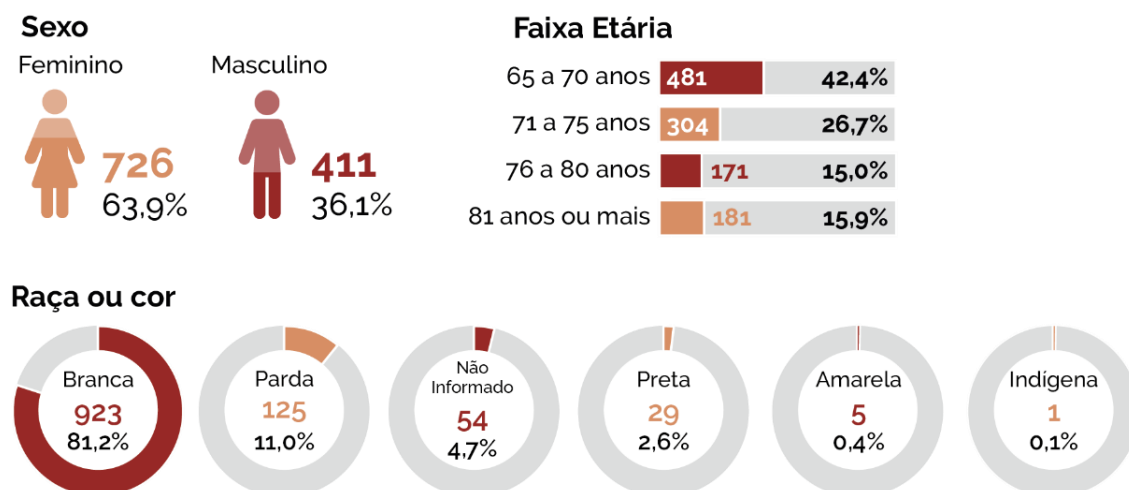
Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

Figura 9: Perfil dos beneficiários do BPC – pessoa idosa



Fonte: Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2025.

7.5. CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável por ofertar serviços de proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade. No CRAS, são desenvolvidas ações de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenção de situações de risco social e promoção do acesso a direitos. O equipamento também realiza o acompanhamento de famílias inscritas no Cadastro Único, além de oferecer orientações, encaminhamentos e atividades socioeducativas voltadas à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento social da comunidade atendida.

O município de Assis conta com 4 CRAS. São eles:

- **CRAS 1 - Prudenciana:** Avenida David Passarinho, 704 - Prudenciana;
- **CRAS 2 - Jardim Paraná:** Rua Curitiba, 114 - Jardim Paraná;
- **CRAS 3 - San Fernando Valley:** Rua Luiz Francisco de Almeida, 100 - San Fernando Valley;
- **CRAS 4 - Parque Colinas:** Rua Maurício Nucci, 258 - Parque Colinas.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Assis realizaram 25.731 atendimentos ao longo de 2024, sendo que o maior volume foi registrado no CRAS 2, responsável por 42,4% do total de atendimentos.

Tabela 14: Atendimentos por CRAS

CRAS	Quant.	(%)	
CRAS 1 - Prudenciana	5.380	20,9%	
CRAS 2 - Jardim Paraná	10.923	42,4%	
CRAS 3 - San Fernando Valley	5.658	22,0%	
CRAS 4 - Parque Colinas	3.770	14,7%	
Total	25.731	100,0%	

Fonte: Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2024.

Os principais tipos de atendimento referem-se ao Cadastro Único, que representa a maior parte dos registros (11.480 atendimentos), seguido pelas solicitações de informações complementares e pela concessão de benefícios eventuais. Observa-se que as ações vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), visitas domiciliares e o acompanhamento do Bolsa Família também têm relevância expressiva, evidenciando a amplitude das atividades realizadas.

Tabela 15: Tipo de atendimento realizado

Atendimento	CRAS 1	CRAS 2	CRAS 3	CRAS 4	Total
CadÚnico	2.008	5.041	3.201	1.230	11.480
Informações Complementares	897	2.002	554	241	3.694
Solicitação/Concessão de Benefício Eventual	601	365	128	440	1.534
Programa de Aquisição de Alimentos	342	619	285	198	1.444
Visita Domiciliar	281	422	223	192	1.118
Bolsa Família	368	342	183	205	1.098
BPC	169	380	222	101	872
Atendimento Particularizado	76	511	14	136	737
Grupos	20	282	325	59	686
Viva Leite	218	161	107	113	599
Ações do PAIF	9	1	-	525	535
Orientação	164	129	112	42	447
Discussão de Caso	27	211	57	87	382
Descumprimento de Condicionalidades do PBF	52	120	38	51	261
Carteira do Idoso	24	99	90	9	222
Articulação com Parceiros	29	102	-	20	151
Encaminhamentos	26	34	13	39	112
Convocação	2	-	75	6	83
Consulta	2	18	5	28	53
Documentos	6	36	-	9	51
Passe Livre	17	24	7	-	48
Isonção da Taxa de Sepultamento	19	14	9	3	45
Solicitação de Documentos (RG/ Certidões)	3	4	1	30	38
Relatório	13	3	4	2	22
Verificação de Violação de Direitos	7	2	5	-	14
Audiência Concentrada	-	-	-	2	2
Vale Gás – SP	-	-	-	2	2
BPC na Escola	-	1	-	-	1
Total	5.380	10.923	5.658	3.770	25.731

Fonte: Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2024.

7.6. CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (CCI)

O Centro de Convivência do Idoso (CCI) é um serviço socioassistencial voltado à promoção do envelhecimento ativo e à valorização da pessoa idosa na sociedade. Vinculado à proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o CCI desenvolve atividades que fortalecem os vínculos familiares e comunitários, estimulam a participação social e contribuem para a defesa e o exercício dos direitos da população idosa. As ações abrangem áreas como cidadania, lazer, cultura, educação, saúde e convivência, com o propósito de prevenir o isolamento e promover a autonomia e o bem-estar dos participantes.

No município de Assis, o Centro de Convivência do Idoso realiza suas atividades na sede localizada na Rua Reverendo Abel A. de Camargo, nº 301, no Conjunto Habitacional Orestes Longhini. O serviço é destinado a pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos residentes no município, priorizando aquelas com 80 anos ou mais, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou de programas de transferência de renda, e aquelas que apresentam dificuldade de acesso a oportunidades de convivência familiar e comunitária. As ações seguem programação pré-determinada, voltadas à integração social, à promoção de direitos e à melhoria da qualidade de vida da população idosa de Assis.

Tabela 16: Atendimentos realizados pelo CCI

Atendimentos	Quant.	(%)	
Informações Complementares	7	77,8%	
Encaminhamentos	1	11,1%	
Verificação de Violação de Direitos	1	11,1%	
Total	9	100,0%	

Fonte: Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2024.

7.7. UNIDADE DE ATENDIMENTO AO MIGRANTE (UAM)

A Unidade de Atendimento ao Migrante (UAM) é um serviço socioassistencial voltado ao atendimento de pessoas em situação de mobilidade, como migrantes, itinerantes e trecheiros, que se encontram em trânsito pelo município. Seu objetivo é garantir acolhida, apoio e orientação a indivíduos que estejam em deslocamento e necessitem de auxílio imediato, assegurando condições básicas de dignidade e respeito aos direitos humanos. A atuação da UAM está alinhada à Política Nacional de Assistência Social, especialmente no que se refere ao atendimento de populações em situação de vulnerabilidade temporária ou de desproteção social.

No município de Assis, a Unidade de Atendimento ao Migrante presta atendimento a pessoas que estão de passagem pela cidade, em direção a outros municípios, oferecendo principalmente alimentação e auxílio com passagens de ônibus para continuidade da viagem até o destino pretendido. Para acesso ao serviço, é necessário apresentar documento pessoal ou, na ausência deste, boletim de ocorrência. A unidade está localizada na Avenida Getúlio Vargas, no bairro Vila Nova Santana.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), a Unidade de Atendimento ao Migrante do município de Assis realizou 625 atendimentos ao longo do ano de 2024.

7.8. CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública vinculada à política de Assistência Social, responsável por atender famílias e indivíduos em situação de risco social ou que tiveram seus direitos violados. Inserido na proteção social especial de média complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o CREAS oferece acompanhamento psicossocial e jurídico, orientações, encaminhamentos e ações voltadas à reconstrução de vínculos e à garantia de direitos. Entre os principais atendimentos realizados estão os casos de violência física, psicológica e sexual, negligência, abandono, trabalho infantil, medidas socioeducativas em meio aberto, entre outras situações de violação.

No município de Assis, o CREAS atua como referência na articulação da rede socioassistencial, promovendo o acolhimento e o acompanhamento de famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade, com vistas à superação das dificuldades e ao fortalecimento da convivência familiar e comunitária. A unidade está localizada na Rua Humberto de Campos, nº 622.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Assis realizou 2.357 atendimentos ao longo de 2024. As principais demandas registradas referem-se a informações complementares (32,2%) e visitas domiciliares (19,3%), seguidas de atendimentos particularizados (10,3%) e discussões de caso (10,1%), evidenciando o caráter técnico e articulador do serviço. Também se destacam as ações de articulação com parceiros (5,6%), acompanhamento familiar (4,5%) e a elaboração de relatórios (3,6%), que reforçam a atuação intersetorial e o acompanhamento contínuo de situações de violação de direitos.

Tabela 17: Atendimentos realizados pelo CREAS

Atendimentos	Quant.	(%)	
Informações Complementares	760	32,2%	
Visita Domiciliar	455	19,3%	
Atendimento Particularizado	242	10,3%	
Discussão de Caso	239	10,1%	
Articulação com Parceiros	132	5,6%	
Acompanhamento Familiar	105	4,5%	
Relatório	86	3,6%	
Grupos	83	3,5%	
Encaminhamentos	76	3,2%	
Orientação	60	2,5%	
Solicitação/Concessão de Benefício Eventual	57	2,4%	
Convocação	21	0,9%	
Verificação de Violação de Direitos	21	0,9%	
Audiência Concentrada	4	0,2%	
BPC	4	0,2%	
Documentos	3	0,1%	
Isenção da Taxa de Sepultamento	2	0,1%	
Notificação de Violência	2	0,1%	
Passe Livre	2	0,1%	
Abordagem social por equipe especializada	1	0,0%	
CadÚnico	1	0,0%	
Descumprimento de Condicionalidades do PBF	1	0,0%	
Total	2.357	100,0%	

Fonte: Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2024.

7.9. CASA DE PASSAGEM

A Casa de Passagem é um serviço de acolhimento institucional inserido na proteção social especial de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Destina-se a pessoas em situação de rua, incluindo migrantes e trecheiros, que necessitam de proteção integral e apoio temporário. Seu objetivo é garantir condições dignas de abrigo e convivência, prevenindo o agravamento de situações de vulnerabilidade, negligência, violência ou ruptura de vínculos familiares e comunitários. O serviço oferece dormitórios, alimentação completa (café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e chá da noite), espaço para higiene pessoal, convivência comunitária e encaminhamento aos serviços das políticas públicas de assistência social, saúde, trabalho e cidadania.

Para acesso ao serviço, é necessário apresentar documento pessoal ou boletim de ocorrência em caso de perda ou extravio. O acolhimento pode ocorrer por encaminhamento da equipe de abordagem social ou por demanda espontânea, mediante triagem técnica. O atendimento prioriza pessoas acolhidas pela abordagem social, e o período de permanência é de até 90 dias, conforme avaliação da equipe responsável.

Em Assis, a Casa de Passagem está localizada na continuação da Avenida Getúlio Vargas, ao lado do Kartódromo Ayrton Senna, na região conhecida como Água da Porca. O serviço funciona 24 horas por dia, garantindo acolhimento e atendimento ininterrupto à população em situação de rua, migrantes e trecheiros que necessitam de abrigo temporário e suporte emergencial. A unidade conta com equipe técnica preparada para realizar o acompanhamento social dos acolhidos, oferecendo um ambiente seguro e humanizado, com acesso a alimentação, higiene, descanso e encaminhamentos para a rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), a Casa de Passagem de Assis realizou 1.123 atendimentos ao longo de 2024, com predominância de acolhimentos provisórios (70,8%), seguidos pela concessão de passagens como benefício eventual (22,5%). Também foram registradas ações de abordagem social por equipe especializada (4,6%), além de atendimentos administrativos e de acompanhamento, como informações complementares, relatórios e articulações com parceiros. Os dados evidenciam o papel essencial da Casa de Passagem na proteção social especial de alta complexidade, assegurando acolhimento imediato, condições básicas de sobrevivência e encaminhamento adequado para pessoas em situação de rua, migrantes e trecheiros em trânsito pelo município.

Tabela 18: Atendimentos realizados pela Casa de Passagem

Atendimentos	Quant.	(%)	
Acolhimento Provisório	795	70,8%	
Passagem - Benefício Eventual	253	22,5%	
Abordagem social por equipe especializada	52	4,6%	
Informações Complementares	10	0,9%	
Atendimento Particularizado	4	0,4%	
Desacolhimento	4	0,4%	
Relatório	4	0,4%	
Articulação com Parceiros	1	0,1%	
Total	1.123	100,0%	

Fonte: Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2024.

7.10. CASA DE ACOLHIMENTO

O Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Violação e Negligência, conhecido como Casa de Acolhimento, integra a proteção social especial de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O serviço oferece acolhimento provisório e excepcional a crianças e adolescentes — inclusive aqueles com deficiência — que se encontram sob medida de proteção (art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e em situação de risco pessoal ou social. Seu objetivo é garantir proteção integral, restabelecimento de direitos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, enquanto são desenvolvidas ações para o retorno à convivência familiar ou, quando necessário, encaminhamentos adequados à rede de proteção.

O acesso ao serviço ocorre mediante determinação judicial, sendo permitidos encaminhamentos emergenciais pelo Conselho Tutelar, com posterior homologação da medida pelo juiz. O público prioritário é composto por crianças e adolescentes com medida de proteção aplicada judicialmente.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), em 2024 foram realizados 691 atendimentos na Casa de Acolhimento de Assis. As principais atividades registradas foram discussões de caso (29,7%), atendimentos particularizados (27,6%) e informações complementares (20,8%), seguidas de visitas domiciliares (6,9%) e entrevistas técnicas (4,5%).

Tabela 19: Atendimentos realizados pela Casa de Acolhimento

Atendimentos	Quant.	(%)	
Discussão de Caso	205	29,7%	
Atendimento Particularizado	191	27,6%	
Informações Complementares	144	20,8%	
Visita Domiciliar	48	6,9%	
Entrevista Técnica	31	4,5%	
Audiência Concentrada	20	2,9%	
Documentos	14	2,0%	
Encaminhamentos	13	1,9%	
Desacolhimento	8	1,2%	
Articulação com Parceiros	6	0,9%	
Acolhimento Provisório	5	0,7%	
Relatório	5	0,7%	
Solicitação de Documentos (RG/Certidões)	1	0,1%	
Total	691	100,0%	

Fonte: Secretaria Municipal da Assistência Social (SMAS), 2024.

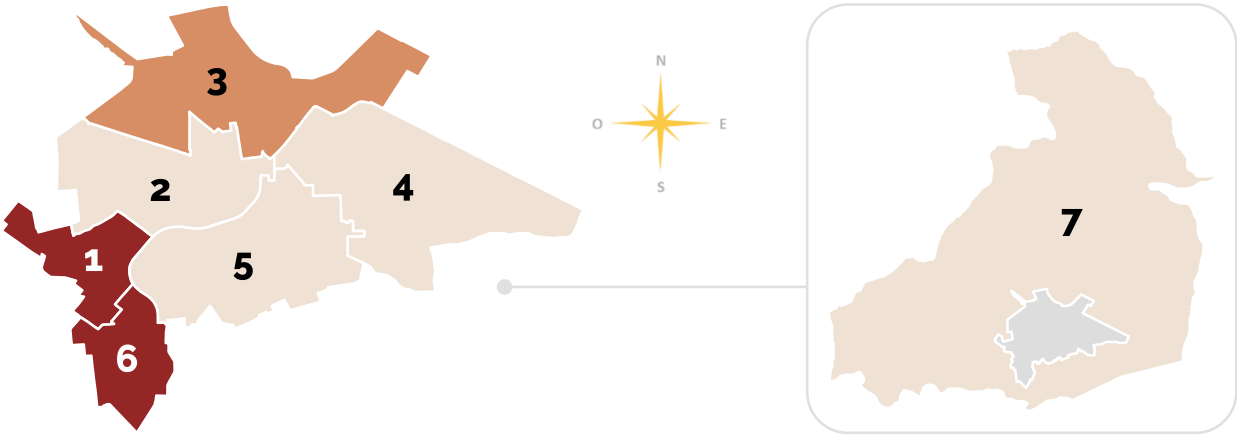
7.11. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES RELACIONADOS A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Classificação Terçil	Indicadores Relacionadas à Assistência Social – 12 Indicadores														
	Média Geral	31,3%	7,4%	23,9%	14,3%	10,4%	6,9%	9,2%	10,8%	8,2%	20,6%	1,0%	5,9%	Classificação Total	
		➤	➤	➤	➤	➤	➤	➤	➤	➤	➤	➤	➤		
	Regiões Geográficas	Famílias inscritas no CadÚnico	Famílias inscritas no CadÚnico com cadastro desatualizado	Famílias inscritas no CadÚnico com cadastro atualizado	Famílias no CadÚnico com renda <i>per capita</i> de até 1/2 SM	Famílias no CadÚnico com renda <i>per capita</i> de até 1/4 de SM	Famílias no CadÚnico com renda <i>per capita</i> de até 1/8 de SM	Famílias que recebem Programa Bolsa Família	Famílias no CadÚnico com crianças ou adolescentes	Famílias no CadÚnico com pessoas idosas	Pessoas inscritas no CadÚnico	Beneficiários do BPC para pessoas com deficiência	Beneficiários do BPC para pessoas idosas	Contagem de indicadores por região	Participação percentual por região
	4	11,6%	3,0%	8,7%	4,2%	2,6%	1,3%	2,2%	3,3%	3,7%	7,3%	0,5%	2,5%	0	0,0%
	5	20,4%	4,8%	15,6%	8,6%	5,9%	3,5%	5,1%	6,3%	6,4%	13,5%	1,0%	5,8%	0	0,0%
	2	28,3%	6,6%	21,7%	10,5%	7,3%	4,4%	5,9%	7,3%	9,6%	17,9%	0,8%	4,5%	1	8,3%
	7	28,4%	6,2%	22,2%	14,3%	10,3%	6,5%	8,6%	8,5%	9,0%	13,4%	0,5%	2,8%	1	8,3%
	3	33,7%	8,8%	24,9%	14,1%	9,8%	6,1%	8,6%	11,1%	8,9%	21,6%	1,0%	7,1%	7	58,3%
	1	49,9%	10,7%	39,1%	26,7%	20,4%	15,1%	19,2%	21,0%	10,3%	33,5%	1,5%	10,4%	12	100,0%
	6	61,4%	14,7%	46,7%	31,9%	24,4%	17,3%	22,1%	24,1%	12,1%	39,4%	1,4%	8,6%	12	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
				CRAS 3	
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

8. INDICADORES RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

O direito à educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano, social e econômico de qualquer sociedade. Ele está garantido pela Constituição Federal de 1988, que reconhece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, a ser promovido com a colaboração da sociedade. Esse princípio reafirma que o acesso à educação de qualidade não deve depender da condição econômica, social, étnica ou cultural das pessoas, mas sim ser assegurado de forma universal, gratuita e inclusiva.

A educação é o caminho pelo qual se constrói a cidadania, pois permite que os indivíduos compreendam seus direitos e deveres, participem ativamente da vida em comunidade e contribuam para a transformação social. Mais do que transmitir conhecimentos, a educação deve formar cidadãos críticos, capazes de pensar de maneira autônoma e de atuar com responsabilidade e solidariedade no mundo em que vivem. Assim, ela se torna não apenas um instrumento de ascensão pessoal, mas também um meio de fortalecimento da democracia.

No Brasil, o direito à educação se concretiza por meio de políticas públicas que visam garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes em todos os níveis de ensino. O Estado tem o dever de oferecer educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, além de expandir as oportunidades na educação infantil, profissional e superior. Contudo, a efetivação desse direito enfrenta desafios como a desigualdade regional, a falta de infraestrutura adequada, a evasão escolar e as dificuldades de aprendizagem que afetam principalmente as populações mais vulneráveis.

Garantir o direito à educação implica não apenas oferecer vagas escolares, mas assegurar condições dignas de ensino e aprendizagem: professores valorizados e bem formados, materiais didáticos de qualidade, espaços adequados e políticas de inclusão que contemplem as diversidades. A educação inclusiva é essencial para que estudantes com deficiência ou necessidades específicas tenham acesso equitativo e participem plenamente do ambiente escolar.

8.1. POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADA

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual da população residente de 15 anos ou mais não alfabetizada entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 82,6% e (-) 56,5%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 15 anos ou mais	População não alfabetizada	Indicador (%)
4. CRAS 3.1	9.853	96	1,0%
5. CRAS 3.2	21.156	298	1,4%
2. CRAS 2.1	14.408	236	1,6%
3. CRAS 2.2	14.460	452	3,1%
1. CRAS 1	12.612	398	3,2%
7. RURAL	3.895	130	3,3%
6. CRAS 4	7.420	312	4,2%
Município	83.896	1.922	2,3%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: População de 15 anos ou mais não alfabetizada dividido pelo total da população de 15 anos ou mais, vezes 100

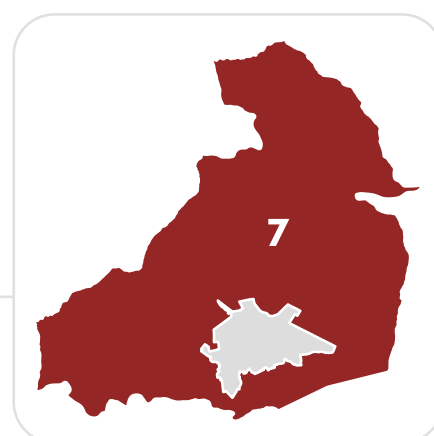
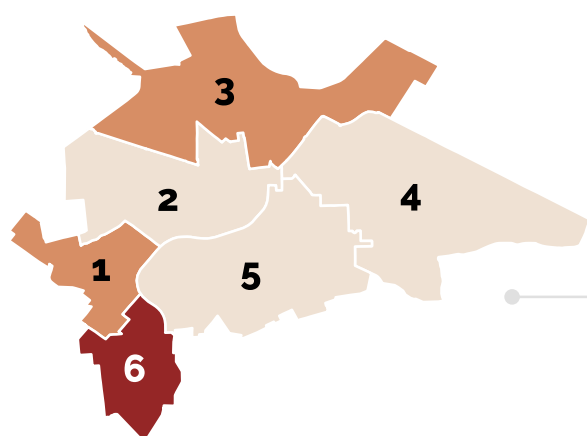
Menor Valor	4. CRAS 3.1	1,0%
Média	Assis	2,3%
Maior Valor	6. CRAS 4	4,2%

4,2 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

8.2. PESSOAS NÃO ALFABETIZADAS RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com o maior e menor percentual de pessoas não alfabetizadas responsáveis pelo domicílio entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 166,7% e (-) 88,9%, respectivamente.

Regiões geográficas	Domicílios particulares ocupados	Responsáveis não alfabetizados	Indicador (%)
4. CRAS 3.1	4.486	3	0,1%
2. CRAS 2.1	6.702	24	0,4%
5. CRAS 3.2	10.073	45	0,4%
7. RURAL	1.175	9	0,8%
1. CRAS 1	5.682	65	1,1%
3. CRAS 2.2	6.703	112	1,7%
6. CRAS 4	3.339	79	2,4%
Município	38.179	337	0,9%

Fonte: IBGE, 2022.

Definição: Responsáveis não alfabetizados dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

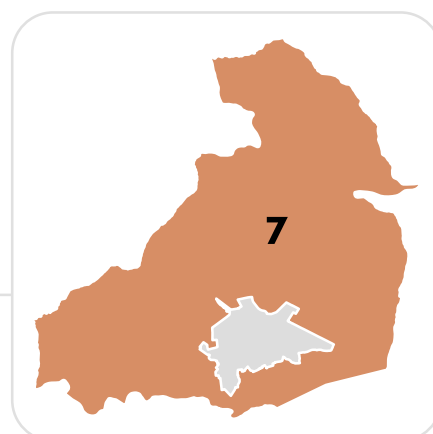
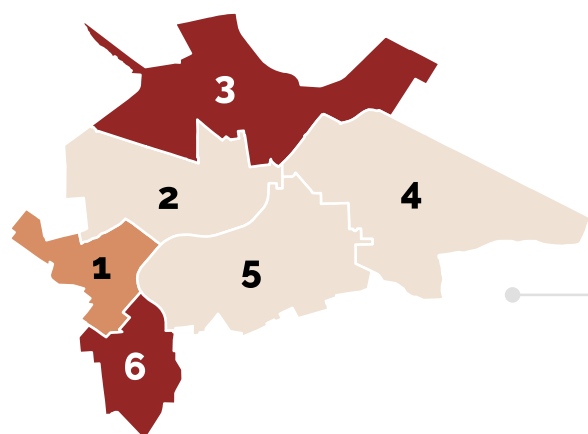
Menor Valor	4. CRAS 3.1	0,1%
Média	Assis	0,9%
Maior Valor	6. CRAS 4	2,4%

24,0 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

			4		Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5	CRAS 3	Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2		Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3	CRAS 2	Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

8.3. CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, é o principal instrumento de levantamento e fonte de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional. Além dos dados fornecidos pelas escolas públicas e privadas, abrange diferentes modalidades de ensino, como a educação básica regular, especial, de jovens e adultos, e profissional.

O Censo Escolar desempenha um papel fundamental na obtenção de informações sobre a realidade educacional do país. Por meio desse levantamento, é possível obter um panorama abrangente da situação da educação, desde o número de matrículas até informações relacionadas ao rendimento escolar, ao espaço físico e à infraestrutura das escolas, ao transporte de alunos, à alimentação oferecida nas instituições e às funções desempenhadas pelos docentes, entre outros aspectos relevantes.

Os dados coletados durante o Censo Escolar são essenciais para embasar políticas públicas, planejamento educacional e tomada de decisões por parte das autoridades responsáveis pela educação no país. Com base nessas informações, é possível identificar desafios, necessidades e tendências no sistema educacional, permitindo a implementação de medidas efetivas para a melhoria da qualidade da educação.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, o Censo também pode fornecer dados sobre a inclusão de pessoas com deficiência e pessoas idosas no sistema educacional, a oferta de recursos pedagógicos e tecnológicos, a formação e qualificação dos professores, entre outros indicadores relevantes para compreender e promover avanços na educação brasileira.

8.3.1. ESCOLAS E INFRAESTRUTURA

De acordo com os dados do Censo Escolar, o município contava, em 2024, com 72 escolas em atividade, sendo 2 rurais (estaduais) e 70 urbanas. Das escolas na região urbana, destaca-se a predominância da rede municipal. O município não conta com escolas da rede federal.

Tabela 20: Escolas do município por dependência administrativa e localização

Dependência Administrativa	Urbana		Rural		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Municipal	32	44,4%	-	-	32	44,4%
Estadual	16	22,2%	2	2,8%	18	25,0%
Privada	22	30,6%	-	-	22	30,6%
Total	70	97,2%	2	2,8%	72	100,0%

Fonte: INEP - Censo Escolar, 2024.

A infraestrutura escolar apresenta boa cobertura de cozinhas, enquanto os espaços de lazer variam entre as redes. O parque infantil é comum nas escolas municipais (65,6%) e privadas (72,7%), mas está em apenas 5,6% das estaduais. Já as quadras esportivas são mais frequentes nas escolas privadas (77,3%) e estaduais (83,3%) do que nas municipais (50,0%). O auditório é o item menos presente, com apenas 6,9% de cobertura. Os dados indicam desafios na oferta de espaços para esporte e lazer, especialmente na rede municipal.

Tabela 21: Infraestrutura das escolas

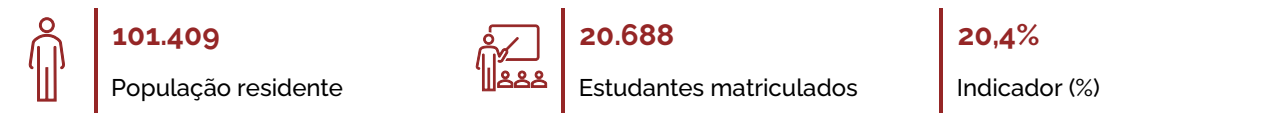
Infraestrutura	Municipal		Estadual		Privada		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Água potável	32	100,0%	18	100,0%	22	100,0%	72	100,0%
Pátio coberto	29	90,6%	15	83,3%	20	90,9%	64	88,9%
Cozinha	32	100,0%	15	83,3%	16	72,7%	63	87,5%
Refeitório	26	81,3%	9	50,0%	13	59,1%	48	66,7%
Quadra esportiva	16	50,0%	15	83,3%	17	77,3%	48	66,7%
Pátio descoberto	13	40,6%	12	66,7%	15	68,2%	40	55,6%
Parque infantil	21	65,6%	1	5,6%	16	72,7%	38	52,8%
Área verde	26	81,3%	2	11,1%	2	9,1%	30	41,7%
Auditório	2	6,3%	2	11,1%	1	4,5%	5	6,9%
Total	32	44,4%	18	25,0%	22	30,6%	72	100,0%

Fonte: INEP - Censo Escolar, 2024.

8.3.2. ESTUDANTES MATRICULADOS

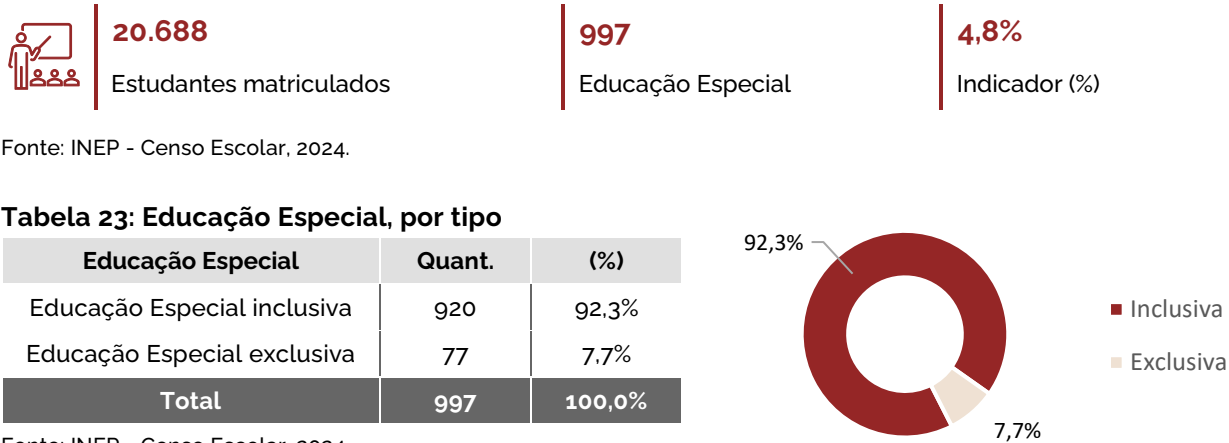
De acordo com os dados do Censo Escolar, referentes ao ano de 2024, o município de Assis contava com 20.688 estudantes matriculados na educação básica, um percentual de 20,4% quando comparado com o total da população residente. A maior parte dos alunos está concentrada nas escolas municipais (39,8%).

Figura 10: Percentual de estudantes matriculados



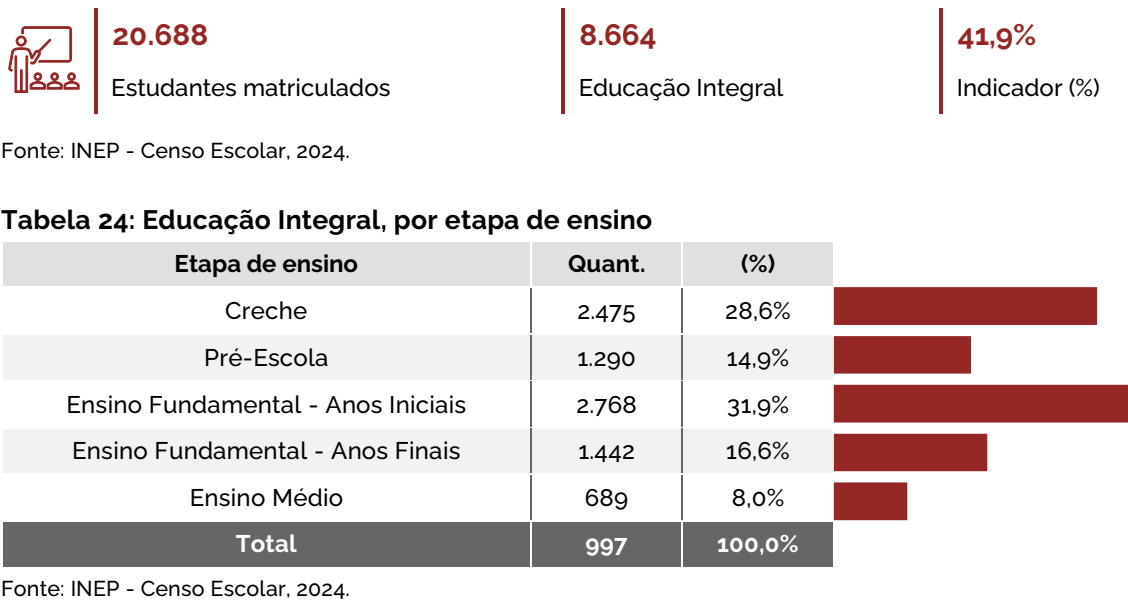
Dentre os 20.688 estudantes, 997 estão matriculados na Educação Especial, o que representa 4,8% do total. Desses, 92,3% frequentam a Educação Especial inclusiva e 7,7% a Educação Especial exclusiva.

Figura 12: Estudantes matriculados na Educação Especial



Além disso, 41,9% dos estudantes do município estão matriculados na Educação Integral. Ao analisar por etapa de ensino, observa-se que a Educação Integral é mais presente na Educação Infantil - com 28,6% das matrículas em creches e 14,9% em pré-escolas - e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (31,9%).

Figura 13: Estudantes matriculados na Educação Integral



8.3.3. DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

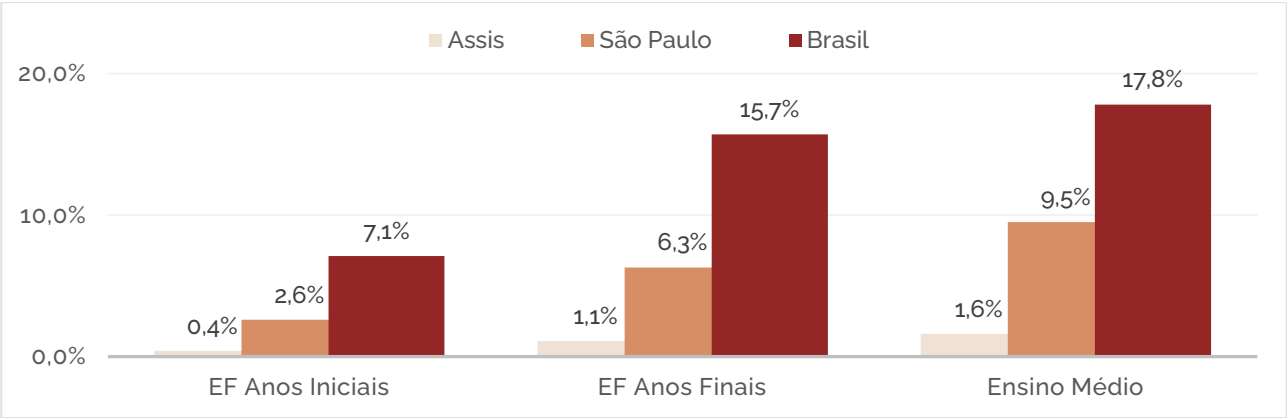
A distorção idade-série se refere à disparidade entre a idade de um aluno e a série em que ele está matriculado. Pode ocorrer por atraso escolar, adiantamento escolar ou alunos fora da faixa etária escolar. Isso pode impactar negativamente o desempenho acadêmico, a motivação e a interação social do aluno, além de representar desafios para o sistema educacional em termos de gestão e eficácia das políticas educacionais. É importante enfrentar essa distorção com estratégias que promovam a inclusão, prevenção do abandono escolar e adaptação do ensino às necessidades individuais dos alunos.

Os dados referentes ao ano de 2024 indicam que o percentual de alunos com distorção idade-série é menor que o do estado de São Paulo e que a média nacional em todas as etapas de ensino. Além disso, de modo geral, essa distorção aumenta conforme a etapa de ensino, atingindo 0,4% nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 1,1% nos anos finais e 1,6% no Ensino Médio.

Tabela 25: Distorção idade-série em 2024, por etapa de ensino

DISTORÇÃO	Ensino Fundamental	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Assis	0,8%	0,4%	1,1%	1,6%
São Paulo	4,3%	2,6%	6,3%	9,5%
Brasil	10,9%	7,1%	15,7%	17,8%

Fonte: INEP - Censo Escolar: Distorção idade-série, 2024.



8.3.4. RENDIMENTO ESCOLAR

A taxa de aprovação dos estudantes de Assis é maior que a do estado de São Paulo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, porém menor nos anos finais e no Ensino Médio. Em comparação à média nacional, a aprovação do município é superior em todas as etapas de ensino. A taxa de reprovação, por sua vez, segue o padrão inverso, com exceção do Ensino Médio, em que o abandono escolar é mais elevado.

Tabela 26: Taxa de Aprovação em 2024, por etapa de ensino

APROVAÇÃO	Ensino Fundamental	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Assis	98,7%	99,6%	97,6%	93,7%
São Paulo	98,6%	99,1%	97,9%	94,8%
Brasil	96,0%	97,4%	94,1%	91,7%

Fonte: INEP - Censo Escolar: Rendimento Escolar, 2024.

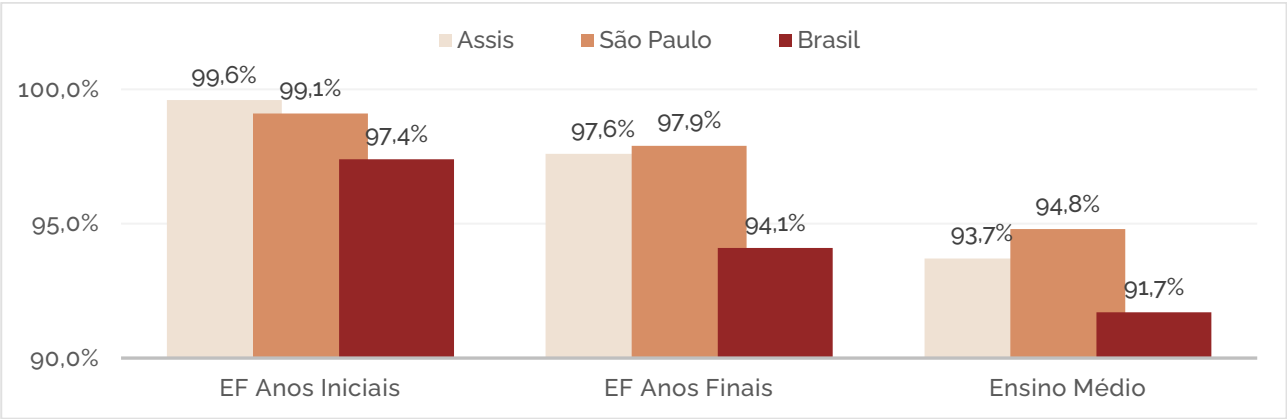
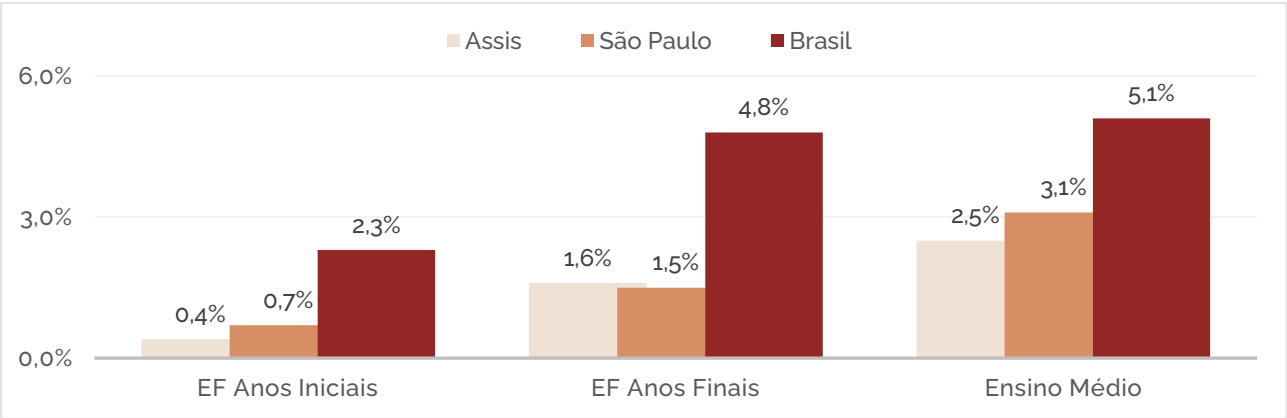


Tabela 27: Taxa de Reprovação em 2024, por etapa de ensino

REPROVAÇÃO	Ensino Fundamental	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Assis	0,9%	0,4%	1,6%	2,5%
São Paulo	1,0%	0,7%	1,5%	3,1%
Brasil	3,4%	2,3%	4,8%	5,1%

Fonte: INEP - Censo Escolar: Rendimento Escolar, 2024.

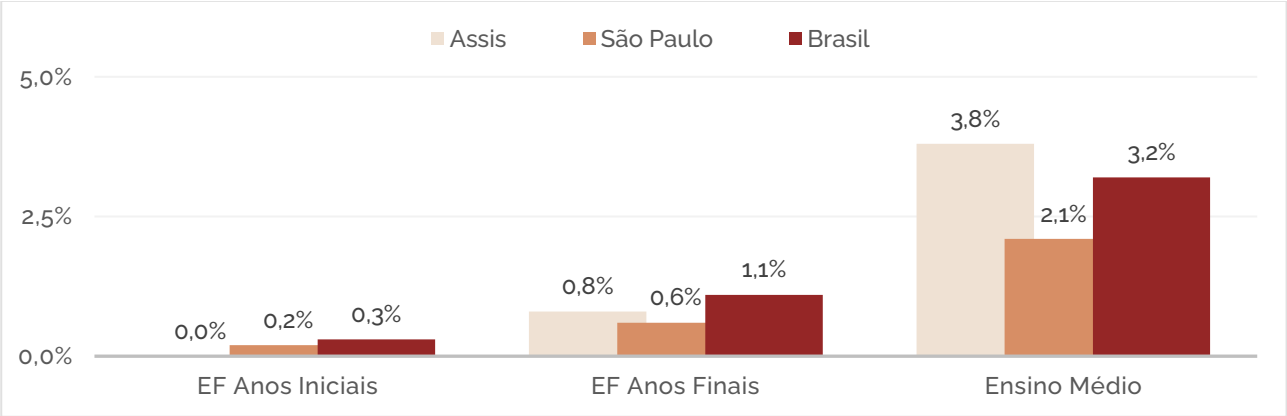


Com relação ao abandono escolar, o município de Assis registrou taxa de 3,8% no Ensino Médio, superior à do estado de São Paulo e à média nacional.

Tabela 28: Taxa de Abandono em 2024, por etapa de ensino

ABANDONO	Ensino Fundamental	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Assis	0,4%	0,0%	0,8%	3,8%
São Paulo	0,4%	0,2%	0,6%	2,1%
Brasil	0,6%	0,3%	1,1%	3,2%

Fonte: INEP - Censo Escolar: Rendimento Escolar, 2024.



8.3.5. DOMICÍLIOS POR ESCOLA NO MUNICÍPIO

A 6. CRAS 4 e a 4. CRAS 3.1 se destacam com a maior e menor taxa de domicílios por escola no município entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 110,0% e (-) 39,5%, respectivamente.

	Regiões geográficas	Escolas em atividade	Domicílios particulares ocupados	Domicílios por escola
	4. CRAS 3.1	14	4.486	320,4
	5. CRAS 3.2	26	10.073	387,4
	7. RURAL	2	1.175	587,5
	3. CRAS 2.2	11	6.703	609,4
	2. CRAS 2.1	9	6.702	744,7
	1. CRAS 1	7	5.682	811,7
	6. CRAS 4	3	3.339	1.113,0
	Município	72	38.179	530,3

Fonte: INEP - Censo Escolar, 2024; IBGE, 2022.

Definição: Domicílios particulares ocupados dividido pelo total de escolas em atividade no município

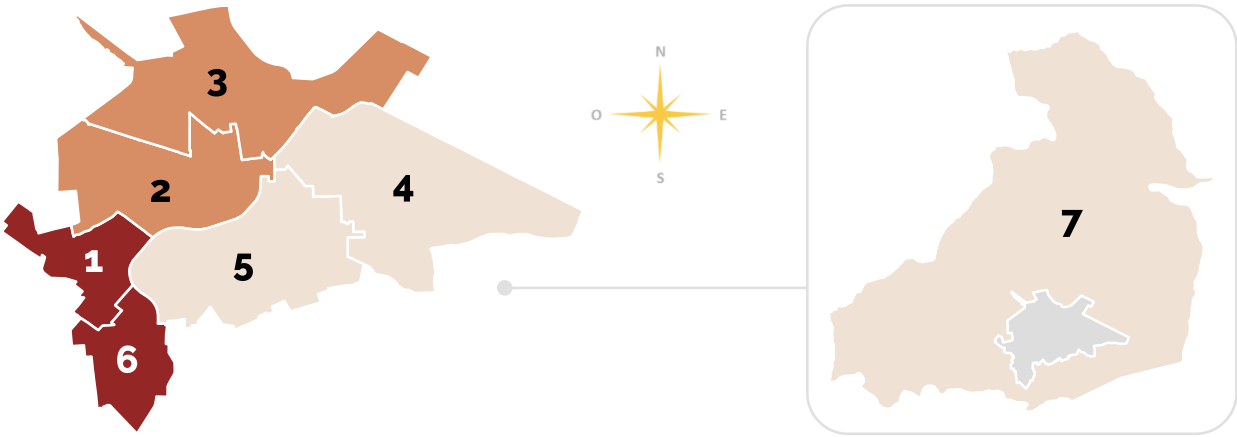
Menor Valor	4. CRAS 3.1	320,4
Média	Assis	530,3
Maior Valor	6. CRAS 4	1.113,0

3,5 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

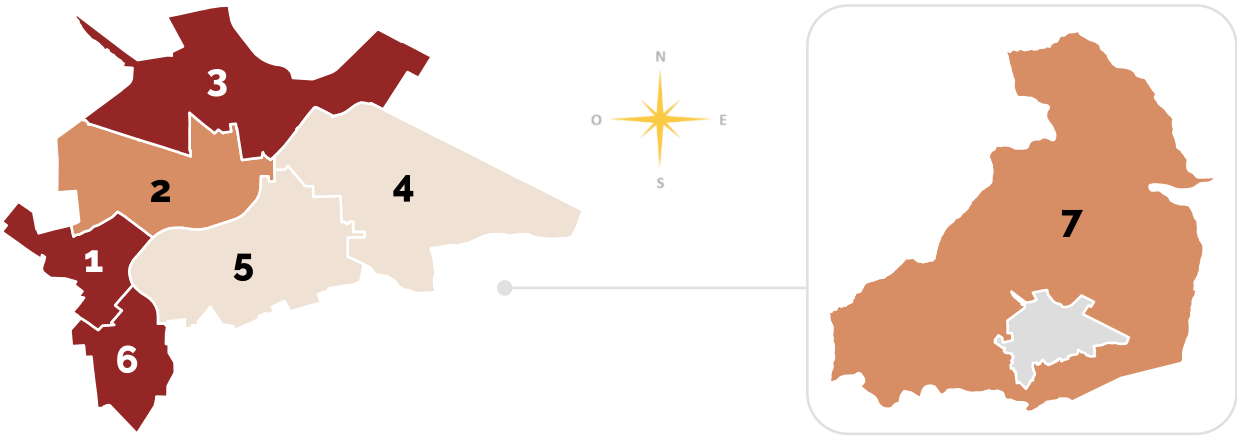
8.4. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

Classificação Tercil	Indicadores Relacionadas à Educação – 3 Indicadores					
	Média Geral	2,3%	0,9%	530,3	Classificação Total	
		>	>	>		
	Regiões Geográficas	População de 15 anos ou mais não alfabetizada	Pessoas não alfabetizadas responsáveis pelo domicílio	Domicílios por escola no município	Contagem de indicadores por região	Participação percentual por região
	4	1,0%	0,1%	320,4	0	0,0%
	5	1,4%	0,4%	387,4	0	0,0%
	2	1,6%	0,4%	744,7	1	33,3%
	7	3,3%	0,8%	587,5	2	66,7%
	3	3,1%	1,7%	609,4	3	100,0%
	1	3,2%	1,1%	811,7	3	100,0%
	6	4,2%	2,4%	1113,0	3	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

9. INDICADORES RELACIONADOS À SAÚDE

O direito à vida e à saúde é consagrado como um princípio fundamental, sendo assegurado pela Constituição Federal de 1988. Este direito, refletindo preceitos humanitários e fundamentais, constitui um dos pilares do ordenamento jurídico nacional e encontra respaldo em diversos instrumentos normativos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, assegura a todos os cidadãos o direito à vida, reconhecendo-o como inviolável, e estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantindo, mediante políticas sociais e econômicas, o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A garantia do direito à vida e à saúde implica não apenas a ausência de intervenções arbitrárias, mas também a implementação de políticas públicas efetivas que visem a promoção da qualidade de vida da população. O Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição, é a materialização desse compromisso estatal, sendo responsável por prover assistência médica integral e universal, promovendo ações preventivas, curativas e de reabilitação.

Além disso, o Brasil é signatário de tratados internacionais que reforçam a importância do direito à vida e à saúde, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Estes documentos destacam a necessidade de adoção de medidas progressivas para assegurar o pleno exercício desses direitos, respeitando os princípios da igualdade e da não discriminação.

Contudo, apesar dos avanços normativos, o efetivo acesso à saúde ainda é um desafio no Brasil, especialmente em regiões mais carentes. Questões como a falta de estrutura, recursos insuficientes e desigualdades sociais persistem como obstáculos à plena realização desses direitos fundamentais. Assim, a constante vigilância e aprimoramento das políticas públicas são essenciais para garantir a concretização do direito à vida e à saúde, assegurando que todos os cidadãos brasileiros possam desfrutar desses direitos de forma equitativa e digna.

9.1. SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE NASCIDOS VIVOS (SINASC)

O Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) foi implementado no Brasil a partir de 1990 com o objetivo de sistematizar dados abrangentes sobre os nascimentos ocorridos em todo o território nacional. Esse sistema abrange uma ampla gama de variáveis importantes relacionadas aos nascimentos, fornecendo informações valiosas para análise e planejamento em saúde pública.

O SINASC coleta dados essenciais, como a duração da gestação, o peso do recém-nascido, a idade da mãe, o local de ocorrência do parto e o tipo de parto realizado. Essas informações são vitais para compreender o perfil dos nascidos vivos no país, além de identificar situações de risco e subsidiar o desenvolvimento de ações e políticas voltadas para a melhoria do atendimento a gestantes e recém-nascidos.

Desde a sua criação, o SINASC tem desempenhado um papel fundamental na obtenção de estatísticas confiáveis e atualizadas sobre os nascimentos no Brasil. Esses dados são essenciais para o cálculo de indicadores relevantes, tais como o percentual de partos cesáreos, o percentual de prematuridade e o percentual de recém-nascidos com baixo peso. Essas informações permitem o monitoramento de tendências, a identificação de áreas de atenção prioritária e a formulação de políticas direcionadas para melhorar a saúde materno-infantil.

9.1.1. TAXA DE NATALIDADE

No município de Assis, em 2024, foram registrados 917 nascimentos de bebês que sobreviveram ao parto, o que corresponde a uma taxa de natalidade de 9,0 nascidos vivos a cada mil habitantes. A seguir, serão apresentadas informações detalhadas sobre o sexo dos nascidos e o perfil das mães, juntamente com os principais fatores de risco registrados.

Figura 14: Taxa de natalidade

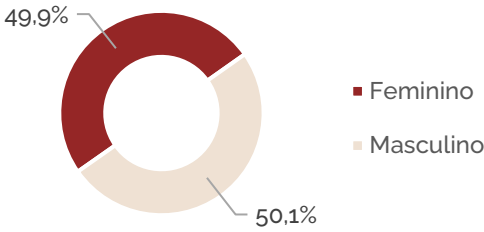


Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2024.

Tabela 29: Sexo dos nascidos vivos

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	458	49,9%
Masculino	459	50,1%
Total	917	100,0%

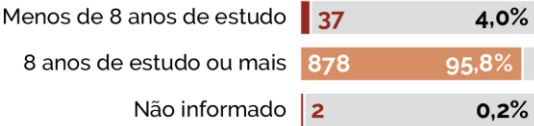
Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2024.



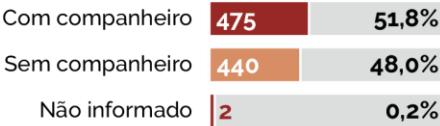
Com relação ao perfil das mães de nascidos vivos, a raça ou cor predominante é a branca (66,1%), seguida da parda (29,3%). 4,0% delas possuem menos de 8 anos de estudo e 48,0% não tem companheiro.

Figura 15: Perfil das mães de nascidos vivos

Escolaridade



Situação conjugal



Raça ou cor



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2024.

9.1.2. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA (DE ACORDO COM A OMS)

Para a análise do perfil das mães de nascidos vivos é importante ressaltar que, no Brasil, de acordo com o Sistema Único de Saúde (SUS), a classificação da gestação de acordo com a idade da mãe segue as seguintes categorias:

- **Gestante adolescente:** Refere-se a mulheres grávidas com idade entre 10 e 19 anos. O SUS dá uma atenção especial às gestantes adolescentes devido aos riscos sociais e de saúde associados a essa faixa etária.
- **Gestante adulta:** Inclui mulheres grávidas com idade entre 20 e 34 anos. Essa faixa etária é considerada como a idade reprodutiva ideal em termos de saúde materna e infantil.

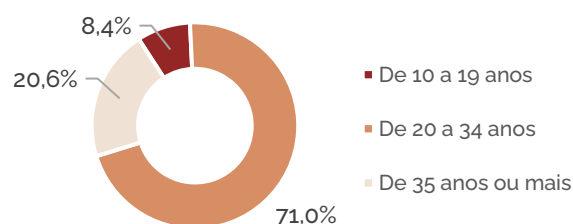
- **Gestante com idade materna avançada:** Refere-se a mulheres grávidas com idade a partir de 35 anos. Gestantes com idade materna avançada estão mais propensas a complicações durante a gravidez e o parto, e podem necessitar de cuidados adicionais.

É importante ressaltar que essas categorias são utilizadas para monitorar a saúde materno-infantil e adaptar as políticas e programas de saúde de acordo com as necessidades específicas de cada faixa etária. O objetivo é garantir uma assistência adequada e individualizada a todas as gestantes, independentemente da idade, para promover uma gravidez saudável e um parto seguro.

No perfil das mães de nascidos vivos de Assis em 2024 destaca-se a faixa etária de 20 a 34 anos (gestante adulta), representando 71,0% do total de gestações. Ainda assim, foram registrados 77 casos de gravidez na adolescência, 8,4% do total.

Tabela 30: Faixa etária das mães de nascidos vivos

Faixa etária	Quant.	(%)
De 10 a 19 anos	77	8,4%
De 20 a 34 anos	651	71,0%
De 35 anos ou mais	189	20,6%
Total	917	100,0%



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2024.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a gravidez na adolescência como a ocorrência de uma gestação em uma mulher com idade entre 10 e 19 anos. Este é um fenômeno global que afeta diversos países e culturas. A OMS reconhece que a gravidez nessa fase da vida pode ter implicações significativas para a saúde física, emocional e social das adolescentes, assim como para seus filhos. A prevenção da gravidez na adolescência e o apoio às adolescentes grávidas são aspectos importantes para promover a saúde e o bem-estar dessas jovens, garantindo que elas tenham oportunidades adequadas de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional.

Figura 16: Gravidez na adolescência



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2024.

9.1.3. NASCIDOS VIVOS PREMATUROS

O Sistema Único de Saúde considera o nascimento prematuro quando ocorre antes das 37 semanas completas de gestação. Essa classificação é importante porque o nascimento prematuro está associado a riscos e complicações tanto para o recém-nascido quanto para a mãe. Os principais riscos envolvidos no nascimento prematuro incluem: complicações respiratórias, problemas de desenvolvimento, complicações neurológicas, baixo peso ao nascer, infecções e complicações metabólicas. Os nascidos vivos prematuros são classificados de acordo com a idade gestacional em três categorias: prematuro extremo, prematuro moderado e prematuro leve. Essas categorias são definidas da seguinte forma:

- **Prematuro extremo:** Refere-se aos bebês nascidos vivos com idade gestacional menor que 27 semanas. Esses bebês apresentam maior fragilidade e necessitam de cuidados intensivos especializados devido à sua imaturidade em vários sistemas do corpo.
- **Prematuro moderado:** Inclui bebês nascidos vivos com idade gestacional entre 28 e 31 semanas. Esses bebês também são considerados prematuros e requerem atenção e cuidados específicos para lidar com as possíveis complicações decorrentes da prematuridade.
- **Prematuro leve:** Refere-se aos bebês nascidos vivos com idade gestacional entre 32 e 36 semanas. Embora sejam menos prematuros em comparação com os grupos anteriores, esses bebês ainda têm um risco aumentado de complicações e podem precisar de cuidados especiais, dependendo das circunstâncias individuais.

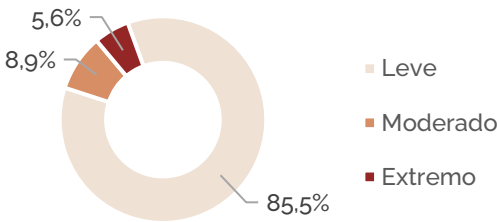
A classificação por idade gestacional auxilia na avaliação dos riscos associados ao nascimento prematuro e na adequação dos cuidados e intervenções necessários para cada caso. É importante ressaltar que cada bebê é único e pode apresentar necessidades específicas, independentemente da categoria de prematuridade à qual pertença. Assim, o acompanhamento médico adequado é fundamental para garantir a saúde e o bem-estar desses bebês.

No ano de 2024, foram registrados 90 nascimentos de bebês prematuros, o que corresponde a 9,8% do total de nascidos vivos. Entre esses bebês prematuros, 85,5% apresentaram idade gestacional de 32 a 36 semanas, sendo classificados como prematuros leves. Os prematuros moderados, com idade gestacional de 28 a 31 semanas, representaram 8,9%. Já os prematuros extremos, com idade gestacional de 27 semanas ou menos, correspondem a 5,6% destes casos.

Tabela 31: Tempo de gestação dos bebês prematuros

Tempo de gestação	Quant.	(%)
De 32 a 36 semanas	77	85,5%
De 28 a 31 semanas	8	8,9%
Menos de 27 semanas	5	5,6%
Total	90	100,0%

Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2024.



9.1.4. NASCIDOS VIVOS COM BAIXO PESO

Outro importante fator de risco que afeta o desenvolvimento saudável dos recém-nascidos é o baixo peso ao nascer. Considera-se que um bebê tem baixo peso ao nascer quando seu peso é inferior a 2.500 gramas. Esse fator de risco está associado a uma série de complicações de saúde, tanto a curto prazo quanto a longo prazo. Bebês com baixo peso ao nascer têm maior probabilidade de enfrentar dificuldades respiratórias, problemas de crescimento e desenvolvimento, além de apresentarem maior risco de desenvolver doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, na idade adulta.

Diversos fatores podem contribuir para o baixo peso ao nascer, incluindo fatores maternos, como desnutrição, tabagismo, consumo de álcool e uso de drogas, bem como fatores socioeconômicos, acesso limitado aos cuidados pré-natais adequados, mencionados anteriormente, e condições de vida desfavoráveis. O acompanhamento pré-natal adequado, o acesso a uma dieta balanceada, o controle de doenças maternas e a conscientização sobre hábitos saudáveis durante a gestação desempenham um papel fundamental na prevenção e no manejo do baixo peso ao nascer, buscando garantir um começo de vida mais saudável para os bebês.

Dentre os 917 nascidos vivos do município no ano de referência, 72 nasceram com baixo peso, um percentual de 7,9% do total de nascimentos.

Figura 17: Nascidos vivos com baixo peso



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2024.

9.1.5. NASCIDOS VIVOS COM PRÉ-NATAL INSUFICIENTE

As consultas de pré-natal são um componente fundamental da assistência à gestante, garantindo uma gravidez saudável e o bem-estar tanto da mãe quanto do bebê. Seguindo as orientações do Sistema Único de Saúde, é recomendado que as mulheres realizem, no mínimo, sete consultas de pré-natal ao longo da gestação. Dos 917 bebês nascidos vivos no município em 2024, 100 deles receberam menos de 7 consultas de pré-natal durante a gestação, o que representa um percentual de 10,9% das gestações com pré-natal insuficiente.

Figura 18: Nascidos vivos com pré-natal insuficiente



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2024.

9.1.6. NASCIDOS VIVOS COM ANOMALIA CONGÊNITA

Anomalias congênitas são condições médicas presentes desde o nascimento, resultantes de perturbações no desenvolvimento embrionário. Podem afetar órgãos, sistemas ou partes do corpo, variando em gravidade. Exemplos incluem malformações estruturais e anomalias genéticas. As causas são diversas, como fatores genéticos, exposição a substâncias teratogênicas e problemas durante o desenvolvimento embrionário. O diagnóstico é realizado durante a gravidez ou após o nascimento, por meio de exames e testes específicos. O tratamento varia conforme a condição e pode envolver cirurgia, medicamentos e terapias. No ano de 2024, em Assis, ocorreram 9 casos de nascidos vivos com anomalia congênita, uma taxa de 1,0% do total de nascidos vivos.

Figura 19: Nascidos vivos com anomalia congênita



Fonte: Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2024.

9.2. SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES (SIH)

O Sistema de Informações Hospitalares (SIH) é um instrumento utilizado para o registro e processamento das informações relacionadas às internações realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é gerenciado pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), que faz parte do Ministério da Saúde.

O SIH desempenha um papel crucial na coleta de dados sobre as internações hospitalares, permitindo o acompanhamento e a análise de diversos indicadores de saúde. Além disso, o SIH contribui para a formulação de políticas de saúde e a distribuição de recursos, pois fornece informações essenciais para a avaliação do desempenho do SUS e a identificação de áreas que necessitam de melhorias.

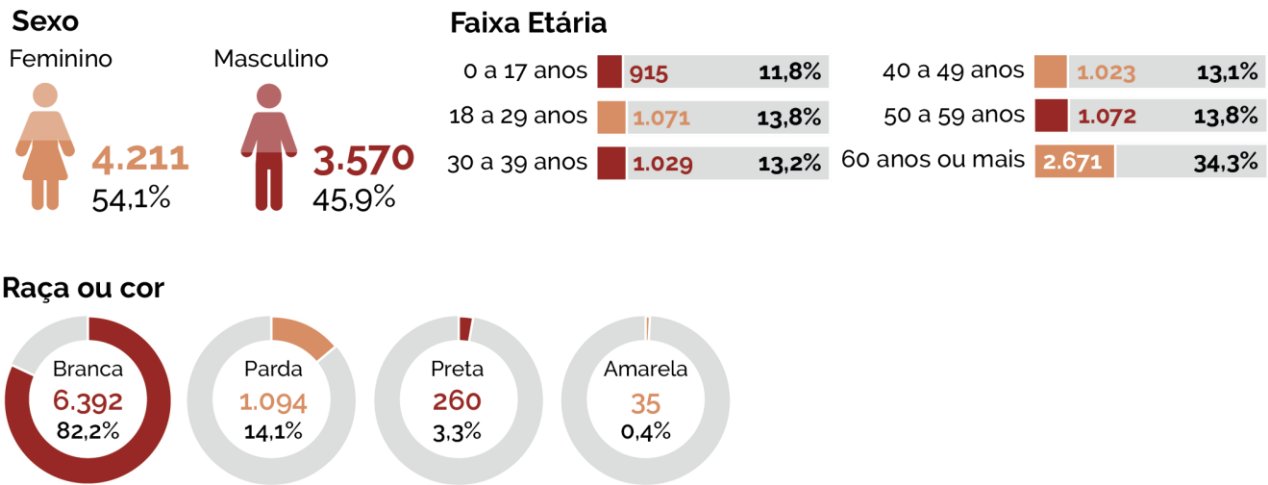
Durante o ano de 2024 foram registradas 7.781 internações hospitalares no município de Assis, uma taxa de 7,7% da população residente. No perfil das pessoas que passaram por internação hospitalar destacam-se o sexo feminino (54,1%), a faixa etária de 60 anos ou mais (34,3%) e a raça ou cor branca (82,2%).

Figura 20: Residentes que passaram por internação hospitalar



Fonte: IBGE, 2022; Ministério da Saúde - SIH, 2024.

Figura 21: Perfil dos residentes que passaram por internação hospitalar



Fonte: Ministério da Saúde - SIH, 2024.

Com relação à causa das internações hospitalares, destacam-se as doenças do aparelho circulatório (20,3%) e doenças do aparelho digestivo (12,6%).

Tabela 32: Causa das internações hospitalares

Causa	Quant.	(%)	
Doenças do aparelho circulatório	1.582	20,3%	
Doenças do aparelho digestivo	980	12,6%	
Doenças do aparelho geniturinário	844	10,8%	
Gravidez, parto e puerpério	838	10,8%	
Lesões, envenenamento e outras consequências de causas externas	778	10,0%	
Neoplasias (tumores)	735	9,4%	
Doenças infecciosas e parasitárias	510	6,6%	
Fatores que influenciam o contato com os serviços de saúde	350	4,5%	
Transtornos mentais e comportamentais	281	3,6%	
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	185	2,4%	
Causas mal definidas	156	2,0%	
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	119	1,5%	
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	96	1,2%	
Afecções originadas no período perinatal	91	1,2%	
Doenças do sistema nervoso	90	1,2%	
Doenças do sangue, órgãos hematopoiéticos e transtornos imunitários	83	1,1%	
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	39	0,5%	
Doenças do olho e anexos	18	0,2%	
Doenças do ouvido e da apófise mastoide	6	0,1%	
Total	7.781	100,0%	

Fonte: Ministério da Saúde - SIH, 2024.

Ao analisar a descrição das causas de internação, destacam-se o parto único por cesariana (5,1%), varizes dos membros inferiores (3,1%), calculose do rim e do ureter (3,1%) e coledolitíase (3,0%).

Tabela 33: Descrição das internações hospitalares

Descrição	Quant.	(%)	
Parto único por cesariana	395	5,1%	
Varizes dos membros inferiores	245	3,1%	
Calculose do rim e do ureter	244	3,1%	
Colelitíase	233	3,0%	
Infecções devidas a outras micobactérias	213	2,7%	
Anticoncepção	189	2,4%	
Pneumonia por microrganismo não especificada	174	2,2%	
Outras doenças do aparelho digestivo	149	1,9%	
Hérnia inguinal	147	1,9%	
Infarto agudo do miocárdio	145	1,9%	
Parto único espontâneo	142	1,8%	
Hipertrofia do prepúcio, fimose e parafimose	126	1,6%	
Acidente vascular cerebral, não especificado	119	1,5%	
Insuficiência cardíaca	103	1,3%	
Fratura da perna, incluindo tornozelo	94	1,2%	
Fratura do antebraço	93	1,2%	
Dengue [dengue clássico]	91	1,2%	
Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso SPA	84	1,1%	
Dor abdominal e pélvica	82	1,1%	
Doenças crônicas das amígdalas e das adenoides	80	1,0%	
Fratura do fêmur	77	1,0%	
Angina pectoris	74	1,0%	
Neoplasia maligna da mama	74	1,0%	
Outros transtornos do trato urinário	72	0,9%	
Outras septicemias	69	0,9%	
Hérnia umbilical	64	0,8%	
Apendicite aguda	61	0,8%	
Fratura do ombro e do braço	56	0,7%	
Hiperplasia da próstata	56	0,7%	
Outras anemias	55	0,7%	
Insuficiência renal crônica	53	0,7%	
Transtornos internos dos joelhos	52	0,7%	
Total	3.911	50,3%	

Fonte: Ministério da Saúde - SIH, 2024.

Nota (*): As 3.870 internações restantes (49,7%) estão agrupadas em 576 descrições diferentes que representam, cada uma, menos de 0,7% do total geral.

9.3. SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE (SIM)

O Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) é uma ferramenta essencial para a coleta, processamento e análise dos dados relativos aos óbitos ocorridos no Brasil. Desenvolvido e gerido pelo Ministério da Saúde, o SIM desempenha um papel fundamental no monitoramento da saúde pública e na formulação de políticas de saúde, proporcionando uma base de dados confiável e abrangente sobre as causas de morte no país.

O sistema foi instituído com o objetivo de registrar todas as mortes, independentemente de sua causa, idade ou local de ocorrência. As informações coletadas incluem dados demográficos dos falecidos, como idade, sexo, raça ou cor e local de residência, bem como detalhes sobre a causa básica do óbito, conforme estabelecido pela Classificação Internacional de Doenças (CID).

A implantação do SIM permitiu a padronização dos registros de mortalidade, o que é crucial para a obtenção de estatísticas precisas e comparáveis ao longo do tempo e entre diferentes regiões do Brasil. Além disso, a sistematização dos dados contribui para a identificação de padrões e tendências de mortalidade, facilitando a detecção de surtos epidêmicos, o planejamento de intervenções de saúde e a avaliação da efetividade das políticas públicas.

Os dados do SIM são coletados a partir das Declarações de Óbito (DO), preenchidas por profissionais de saúde e registradas nos cartórios de registro civil. Estes documentos são posteriormente encaminhados às secretarias municipais e estaduais de saúde, que os inserem no sistema. A qualidade e a precisão das informações dependem, portanto, da correta elaboração das DOs e do rigor no processo de entrada de dados.

9.3.1. TAXA DE MORTALIDADE

De acordo com os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), foram registrados 950 óbitos de residentes do município de Assis durante o ano de 2024, uma taxa de 9,4 óbitos a cada mil habitantes. A seguir, serão apresentadas informações detalhadas sobre o perfil das pessoas que vieram a óbito no município, bem como as principais causas de mortalidade.

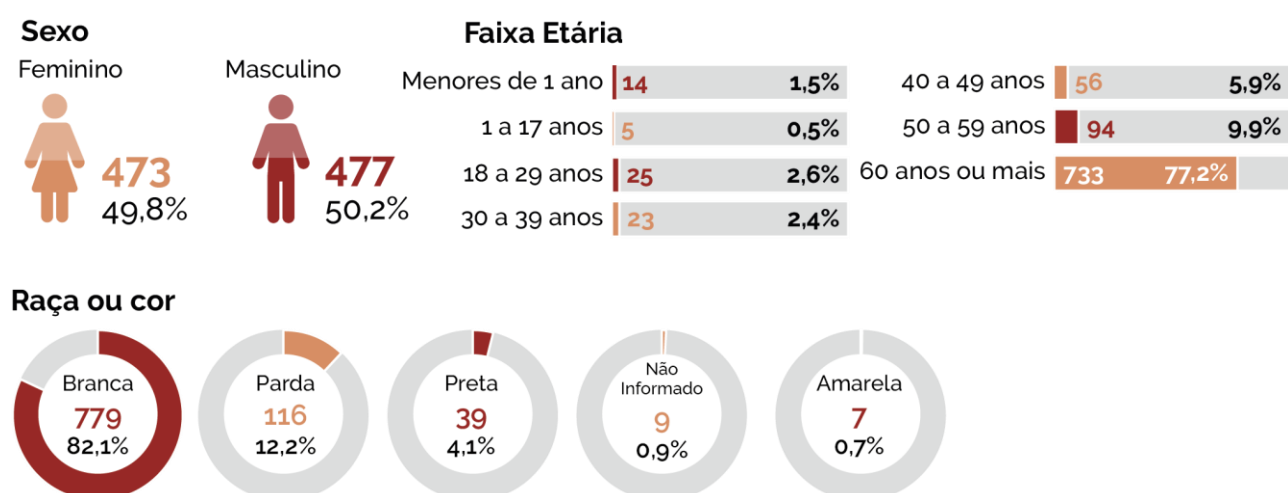
Figura 22: Taxa de mortalidade



Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2024.

No perfil dos residentes de Assis que vieram a óbito durante o ano de 2024, observa-se uma distribuição homogênea entre os sexos, com 49,8% do sexo feminino e 50,2% do sexo masculino. Além disso, destacam-se a faixa etária de 60 anos ou mais (77,2%) e a raça ou cor branca (82,1%). Foram registrados 19 óbitos de crianças e adolescentes, dos quais 14 eram menores de 1 ano.

Figura 23: Perfil dos óbitos registrados



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2024.

Com relação às causas dos óbitos, destacam-se as doenças do aparelho circulatório (38,1%) e as neoplasias (18,1%). Os 73 óbitos decorrentes de causas externas serão abordados no capítulo referente à segurança pública e violação de direitos.

Tabela 34: Causa dos óbitos registrados

Causa	Quant.	(%)	
Doenças do aparelho circulatório	362	38,1%	
Neoplasias (tumores)	172	18,1%	
Causas externas de morbidade e de mortalidade	73	7,7%	
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	68	7,2%	
Doenças do aparelho geniturinário	59	6,2%	
Doenças infecciosas e parasitárias	54	5,7%	
Doenças do sistema nervoso	52	5,5%	
Doenças do aparelho digestivo	51	5,4%	
Causas mal definidas	24	2,5%	
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	10	1,1%	
Transtornos mentais e comportamentais	8	0,8%	
Afecções originadas no período perinatal	6	0,6%	
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	6	0,6%	
Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	3	0,3%	
Doenças do sangue, órgãos hematopoiéticos e transtornos imunitários	2	0,2%	
Total	950	100,0%	

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2024.

Ao analisar a descrição das causas de óbito, destacam-se pneumonia por microrganismo (7,3%) e infarto agudo do miocárdio (6,8%).

Tabela 35: Descrição dos óbitos

Descrição	Quant.	(%)	
Pneumonia por microrganismo não especificada	69	7,3%	
Infarto agudo do miocárdio	65	6,8%	
Diabetes mellitus não especificado	50	5,3%	
Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas	48	5,1%	
Doença de Alzheimer	32	3,4%	
Outros transtornos do trato urinário	29	3,1%	
Acidente vascular cerebral, não especificado	25	2,6%	
Outras septicemias	25	2,6%	
Fatos ou eventos não especificados e intenção não determinada	22	2,3%	
Insuficiência cardíaca	22	2,3%	
Neoplasia maligna dos brônquios e dos pulmões	21	2,2%	
Neoplasia maligna do cólon	15	1,6%	
Sequelas de doenças cerebrovasculares	15	1,6%	
Hipertensão essencial (primária)	13	1,4%	
Lesão autoprovocada intencionalmente	13	1,4%	
Fibrose e cirrose hepáticas	12	1,3%	
Neoplasia maligna de outras localizações	12	1,3%	
Neoplasia maligna do estômago	11	1,2%	
Outras doenças cerebrovasculares	11	1,2%	
Pneumonia bacteriana não classificada em outra parte	10	1,1%	
Neoplasia maligna da bexiga	9	0,9%	
Neoplasia maligna da mama	9	0,9%	
Doença alcoólica do fígado	8	0,8%	
Doença cardíaca hipertensiva	8	0,8%	
Neoplasia maligna do rim, exceto pelve renal	8	0,8%	
Doença de Parkinson	7	0,7%	
Total	569	59,9%	

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2024.

Nota (*): Os 381 óbitos restantes (40,1%) estão agrupados em 182 descrições diferentes que representam, cada uma, menos de 0,7% do total geral.

9.3.2. MORTALIDADE INFANTIL

A mortalidade infantil é um indicador demográfico e epidemiológico que mede a frequência de óbitos de crianças menores de um ano em relação ao total de nascidos vivos, geralmente expressa por mil nascimentos. Esse índice não apenas reflete a qualidade dos serviços de saúde materno-infantil, mas também aspectos como a educação materna, o nível de renda das famílias, a disponibilidade de água potável e saneamento, e as condições habitacionais.

As principais causas de mortalidade infantil incluem complicações no parto, prematuridade, infecções respiratórias agudas, diarreia e desnutrição, muitas das quais podem ser prevenidas com intervenções eficazes, como cuidados pré-natais, imunizações e amamentação. Assim, a análise da mortalidade infantil permite a formulação de políticas públicas direcionadas para a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida da população, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país.

Durante o ano de 2024, foram registrados 14 óbitos de menores de 1 ano residentes em Assis, que, quando comparados com os 917 nascimentos registrados, resultam em uma taxa de mortalidade infantil de 15,3 óbitos a cada mil nascidos vivos.

Figura 24: Taxa de mortalidade infantil



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2024; Sistema de Informações dos Nascidos Vivos (SINASC), 2024.

10. INDICADORES RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

A segurança pública é um direito fundamental e uma condição essencial para o exercício pleno da cidadania. Prevista na Constituição Federal de 1988, ela é dever do Estado e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Garantir segurança não significa apenas combater o crime, mas também assegurar o respeito aos direitos humanos, à dignidade e à integridade física e moral de cada cidadão.

O conceito de segurança pública vai além da atuação policial. Ele envolve políticas de prevenção, justiça social e fortalecimento comunitário, reconhecendo que a violência está frequentemente associada a desigualdades sociais, econômicas e territoriais. A ausência de acesso a direitos básicos - como educação, saúde, moradia e trabalho - pode gerar situações de vulnerabilidade que favorecem o surgimento e a perpetuação da violência. Assim, promover a segurança pública é também investir em políticas sociais que reduzam desigualdades e ampliem oportunidades.

Por outro lado, as violações de direitos representam uma das maiores fragilidades no campo da segurança. Casos de violência doméstica, abuso contra crianças, adolescentes e idosos, discriminação racial, violência de gênero e abusos de autoridade demonstram que a segurança só é efetiva quando acompanhada da proteção integral dos direitos individuais e coletivos. A atuação do Estado deve pautar-se pela legalidade e pelo respeito aos princípios democráticos, garantindo que as ações de prevenção, repressão e investigação sejam conduzidas com transparência e responsabilidade.

Fortalecer a segurança pública requer integração entre as diferentes esferas governamentais e diálogo constante com a sociedade civil. A valorização dos profissionais da área, a modernização das estruturas, a ampliação da inteligência policial e o investimento em políticas de prevenção da violência são medidas essenciais para que o sistema funcione de forma mais eficiente e humana.

10.1. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP) é o órgão responsável pela coordenação e execução das políticas públicas de segurança no estado. Sua atuação abrange diversas áreas, com o objetivo de assegurar a ordem pública, prevenir e combater a criminalidade, garantir o cumprimento das leis e proteger os direitos dos cidadãos.

A SSP/SP integra e coordena as forças de segurança pública, como as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e demais órgãos vinculados à área. Também participa da gestão do sistema prisional, com foco na garantia de condições dignas às pessoas privadas de liberdade e na promoção de ações de ressocialização.

A secretaria atua ainda na administração e modernização dos serviços judiciais, colaborando para a eficiência e celeridade do sistema estadual. Além disso, pode desenvolver iniciativas voltadas à mediação e à conciliação de conflitos, contribuindo para a pacificação social.

A atuação da SSP/SP segue as diretrizes da legislação vigente e está alinhada às políticas públicas definidas pelo Governo do Estado. Seu compromisso é promover um ambiente seguro e justo, equilibrando a preservação da ordem pública com o respeito aos direitos individuais e contribuindo para o bem-estar da população paulista.

A seguir, são apresentados os dados referentes aos boletins de ocorrência de **atos ocorridos em 2024**, conforme o **local de ocorrência**, extraídos do Registro Digital de Ocorrências (R.D.O.), ferramenta utilizada para o registro dos boletins nas delegacias de polícia. É importante esclarecer que o número total de boletins registrados sob determinada natureza criminal não representa, por si só, a estatística criminal do Estado ou de uma região específica. As estatísticas em São Paulo são consolidadas conforme os procedimentos definidos pela Resolução SSP nº 160/01, de 8 de maio de 2001, que instituiu o Sistema Estadual de Coleta de Estatísticas Criminais, disponível em www.ssp.sp.gov.br.

10.1.1. VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA SSP/SP

A 5. CRAS 3.2 e a 6. CRAS 4 se destacam com o maior e menor percentual de vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP (por local de ocorrência) entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 26,0% e (-) 47,9%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População residente	Vítimas de ocorrências	Indicador (%)
	6. CRAS 4	9.664	371	3,8%
	1. CRAS 1	16.160	835	5,2%
	4. CRAS 3.1	11.711	801	6,8%
	7. RURAL	4.497	308	6,8%
	2. CRAS 2.1	16.874	1.174	7,0%
	3. CRAS 2.2	17.640	1.299	7,4%
	5. CRAS 3.2	24.863	2.286	9,2%
	Não informado	-	286	-
	Município	101.409	7.360	7,3%

Fonte: IBGE, 2022; SSP/SP, 2024.

Definição: Vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP dividido pelo total da população residente, vezes 100

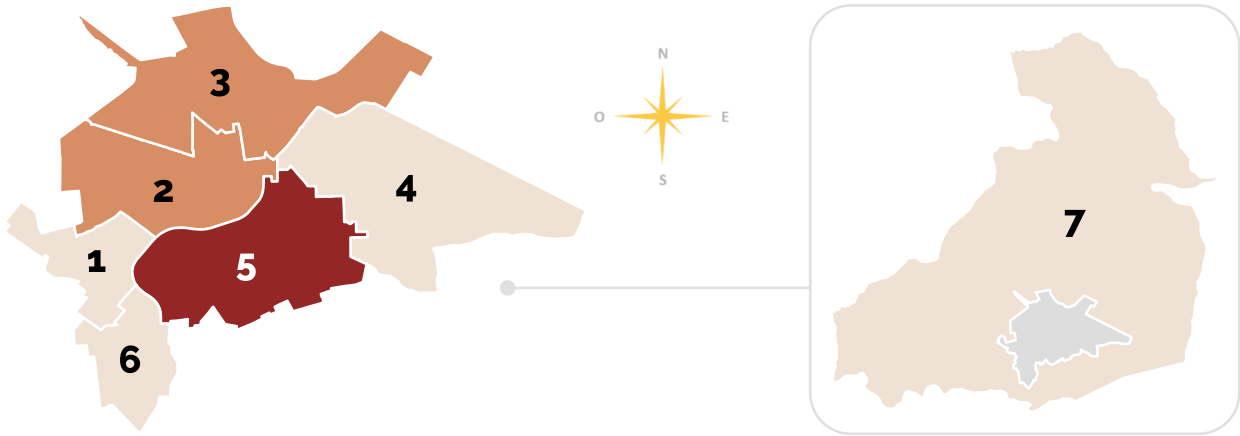
Menor Valor	6. CRAS 4	3,8%
Média	Assis	7,3%
Maior Valor	5. CRAS 3.2	9,2%

2,4 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

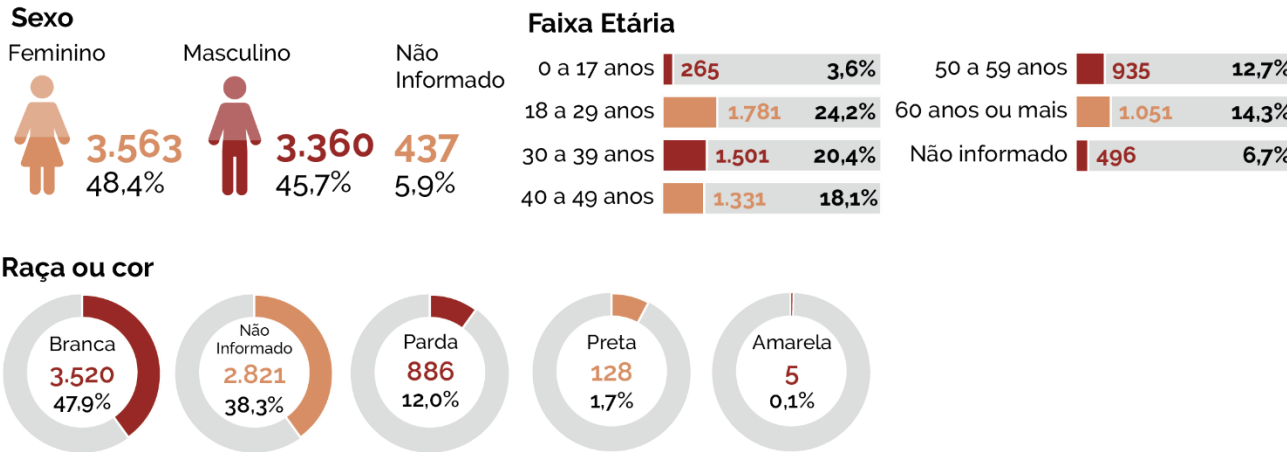
Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

No perfil das vítimas de ocorrências registradas pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, destacam-se o sexo feminino (48,4%), a faixa etária de 18 a 29 anos (24,2%) e a raça ou cor branca (47,9%). Com relação ao fato comunicado, destacam-se crimes contra o patrimônio (37,9%) e crimes contra a pessoa (27,5%).

Figura 25: Perfil das vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP



Fonte: SSP/SP, 2024.

Tabela 36: Tipo de ocorrência registrada

Tipo de ocorrência	Quant.	(%)
Crimes contra o patrimônio	2.791	37,9%
Crimes contra a pessoa	2.027	27,5%
Ocorrências administrativas e outros eventos	1.263	17,2%
Crimes de trânsito	617	8,4%
Contravenções penais	133	1,8%
Crimes relacionados a drogas	102	1,4%
Crimes contra a administração da justiça	88	1,2%
Crimes contra a administração pública	74	1,0%
Crimes contra a dignidade sexual	58	0,8%
Crimes contra a incolumidade pública	58	0,8%
Autolesão, tentativa de suicídio ou suicídio consumado	56	0,8%
Crimes cibernéticos	50	0,7%
Crimes contra a fé pública	32	0,4%
Crimes contra o meio ambiente	7	0,1%
Crimes contra a saúde pública	2	0,0%
Crimes contra a organização do trabalho	1	0,0%
Crimes contra o respeito aos mortos	1	0,0%
Total	7.360	100,0%

Fonte: SSP/SP, 2024.

10.1.2. CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS

A 5. CRAS 3.2 e a 6. CRAS 4 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP (por local de ocorrência), apresentando variações em torno da média geral de (-) 37,5% e (-) 91,1%, respectivamente.

Regiões geográficas	População de 0 a 19 anos	Vítimas de ocorrências	Indicador (por mil hab.)
6. CRAS 4	2.951	3	1,0
7. RURAL	682	1	1,5
1. CRAS 1	4.703	7	1,5
4. CRAS 3.1	2.553	8	3,1
3. CRAS 2.2	4.247	15	3,5
2. CRAS 2.1	3.402	13	3,8
5. CRAS 3.2	4.993	35	7,0
Não informado	-	183	-
Município	23.579	265	11,2

Fonte: IBGE, 2022; SSP/SP, 2024.

Definição: Crianças e adolescentes vítimas de ocorrências dividido pelo total da população de 0 a 19 anos, vezes 1.000

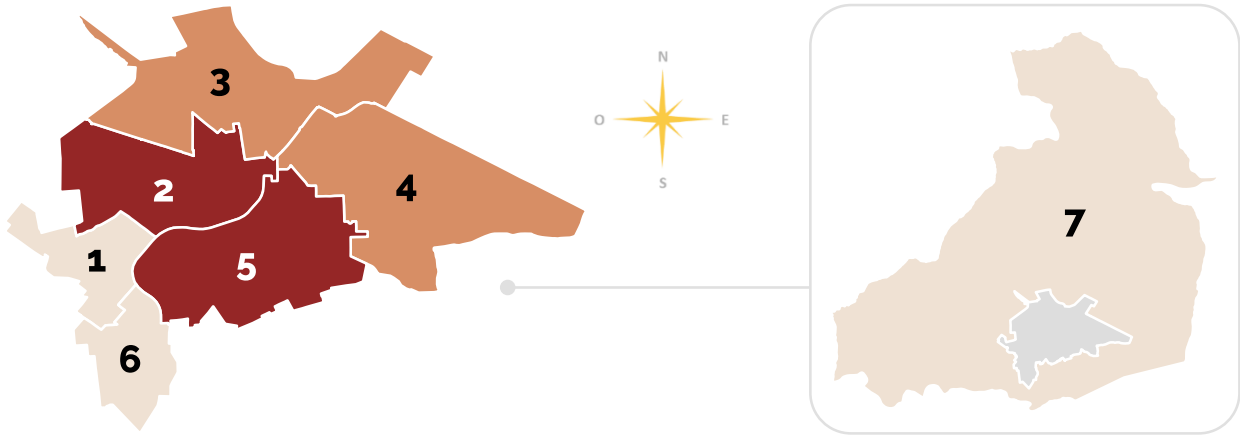
Menor Valor	6. CRAS 4	1,0
Média	Assis	11,2
Maior Valor	5. CRAS 3.2	7,0

7,0 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

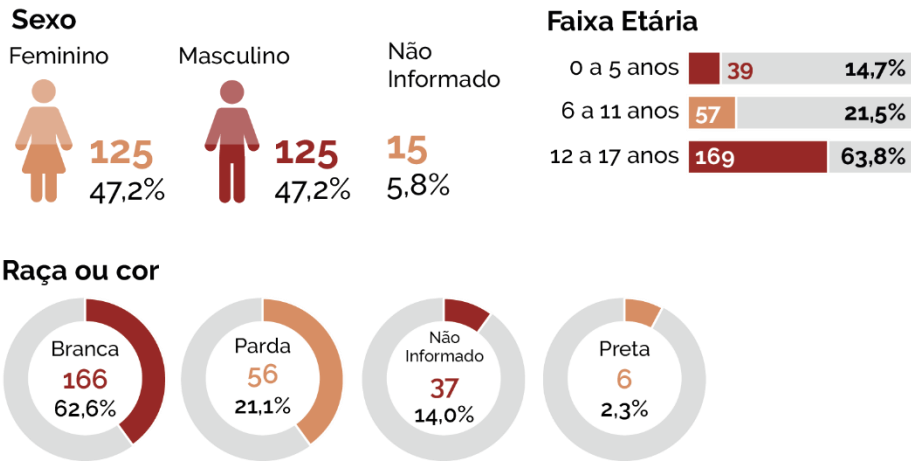
Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

No perfil das crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP, observa-se uma distribuição homogênea entre os sexos, com 47,2% do sexo feminino e 47,2% do sexo masculino. Além disso, destacam-se a faixa etária de 12 a 17 anos (63,8%) e a raça ou cor branca (62,6%). Com relação ao fato comunicado, destacam-se os crimes contra a pessoa (44,5%).

Figura 26: Perfil das crianças e adolescentes vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP



Fonte: SSP/SP, 2024.

Tabela 37: Tipo de ocorrência registrada

Tipo de ocorrência	Quant.	(%)
Crimes Contra a Pessoa	118	44,5%
Ocorrências Administrativas e Outros Eventos	41	15,5%
Crimes Contra o Patrimônio	35	13,2%
Crimes Contra a Dignidade Sexual	34	12,8%
Crimes de Trânsito	23	8,7%
Contravenções Penais	6	2,3%
Crimes Contra a Administração da Justiça	3	1,1%
Crimes Contra a Incolumidade Pública	2	0,8%
Crimes Relacionados a Drogas	2	0,8%
Crimes Contra a Administração Pública	1	0,4%
Total	265	100,0%

Fonte: SSP/SP, 2024.

10.1.3. MULHERES VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS

A 7. RURAL e a 6. CRAS 4 se destacam com o maior e menor percentual de mulheres vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP (por local de ocorrência), apresentando variações em torno da média geral de (+) 41,5% e (-) 44,6%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População do sexo feminino	Vítimas de ocorrências	Indicador (%)
	6. CRAS 4	5.071	183	3,6%
	1. CRAS 1	8.378	440	5,3%
	2. CRAS 2.1	8.978	531	5,9%
	4. CRAS 3.1	6.114	386	6,3%
	3. CRAS 2.2	9.220	623	6,8%
	5. CRAS 3.2	13.333	1.080	8,1%
	7. RURAL	1.467	135	9,2%
	Não informado	-	60	-
	Município	52.561	3.438	6,5%

Fonte: IBGE, 2022; SSP/SP, 2024.

Definição: Mulheres vítimas de ocorrências dividido pelo total da população do sexo feminino, vezes 100

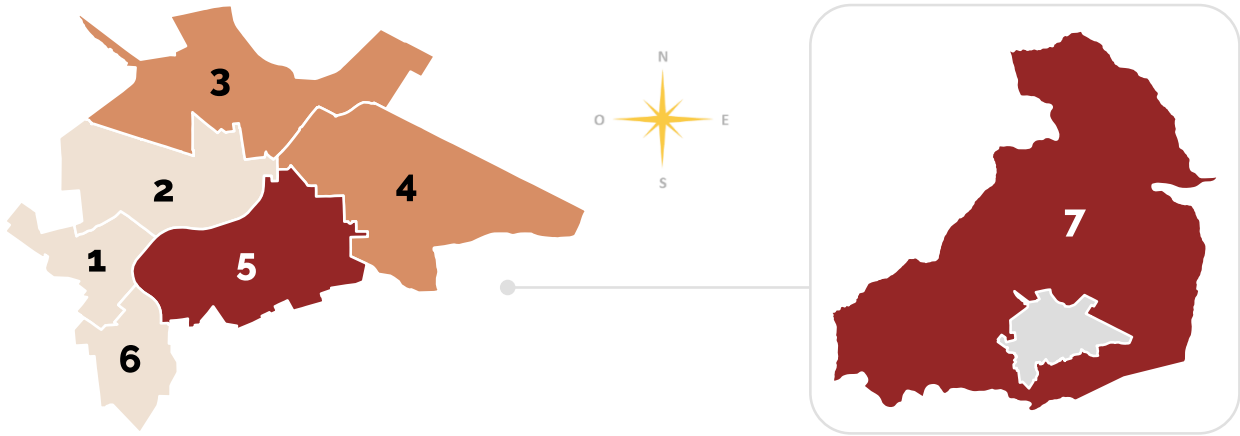
Menor Valor	6. CRAS 4	3,6
Média	Assis	6,5%
Maior Valor	7. RURAL	9,2%

2,6 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

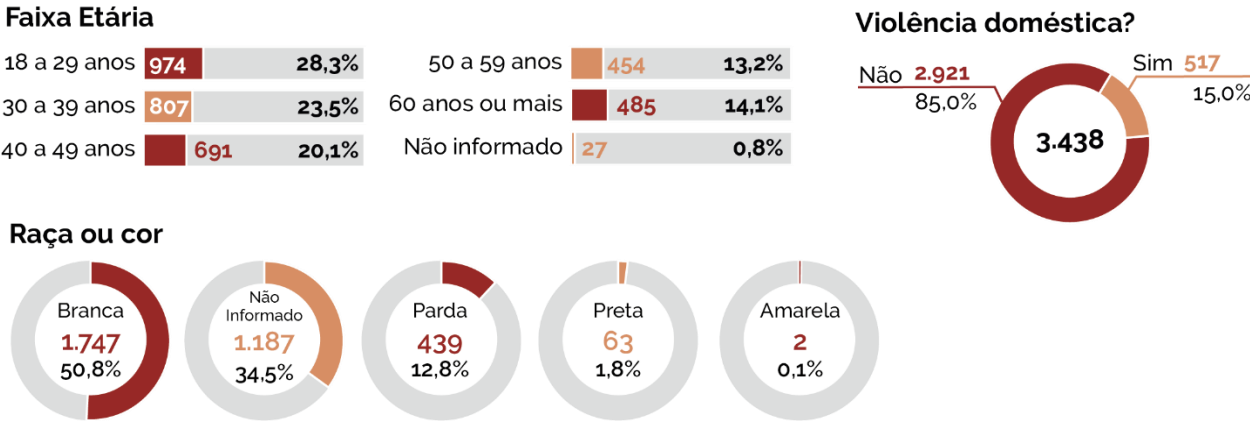
Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

No perfil das mulheres vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP, destacam-se a faixa etária de 18 a 29 anos (28,3%) e a raça ou cor branca (50,8%). Com relação ao fato comunicado, destacam-se crimes contra o patrimônio (37,1%) e crimes contra a pessoa (35,3%). 15,0% das ocorrências envolvem violência doméstica.

Figura 27: Perfil das mulheres vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP



Fonte: SSP/SP, 2024.

Tabela 38: Tipo de ocorrência registrada

Tipo de ocorrência	Quant.	(%)
Crimes Contra o Patrimônio	1.274	37,1%
Crimes Contra a Pessoa	1.212	35,3%
Ocorrências Administrativas e Outros Eventos	526	15,3%
Crimes de Trânsito	209	6,1%
Crimes Contra a Administração da Justiça	71	2,1%
Contravenções Penais	57	1,7%
Crimes Cibernéticos	24	0,7%
Crimes Contra a Dignidade Sexual	19	0,6%
Autolesão, tentativa de suicídio ou suicídio consumado	15	0,4%
Crimes Contra a Administração Pública	15	0,4%
Crimes Contra a Fé Pública	7	0,2%
Crimes Contra a Incolumidade Pública	5	0,1%
Crimes Contra o Meio Ambiente	4	0,1%
Total	3.438	100,0%

Fonte: SSP/SP, 2024.

10.1.4. PESSOAS IDOSAS VÍTIMAS DE OCORRÊNCIAS

A 7. RURAL e a 6. CRAS 4 se destacam com o maior e menor percentual de pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP (por local de ocorrência), apresentando variações em torno da média geral de (+) 22,2% e (-) 31,5%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População de 60 anos ou mais	Vítimas de ocorrências	Indicador (%)
	6. CRAS 4	1.041	39	3,7%
	2. CRAS 2.1	4.216	167	4,0%
	1. CRAS 1	2.094	106	5,1%
	4. CRAS 3.1	2.173	111	5,1%
	3. CRAS 2.2	2.985	180	6,0%
	5. CRAS 3.2	6.117	386	6,3%
	7. RURAL	745	49	6,6%
	Não informado	-	13	-
	Município	19.423	1.051	5,4%

Fonte: IBGE, 2022; SSP/SP, 2024.

Definição: Pessoas idosas vítimas de ocorrências dividido pelo total da população de 60 anos ou mais, vezes 100

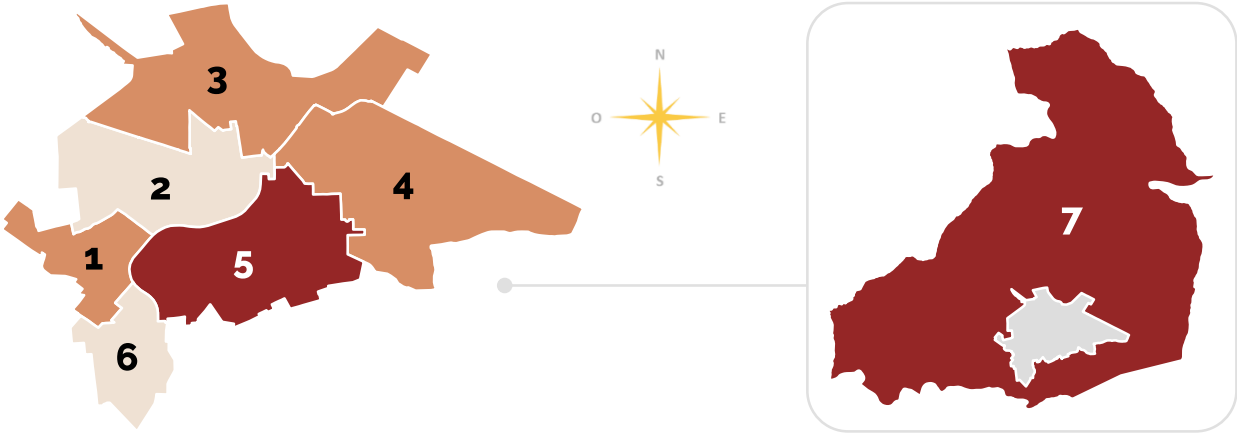
Menor Valor	6. CRAS 4	3,7%
Média	Assis	5,4%
Maior Valor	7. RURAL	6,6%

1,8 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

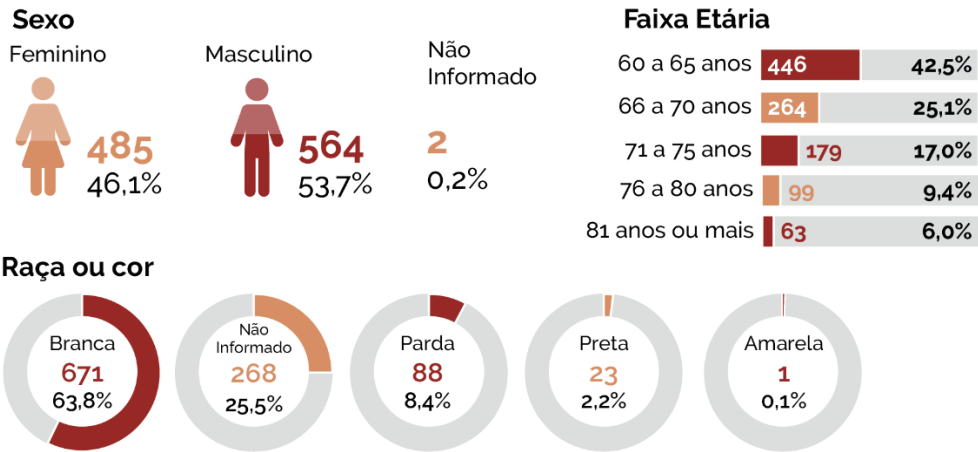
Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Izabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

No perfil das pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP, destacam-se o sexo masculino (53,7%), a faixa etária de 60 a 65 anos (42,5%) e a raça ou cor branca (63,8%). Com relação ao fato comunicado, destacam-se os crimes contra o patrimônio (56,9%).

Figura 28: Perfil das pessoas idosas vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP



Fonte: SSP/SP, 2024.

Tabela 39: Tipo de ocorrência registrada

Tipo de ocorrência	Quant.	(%)
Crimes Contra o Patrimônio	598	56,9%
Crimes Contra a Pessoa	198	18,8%
Ocorrências Administrativas e Outros Eventos	169	16,1%
Crimes de Trânsito	36	3,4%
Contravenções Penais	17	1,6%
Crimes Cibernéticos	10	1,0%
Autolesão, tentativa de suicídio ou suicídio consumado	8	0,8%
Crimes Contra a Administração da Justiça	7	0,7%
Crimes Contra a Administração Pública	3	0,3%
Crimes Contra a Incolumidade Pública	2	0,2%
Crimes Contra o Meio Ambiente	2	0,2%
Crimes Relacionados a Drogas	1	0,1%
Total	1.051	100,0%

Fonte: SSP/SP, 2024.

10.1.5. VÍTIMAS DE ROUBO, FURTO OU ESTELIONATO

A 6. CRAS 4 e a 5. CRAS 3.2 se destacam com o maior e menor percentual de vítimas de roubo, furto ou estelionato (por local de ocorrência) entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 38,5% e (-) 53,8%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População residente	Vítimas de ocorrências	Indicador (%)
	6. CRAS 4	9.664	116	1,2%
	1. CRAS 1	16.160	277	1,7%
	3. CRAS 2.2	17.640	423	2,4%
	4. CRAS 3.1	11.711	292	2,5%
	7. RURAL	4.497	129	2,9%
	2. CRAS 2.1	16.874	499	3,0%
	5. CRAS 3.2	24.863	885	3,6%
	Não informado	-	53	-
	Município	101.409	2.674	2,6%

Fonte: IBGE, 2022; SSP/SP, 2024.

Definição: Vítimas de roubo, furto ou estelionato (SSP/SP) dividido pelo total da população residente, vezes 100

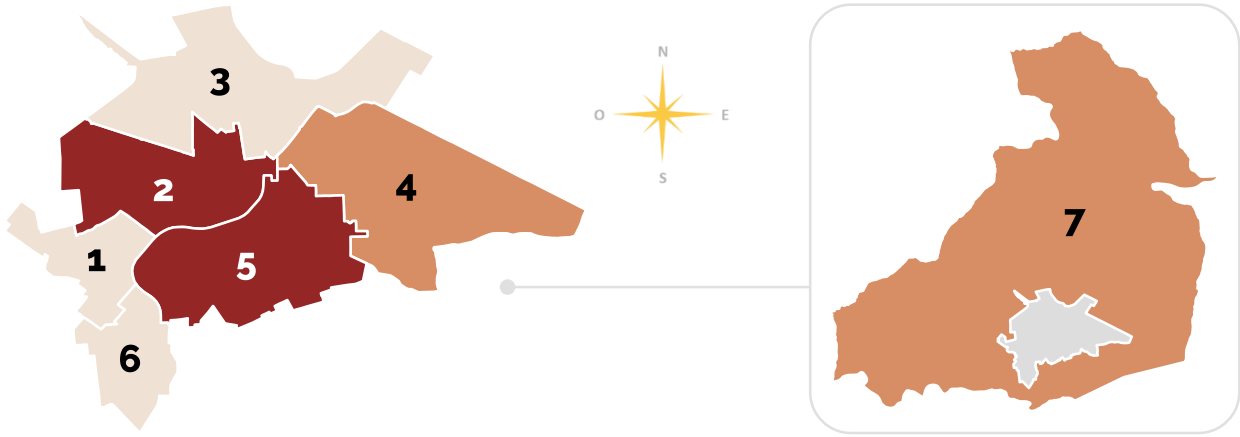
Menor Valor	6. CRAS 4	1,2%
Média	Assis	2,6%
Maior Valor	5. CRAS 3.2	3,6%

3,0 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

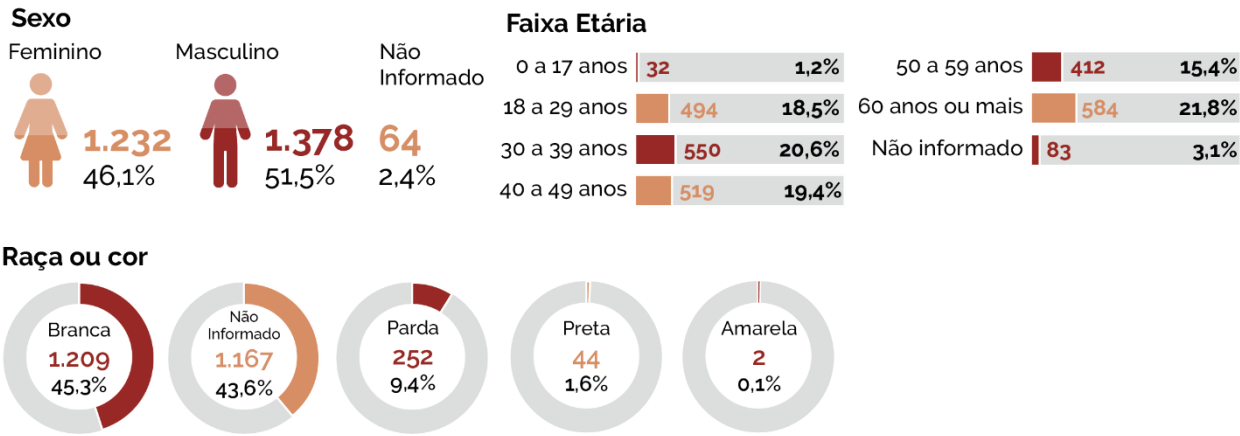
Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

No perfil das vítimas de roubo, furto ou estelionato, destacam-se o sexo masculino (51,5%), a faixa etária de 60 anos ou mais (21,8%) e a raça ou cor branca (45,3%). O estelionato é a ocorrência mais comum, presente em 54,7% dos casos.

Figura 29: Perfil das vítimas de roubo, furto ou estelionato



Fonte: SSP/SP, 2024.

Tabela 40: Fato comunicado

Fato comunicado	Quant.	(%)
Estelionato (art. 171)	1.462	54,7%
Furto (art. 155)	1.075	40,2%
Roubo (art. 157)	80	3,0%
Apropriação indébita (art. 168)	24	0,9%
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito, força da natureza (art. 169)	20	0,7%
Receptação (art. 180)	9	0,3%
Outras fraudes (art. 176)	3	0,1%
Furto de coisa comum (art. 156)	1	0,0%
Total	2.674	100,0%

Fonte: SSP/SP, 2024.

10.1.6. VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A 3. CRAS 2.2 e a 7. RURAL se destacam com o maior e menor percentual de vítimas de violência (por local de ocorrência) entre as regiões, apresentando variações em torno da média geral de (+) 12,5% e (-) 41,7%, respectivamente.

	Regiões geográficas	População residente	Vítimas de ocorrências	Indicador (%)
	7. RURAL	4.497	62	1,4%
	6. CRAS 4	9.664	149	1,5%
	2. CRAS 2.1	16.874	307	1,8%
	1. CRAS 1	16.160	321	2,0%
	4. CRAS 3.1	11.711	253	2,2%
	5. CRAS 3.2	24.863	652	2,6%
	3. CRAS 2.2	17.640	470	2,7%
	Não informado	-	190	-
	Município	101.409	2.404	2,4%

Fonte: IBGE, 2022; SSP/SP, 2024.

Definição: Vítimas de violência (SSP/SP) dividido pelo total da população residente, vezes 100

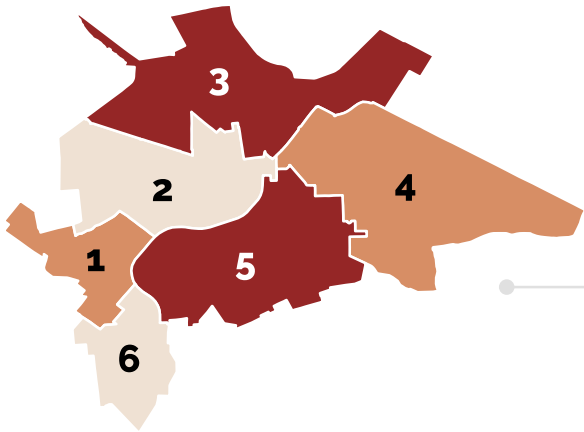
Menor Valor	7. RURAL	1,4%
Média	Assis	2,4%
Maior Valor	3. CRAS 2.2	2,7%

1,9 vezes

Razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda de Cores

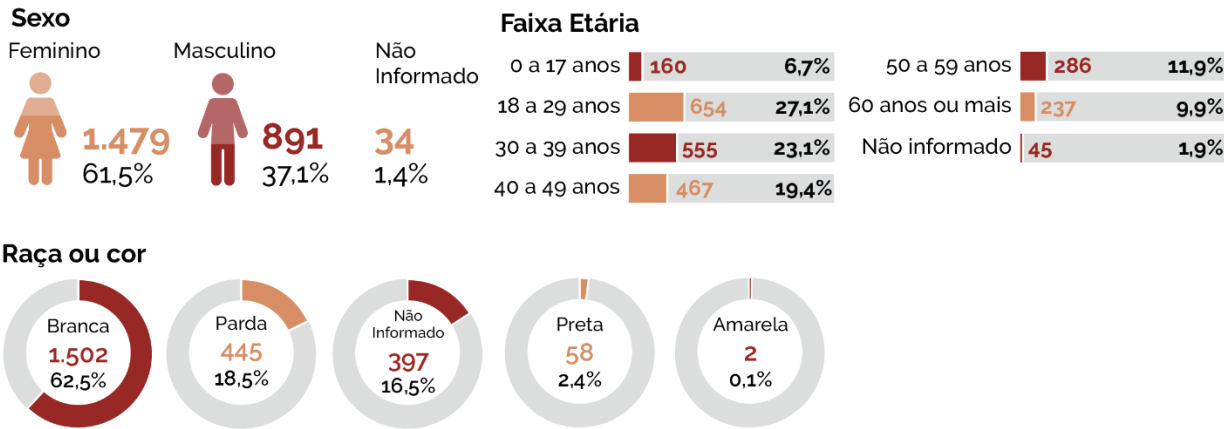
Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-	Zona rural de Assis.

No perfil das vítimas de violência, destacam-se o sexo feminino (61,5%), a faixa etária de 18 a 29 anos (27,1%) e a raça ou cor branca (62,5%). Com relação ao fato comunicado, destacam-se os casos de ameaça (30,2%), injúria (16,2%) e lesão corporal (14,4%).

Figura 30: Perfil das vítimas de violência



Fonte: SSP/SP, 2024.

Tabela 41: Fato comunicado

Fato comunicado	Quant.	(%)
Ameaça (art. 147)	725	30,2%
Injúria (art. 140)	389	16,2%
Lesão corporal (art. 129)	346	14,4%
Violência Doméstica	237	9,9%
Difamação (art. 139)	133	5,5%
Calúnia (art. 138)	79	3,3%
Descumprimento de medida protetiva de urgência (art. 24-A)	74	3,1%
Perseguir (art. 147-A)	62	2,6%
Vias de fato (art. 21)	56	2,3%
Invasão de dispositivo informático	50	2,1%
Autolesão	40	1,7%
Estupro de vulnerável (art.217-A)	22	0,9%
Homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302)	19	0,8%
Importunação Sexual (art. 215-A)	15	0,6%
Suicídio consumado	14	0,6%
Total	2.261*	94,1%

Fonte: SSP/SP, 2024.

Nota (*): As 143 ocorrências restantes (5,9%) estão agrupadas em 40 categorias diferentes que representam, cada uma, menos de 0,6% do total geral.

10.2. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN)

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) é uma ferramenta fundamental no contexto da vigilância em saúde pública no Brasil. Implementado pelo Ministério da Saúde, o SINAN coleta, transmite e dissemina dados relativos às doenças e agravos de notificação compulsória, contribuindo para a análise e tomada de decisões estratégicas no campo da saúde.

Com relação às notificações de violências, o SINAN desempenha um papel crucial. A violência é um problema complexo e multifacetado, que impacta diretamente a saúde e o bem-estar da população. Para abordar essa questão, o SINAN incorpora a notificação de diversos tipos de violência, incluindo física, psicológica, sexual e outras formas de maus-tratos, tanto em ambientes domésticos quanto em contextos públicos.

A coleta de dados sobre violências por meio do SINAN permite a identificação de padrões, a compreensão das circunstâncias e a detecção de grupos mais vulneráveis. Essas informações são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas, a alocação de recursos e a implementação de ações preventivas e de assistência às vítimas. A notificação compulsória dessas ocorrências visa garantir que os casos de violência sejam devidamente registrados e monitorados, possibilitando uma resposta mais rápida e adequada por parte dos serviços de saúde e de proteção social.

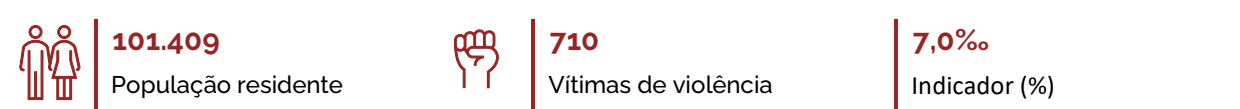
O processo de notificação de violências no SINAN envolve diversos atores, incluindo profissionais de saúde, instituições de segurança pública e órgãos de proteção social. Cada notificação registrada contribui para um banco de dados que subsidia análises epidemiológicas, monitoramento de tendências e avaliação de intervenções.

Ademais, o SINAN permite a integração de dados com outras bases de informações em saúde, promovendo uma abordagem mais abrangente e coordenada na gestão de agravos de violência. A qualidade e a precisão das notificações são essenciais para que as análises resultantes sejam confiáveis e possam orientar de maneira efetiva as ações de controle e prevenção.

10.2.1. VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA REGISTRADA NO SINAN

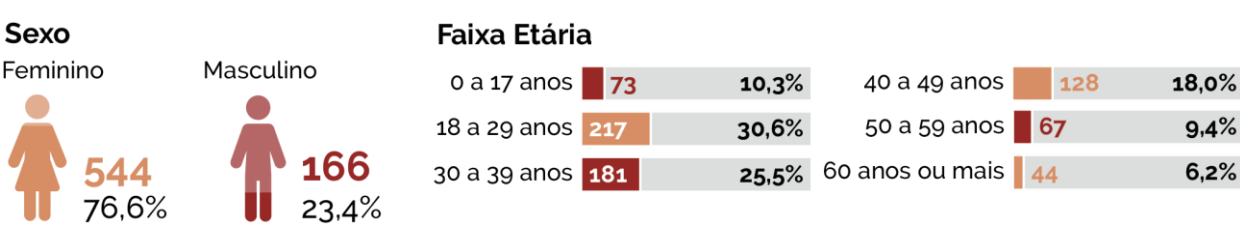
Durante o ano de 2024 o SINAN registrou 710 agravos de notificações de violência com vítimas residentes de Assis, uma taxa de 7 vítimas de violência a cada mil habitantes do município. No perfil das vítimas de violência destacam-se o sexo feminino (76,6%) e a faixa etária de 18 a 29 anos (30,6%).

Figura 31: Vítimas de violência registrada no SINAN



Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2024.

Figura 32: Perfil das vítimas de violência



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2024.

Com relação ao tipo de violência sofrida, destacam-se os casos de violência física (23,4%) e autoagressão (15,1%). Em 46,6% dos casos o tipo de violência não foi informado. Além disso, em 12,8% dos casos informados a violência já havia ocorrido outras vezes.

Tabela 42: Tipo de violência

Tipo de violência	Quant.	(%)
Não informado	331	46,6%
Violência física	166	23,4%
Autoagressão	107	15,1%
Violência psicológica ou moral	66	9,3%
Violência sexual	34	4,8%
Violência financeira	2	0,3%
Tortura	2	0,3%
Negligência ou abandono	2	0,3%
Total	710	100,0%

Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2024.

10.3. ÓBITOS POR CAUSAS EXTERNAS

Os óbitos por causas externas correspondem às mortes resultantes de fatores não naturais, ou seja, eventos que não decorrem de doenças ou condições internas do organismo, mas de circunstâncias como acidentes, violências e outros tipos de eventos traumáticos. Essas causas são classificadas de forma específica para melhor análise e formulação de políticas públicas.

As causas externas de mortalidade podem ser classificadas como:

- **Acidentes:** incluem ocorrências imprevistas e não intencionais, como acidentes de trânsito, quedas, afogamentos, intoxicações acidentais, entre outros;
- **Homicídio:** refere-se à morte causada intencionalmente por outra pessoa, podendo ocorrer em diferentes contextos de violência interpessoal;
- **Suicídio:** abrange as mortes resultantes de ações intencionais da própria pessoa contra si mesma;
- **Intervenção legal:** envolve óbitos causados por ações de agentes do Estado no exercício de suas funções legais, como intervenções policiais, em situações em que o uso da força resulta em morte;
- **Outros fatores:** como sequelas ou reações anormais a procedimentos médicos, causas externas não especificadas etc.

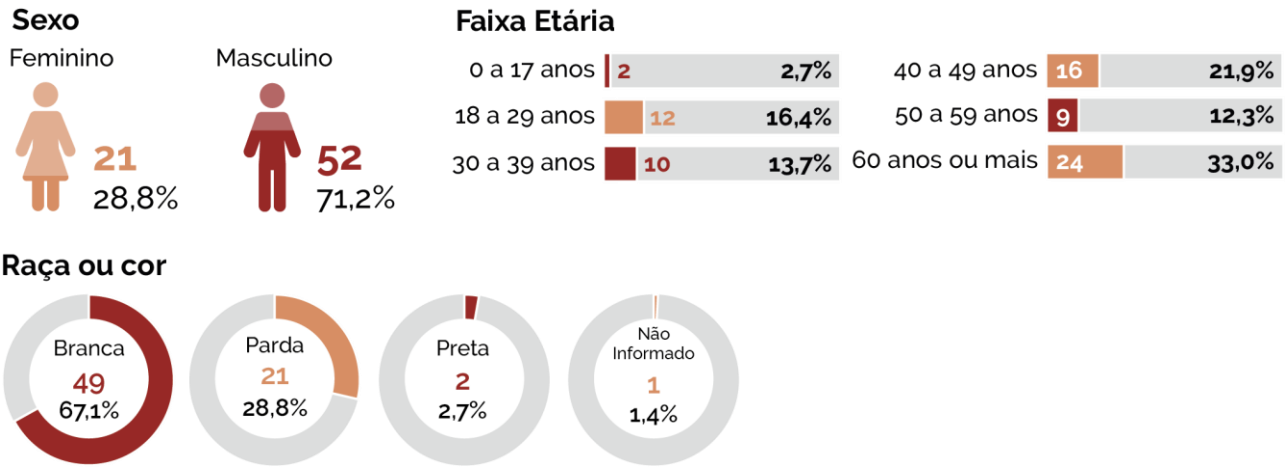
Durante o ano de 2024, foram registrados 73 óbitos de residentes de Assis decorrentes de causas externas. No perfil desses óbitos, destacam-se o sexo masculino (71,2%), a faixa etária de 60 anos ou mais (33,0%) e a raça ou cor branca (67,1%).

Figura 33: Óbitos por causas externas



Fonte: IBGE, 2022; Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2024.

Figura 34: Perfil dos óbitos registrados



Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2024.

Com relação ao tipo de causa externa, destacam-se os acidentes (41,1%) e outros fatores/não determinados (32,9%). Ainda assim, foram registrados 14 casos de suicídio, 4 de homicídio e 1 de intervenção legal.

Tabela 43: Tipo de causa externa

Causa externa	Quant.	(%)	
Acidentes	30	41,1%	
Outros fatores / Não determinados	24	32,9%	
Lesão autoprovocada	14	19,2%	
Homicídio	4	5,5%	
Intervenção legal	1	1,4%	
Total	73	100,0%	

Fonte: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 2024.

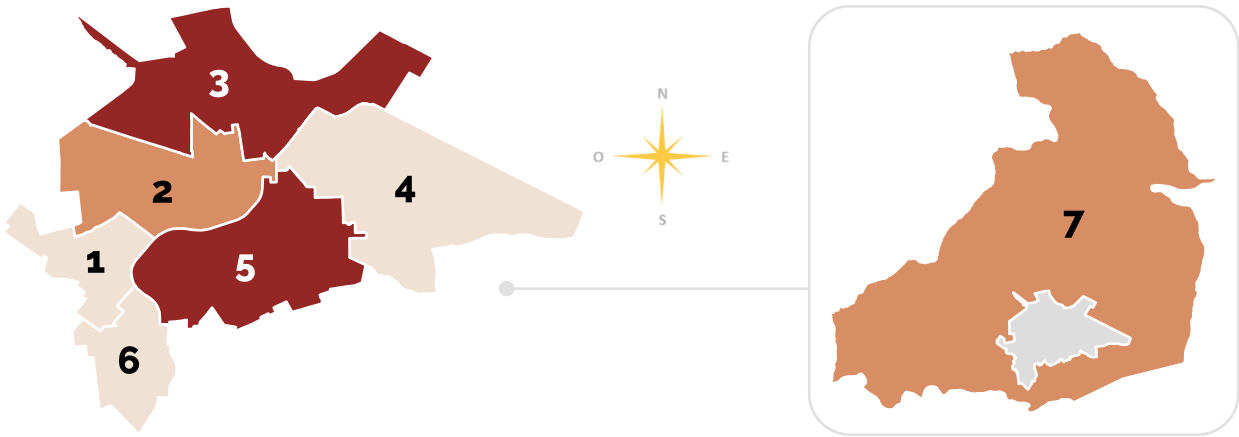
10.4. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA

Classificação Tercil	Indicadores Relacionadas à Segurança Pública – 6 Indicadores								
	Média Geral	7,3%	11,2%	6,5%	5,4%	2,6%	2,4%	Classificação Total	
		>	>	>	>	>	>		
	Regiões Geográficas	Vítimas de ocorrências registradas pela SSP/SP	Crianças e adolescentes vítimas de ocorrências	Mulheres vítimas de ocorrências	Pessoas idosas vítimas de ocorrências	Vítimas de roubo, furto ou estelionato	Vítimas de violência	Contagem de indicadores por região	Participação percentual por região
Baixo	6	3,8%	1,0	3,6%	3,7%	1,2%	1,5%	0	0,0%
	1	5,2%	1,5	5,3%	5,1%	1,7%	2,0%	0	0,0%
	4	6,8%	3,1	6,3%	5,1%	2,5%	2,2%	0	0,0%
Médio	2	7,0%	3,8	5,9%	4,0%	3,0%	1,8%	1	16,7%
	7	6,8%	1,5	9,2%	6,6%	2,9%	1,4%	3	50,0%
Alto	3	7,4%	3,5	6,8%	6,0%	2,4%	2,7%	4	66,7%
	5	9,2%	7,0	8,1%	6,3%	3,6%	2,6%	5	83,3%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas				4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5			Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4		Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Paraná; Jd. Alvorada; Prq. Das Acácias...	7	-		Zona rural de Assis.

11. RANKING GERAL DE INDICADORES

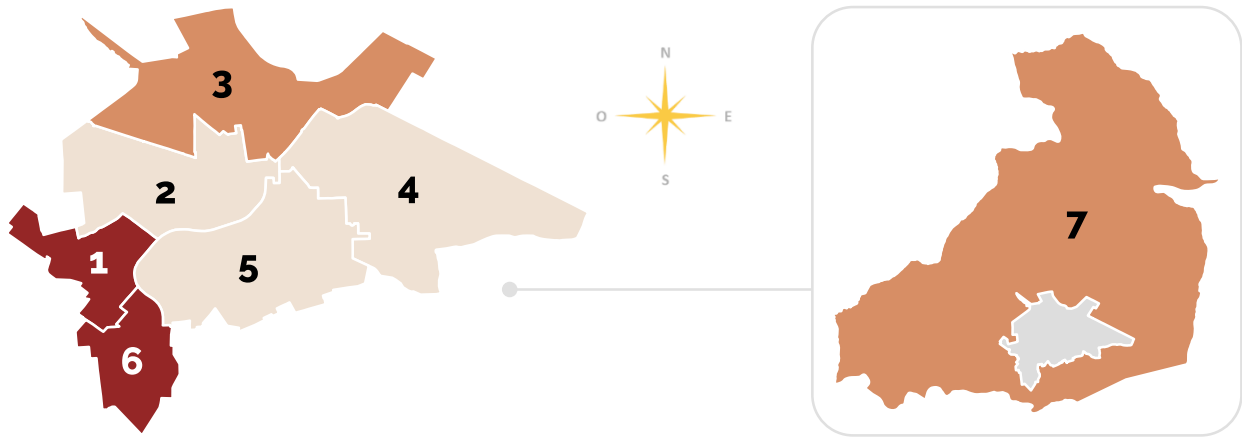
O quadro a seguir sintetiza todos os resultados apresentados até aqui, mostrando o total de indicadores acima da média municipal em cada região geográfica por eixo temático.

Classificação Tercil	Indicadores acima da média do município, por eixo – 42 Indicadores									
	TOTAL	7	9	5	12	3	6	CLASSIFICAÇÃO TOTAL		
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Indicadores do Perfil Demográfico	Indicadores do Perfil Socioeconômico	Indicadores Relacionados a Habitação	Indicadores Relacionados à Assistência Social	Indicadores Relacionados à Educação	Indicadores Relacionados à Segurança Pública	TOTAL DE INDICADORES ACIMA DA MÉDIA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (%)	RANKING GERAL DE VULNERABILIDADE
	1. CRAS 1	4	8	2	12	3	-	29	69,0%	1º
	6. CRAS 4	4	8	2	12	3	-	29	69,0%	
	3. CRAS 2.2	4	7	1	7	3	4	26	61,9%	2º
	7. RURAL	4	4	4	1	2	3	18	42,9%	3º
	5. CRAS 3.2	2	1	1	-	-	5	9	21,4%	4º
	2. CRAS 2.1	2	3	-	1	1	1	8	19,0%	5º
	4. CRAS 3.1	2	-	-	-	-	-	2	4,8%	6º

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2025.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas			4	CRAS 3	Vila Fiuza; Jd. Morumbi; Jd. Amaury...
1	CRAS 1	Jd. Nossa Sra. de Fátima; Vila Maria Isabel...	5		Centro; San Fernando Valley; Vila Xavier...
2	CRAS 2	Vila Central; Vila Orestes; Prq. Universitário...	6	CRAS 4	Jd. 3 Américas; Jd. Eldorado; Prq. Colinas...
3		Jd. Morumbi; Jd. Amaury...	7	-	Município de Assis/SP

12. PRINCIPAIS DESTAQUES DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O diagnóstico fundamenta-se no conceito de território como 'componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos' (SANTOS apud SAQUET; SILVA, 2008). Esta perspectiva é essencial para a Política Pública Socioassistencial, pois permite compreender as especificidades do 'chão' onde as relações sociais ocorrem. Legalmente, o estudo alinha-se às diretrizes da Vigilância Socioassistencial e utiliza o setor censitário do IBGE como unidade territorial básica (Lei dos limites político-administrativos).

Metodologicamente, o uso de indicadores sociais — definidos por Januzzi (2004) como medidas quantitativas com significado social substantivo — permite operacionalizar conceitos abstratos para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, superando a 'cegueira' das médias municipais.

Este documento apresenta um resumo do Diagnóstico Socioterritorial do município de Assis/SP (2024-2025), com o objetivo de melhor direcionar os esforços na qualificação das ofertas públicas do município, em especial considerando a necessidade de busca por equidade na ampliação das ofertas. Por isso, o presente visa identificar as áreas de maior vulnerabilidade social, utilizando dados georreferenciados para subsidiar a tomada de decisão e o aprimoramento das políticas públicas municipais.

A população residente de Assis é de 101.409 habitantes (Censo 2022). O perfil demográfico indica um envelhecimento populacional progressivo, com 77,2% dos óbitos ocorrendo na faixa de 60 anos ou mais. No âmbito socioeconômico, destacam-se disparidades regionais significativas em termos de renda e configuração familiar (como por exemplo as unidades monoparentais femininas).

O diagnóstico dividiu o município em 7 regiões geográficas, as quais servem ao propósito de reconhecer realidade intraurbanas que precisam ser enfrentadas para a qualificação e efetivação das políticas municipais. O ranking de vulnerabilidade, baseado em

42 indicadores, identificou as áreas com maior concentração de carências. Os principais pontos de atenção por eixo evidenciam desafios distintos nas diversas áreas analisadas.

12.1. PANORAMA DOS 42 INDICADORES POR REGIÃO

Os 42 indicadores estão distribuídos em 6 eixos: Perfil Demográfico (7), Perfil Socioeconômico (9), Habitação (5), Assistência Social (12), Educação (3) e Segurança Pública (6). A tabela abaixo sintetiza a incidência de indicadores acima da média municipal:

Tabela x – Síntese dos Indicadores de Vulnerabilidade por Região

Região	Indicadores > Média	% de Participação	Vulnerabilidade
1. CRAS 1 (CRAS 1)	29	69,0%	Muito Alta
6. CRAS 4 (CRAS 4)	29	69,0%	Muito Alta
3. CRAS 2.2 (CRAS 2)	26	61,9%	Alta
7. RURAL (Zona Rural)	18	42,9%	Média
5. CRAS 3.2 (Centro)	9	21,4%	Baixa
2. CRAS 2.1 (Vila Central)	8	19,0%	Baixa
4. CRAS 3.1 (Vila Flúza)	2	4,8%	Muito Baixa

Fonte: Painel, 2026

De forma sintética os indicadores observados por eixos revelam que, no âmbito da assistência social, as Regiões 1 e 6 destacam-se pela concentração do maior número de famílias inscritas no CadÚnico, cuja renda não ultrapassa 1/8 do salário mínimo, revelando um elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica. Relativamente à segurança pública, a 5. CRAS 3.2 (Centro) apresenta o maior índice de vítimas de ocorrências registradas, com 9,2%, enquanto a 3. CRAS 2.2 lidera em número de vítimas de violência, conforme dados provenientes do SINAN. No que diz respeito à saúde, observa-se uma taxa de mortalidade infantil de 15,3 por mil nascidos vivos, sendo notória a necessidade de aprimorar o acompanhamento pré-natal, dado que 10,9% das gestantes realizaram um número insuficiente de consultas. Finalmente, no eixo da educação, impõe-se a necessidade de atuação focalizada na correção da distorção idade-série, bem como na promoção da alfabetização de adultos, sobretudo em regiões periféricas.

12.2. PRINCIPAIS DESAFIOS POR REGIÃO

Na 1. CRAS 1 (CRAS 1), observa-se uma concentração significativa de famílias vivendo em extrema pobreza, caracterizada por rendas inferiores a 1/8 do salário mínimo. A região também registra um grande déficit assistencial, evidenciado pela alta demanda pelos serviços de proteção básica, com destaque para a procura pelo CadÚnico. Adicionalmente, há forte vulnerabilidade habitacional, refletida nas condições insatisfatórias relacionadas ao saneamento básico e ao esgotamento sanitário.

Já na 6. CRAS 4 (CRAS 4), destaca-se a dependência jovem, ou seja, há uma elevada proporção de crianças e adolescentes em comparação à população economicamente ativa. A insegurança alimentar é um ponto crítico, considerando o expressivo número de beneficiários do Programa Bolsa Família. Soma-se a isso a insuficiência da infraestrutura educacional, que demanda ampliação de vagas escolares e correções no fluxo escolar para atender adequadamente à população local.

Na 3. CRAS 2.2 (CRAS 2), a violência interpessoal é um dos principais desafios, havendo um índice elevado de notificações de casos registrados pelo SINAN. Os indicadores de saúde materno-infantil também preocupam, pois apresentam taxas consideráveis de pré-natal insuficiente e de mortalidade infantil. Além disso, predomina a vulnerabilidade social, marcada principalmente pela presença de unidades familiares monoparentais femininas, reforçando a necessidade de políticas específicas voltadas para esse público.

A 7. RURAL, correspondente à Zona Rural, enfrenta obstáculos relacionados ao acesso a serviços públicos, uma vez que a distância física até os principais centros de atendimento, como CRAS e unidades de saúde, é relevante. Os moradores também encontram dificuldades devido à deficiência na prestação de serviços básicos, como coleta de lixo e abastecimento de água. Um aspecto adicional preocupante é a segurança rural, já que o número de vítimas de ocorrências criminais supera a média esperada para a densidade populacional local.

No Centro (5. CRAS 3.2), as questões de segurança patrimonial são proeminentes, com maior incidência de registros de furtos e roubos. A região destaca-se ainda pelo envelhecimento da população, apresentando alta concentração de idosos, o que demanda políticas específicas de cuidado para garantir qualidade de vida a esse grupo. Outro desafio enfrentado é a violência urbana, expressa pela prevalência de ocorrências administrativas e crimes de trânsito.

Na Vila Central (2. CRAS 2.1), o envelhecimento populacional é bastante acentuado, registrando o maior índice do município, com 171,2%. Em decorrência disso, há uma elevada demanda por internações hospitalares motivadas por doenças circulatórias, especialmente entre os idosos. O isolamento social também merece atenção, pois muitos idosos residem sozinhos em domicílios unipessoais, aumentando o risco de vulnerabilidades diversas.

Por fim, na 4. CRAS 3.1 (Vila Fiuza), a ênfase recai sobre a manutenção da qualidade de vida, exigindo monitoramento constante de focos pontuais de vulnerabilidade. A integração territorial revela-se fundamental para evitar processos de segregação socioespacial, sobretudo em áreas de maior renda. Destaca-se ainda a importância da prevenção, objetivando preservar os baixos índices de criminalidade e evasão escolar atualmente observados na localidade.

13. RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Com base nos desafios identificados, apresentam-se recomendações estratégicas para mitigar as vulnerabilidades constatadas. A implementação das recomendações estratégicas para o território de Assis deve observar o arcabouço normativo e teórico das políticas públicas brasileiras, alinhando ações à legislação vigente em cada esfera de governo e às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É essencial que tais recomendações sejam pautadas pelo princípio da Equidade Territorial, garantindo que a alocação de recursos seja orientada pelo ranking de vulnerabilidade.

Considerando as especificidades regionais, destaca-se, em primeiro plano, a **necessidade de fortalecer a rede de proteção social nas Regiões 1 e 6**, por meio de investimentos direcionados à infraestrutura e valorização, por meio do reforço nas equipes técnicas dos CRAS 1 e 4. Tal medida está alinhada à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei n.º 8.742/1993), que determina a territorialização e a descentralização político-administrativa como princípios para a garantia do acesso e da equidade na proteção social básica, especialmente no enfrentamento da extrema pobreza. Tal processo é respaldado pelas regulamentações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pelos parâmetros estaduais que orientam a administração municipal na destinação territorializada dos recursos bem como por outras regulamentações estaduais e municipais voltadas ao direcionamento de recursos para áreas com maior vulnerabilidade, garantindo assim uma resposta mais eficaz às situações de extrema pobreza.

No âmbito da saúde, destaca-se a necessidade **de implementação de um programa de busca ativa para gestantes**, sobretudo nas regiões que apresentam maior incidência de pré-natal insuficiente e, conseqüentemente, elevação da mortalidade infantil. Esta recomendação fundamenta-se na Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 2.436/2017 do Ministério da Saúde) e na própria LOAS, que preconizam a articulação entre as políticas de saúde e assistência para a promoção de direitos, a redução de vulnerabilidades e o fortalecimento do acompanhamento familiar, sobretudo em territórios

marcados por desigualdades. Assim, recomenda-se a adoção de **protocolo integrado entre a Estratégia Saúde da Família (ESF), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e demais serviços socioassistenciais**, com foco na busca ativa de gestantes especialmente na 3. CRAS 2.2, garantindo o direito à saúde integral e à redução das desigualdades. O fortalecimento das ações de busca ativa contribui para o cumprimento das metas pactuadas no Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil, alinhando-se ainda às diretrizes municipais de promoção da saúde materno-infantil.

No âmbito da segurança comunitária, torna-se imprescindível o desenvolvimento de **programas de prevenção à violência, com especial foco em mulheres e jovens nas Regiões 3 e 5**, onde os índices de ocorrências e notificações do SINAN são mais expressivos, com ênfase na prevenção da violência doméstica e juvenil na 3. CRAS 2.2 e no monitoramento patrimonial na 5. CRAS 3.2. Tal orientação está respaldada pela Política Nacional de Segurança Pública (Lei n.º 13.675/2018), bem como pelo Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica, que determinam a necessidade de ações preventivas, integradas e territorializadas, promovendo a articulação entre políticas sociais, órgãos de proteção e sistemas de justiça, ou seja, reforçam articulando políticas sociais e dispositivos de proteção junto aos órgãos municipais, estaduais e federais em consonância com as estratégias estaduais e municipais de enfrentamento à violência.

No domínio da promoção da autonomia e da cidadania, recomenda-se a ampliação dos programas de transferência de renda e qualificação profissional, com ênfase no apoio a unidades monoparentais femininas, as quais se mostram prevalentes nas áreas de maior pobreza. Portanto, há recomendação de programas de qualificação profissional direcionados às mulheres chefes de família (monoparentalidade) nas regiões 1, 6 e 3 encontra amparo na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), que prevê a promoção da autonomia econômica das mulheres, e nas políticas nacionais de promoção da igualdade de gênero e de enfrentamento à pobreza, como o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único. A articulação dessas iniciativas é igualmente incentivada pelas diretrizes estaduais de inclusão produtiva e pelos instrumentos de planejamento municipal voltados à equidade de gênero e à geração

de oportunidades. Esta ação atende às diretrizes da LOAS e do Programa Bolsa Família (Lei n.º 10.836/2004), que reconhecem a importância da transferência de renda como instrumento de superação das vulnerabilidades sociais, devendo ser articulada a políticas de qualificação profissional, conforme previsto nos Planos Municipais de Assistência Social.

A educação de jovens e adultos também merece atenção, sendo fundamental intensificar **projetos de EJA e ações de correção de fluxo escolar, visando reduzir a distorção idade-série** observada no diagnóstico. Tal iniciativa encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n.º 9.394/1996), que estabelece como dever do poder público a oferta de educação básica adequada a todos, e é reforçada por políticas estaduais e municipais que tratam da universalização do acesso e da permanência na escola.

Destaca-se também a necessidade de melhoria da infraestrutura habitacional e urbana na Zona Rural (7. RURAL), onde, apesar da menor densidade populacional, persistem indicadores críticos no acesso a serviços básicos. Portanto, destaca-se a necessidade de implementação de soluções descentralizadas de saneamento e de sistemas de coleta de resíduos na 7. RURAL. Esta recomendação fundamenta-se na Lei Federal n.º 11.445/2007, que institui as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e nas legislações estaduais e municipais relativas ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento rural sustentável, reforçando o dever do Estado de garantir o acesso universal à água potável, coleta de resíduos e saneamento, em consonância com o princípio da equidade territorial, ou de redução das desigualdades territoriais.

Por fim, **a formulação de políticas para longevidade, voltadas à adaptação urbana e à oferta de serviços de saúde domiciliar na 2. CRAS 2.1**, onde predomina a população idosa, fundamenta-se no Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003) e na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Essas normativas orientam a criação de ambientes urbanos acessíveis, a priorização do atendimento domiciliar e o desenvolvimento de ações intersetoriais para a promoção do envelhecimento ativo e saudável, em conformidade com os parâmetros de proteção social definidos nos planos nacionais, estaduais e municipais.

13.1. CONVERGÊNCIAS E LACUNAS POR EIXO ESTRATÉGICO

Esta seção realiza uma comparação técnica entre as recomendações derivadas do Diagnóstico Socioterritorial (2024-2025) e as políticas públicas atualmente executadas pela Prefeitura Municipal de Assis. O objetivo é identificar onde as ações municipais já convergem com as necessidades diagnosticadas e onde residem lacunas que demandam atenção prioritária.

No eixo da Educação, destaca-se a recomendação de expansão da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A política pública atualmente em vigor já contempla essa necessidade, com matrículas abertas para a EJA em 2026, abrangendo jovens, adultos e idosos. Isso demonstra uma convergência alta, pois a prefeitura mantém uma política ativa de busca pela alfabetização, alinhando-se diretamente à recomendação do diagnóstico.

No campo da Saúde, a recomendação é fortalecer a busca ativa para o pré-natal. A Estratégia Saúde da Família (ESF) está implementada, com uma média de sete consultas por gestante. No entanto, ainda existe uma insuficiência de 10,9%, indicando que, embora a estrutura esteja presente, falta eficácia na busca ativa para reduzir a mortalidade infantil, que permanece em 15,3 por mil nascidos vivos. Assim, identifica-se uma lacuna parcial: há avanços, mas a efetividade ainda não é suficiente para atingir os objetivos propostos.

Em relação à Assistência Social, o foco está nas Regiões 1 e 6, onde a concentração de pobreza é mais acentuada. O atendimento é realizado por meio dos CRAS 1 e 4, além de programas como o Bolsa Família. Contudo, os indicadores mostram que, apesar da existência dessas unidades, a intensidade dos serviços ofertados não acompanha a demanda, exigindo ações mais robustas. Portanto, há uma lacuna de intensidade, pois os serviços precisam ser ampliados para responder adequadamente ao grau de vulnerabilidade dessas regiões.

No eixo da Segurança, a recomendação é a prevenção à violência. A prefeitura investiu em monitoramento por câmeras e firmou convênios com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP/SP). Apesar disso, existe uma lacuna temática, pois o foco atual está voltado para o patrimônio e a vigilância, enquanto há carência de políticas

sociais preventivas voltadas especificamente para a violência doméstica e juvenil, que são demandas identificadas no diagnóstico.

No que diz respeito à Renda, a recomendação é apoiar famílias monoparentais, especialmente aquelas chefiadas por mulheres. Existem programas de transferência de renda via CadÚnico e parcerias para qualificação profissional. Isso representa uma convergência média: os programas estão implementados, mas a eficácia na promoção da autonomia financeira das mulheres ainda enfrenta desafios, dada a alta vulnerabilidade social dessas famílias.

Por fim, no eixo da Infraestrutura, com foco na Zona Rural (7. RURAL), foram realizadas obras recentes em pontes e estradas rurais, como a Ponte da Água do Matão. Isso evidencia uma convergência em infraestrutura, com atenção à mobilidade rural. No entanto, persiste uma lacuna em relação à oferta de serviços sociais e de saúde descentralizados para a população rural, que ainda enfrenta dificuldades de acesso a esses serviços essenciais.

13.2. ANÁLISE DE PONTOS CRÍTICOS

A gestão municipal demonstra forte alinhamento no eixo de Educação, especialmente com a continuidade e promoção da EJA, o que atende diretamente à recomendação de combate ao analfabetismo funcional. Na infraestrutura rural, as intervenções em pontes e estradas mostram que a prefeitura reconhece a necessidade de integração da 7. RURAL.

A principal lacuna reside na intersetorialidade da Segurança Pública. Enquanto a prefeitura investe em tecnologia de monitoramento, as recomendações do diagnóstico sugerem que a solução para os altos índices de violência nas Regiões 3 e 5 passa por ações sociais territorializadas, e não apenas repressivas ou de vigilância. Além disso, a mortalidade infantil acima da média nacional indica que a rede de saúde precisa de um protocolo de busca ativa mais agressivo para gestantes faltosas.

Assis possui uma rede socioassistencial e de saúde bem estabelecida, mas o diagnóstico revela que a distribuição de recursos precisa ser mais desigual — no sentido de dar mais a quem mais precisa (Regiões 1 e 6). Recomenda-se a criação de um comitê intersetorial para monitorar os 42 indicadores e ajustar as metas do Plano Plurianual (PPA) às realidades geográficas identificadas.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS: URGÊNCIA DA INTERVENÇÃO TERRITORIALIZADA EM ASSIS/SP

A formulação de políticas públicas eficazes exige o abandono da perspectiva da média estatística e a adoção de uma **abordagem territorializada**, que reconheça e atue sobre as disparidades geográficas. O Diagnóstico Socioterritorial de Assis/SP não apenas mapeia a vulnerabilidade, mas impõe um imperativo ético e técnico para a gestão municipal: a urgência da intervenção nos territórios de maior carência.

14.1. O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE

A análise do diagnóstico se ancora na concepção de "território" como um espaço vivido e construído socialmente, conforme postulado por Milton Santos. O território não é um mero palco geográfico, mas sim o local onde as relações sociais e econômicas se manifestam de maneira desigual.

Ao identificar que as Regiões 1 e 6 concentram 69,0% dos 42 indicadores de vulnerabilidade acima da média municipal, o diagnóstico demonstra que a desigualdade em Assis é **geograficamente concentrada**. Ignorar essa concentração e aplicar políticas uniformes seria, teoricamente, perpetuar a injustiça social, pois a alocação de recursos não estaria respondendo à real intensidade da necessidade.

14.2. O IMPERATIVO DA EQUIDADE NA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A urgência da intervenção nos territórios mais vulneráveis encontra respaldo direto no marco legal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A Vigilância Socioassistencial é o braço técnico que exige a elaboração de estudos e diagnósticos para 'ampliar o entendimento sobre os territórios' e subsidiar o aprimoramento contínuo das políticas sociais.

O princípio norteador para a ação deve ser a **equidade**. A Constituição Federal de 1988 estabelece a Assistência Social como direito fundamental, e a efetivação desse direito passa

pela priorização de quem mais precisa. A intervenção imediata nas Regiões 1 e 6 não é um favor, mas o cumprimento do dever constitucional de promover a justiça social.

14.3. A URGÊNCIA DA AÇÃO: RISCO E VULNERABILIDADE AGUDA

A concentração de indicadores críticos nas Regiões 1 e 6 (extrema pobreza, déficit assistencial, dependência jovem) e na 3. CRAS 2.2 (violência interpessoal e fragilidade na saúde materno-infantil) aponta para um estado de **vulnerabilidade aguda**. A inação ou a lentidão na resposta a esses dados não apenas mantém as famílias em situação de risco, mas compromete o desenvolvimento humano e social de toda a municipalidade. A alta taxa de mortalidade infantil e a violência, por exemplo, são indicadores que exigem uma resposta intersetorial e imediata, que transcenda a capacidade isolada de uma única secretaria.

Portanto, a defesa das recomendações propostas deve ser pautada **na priorização de recursos e esforços** para as Regiões 1 e 6. A intervenção territorializada é a única via para transformar o diagnóstico em política pública efetiva, garantindo que o desenvolvimento de Assis/SP seja equitativo e sustentável.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF:

Presidência da República, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm [acesso em: 20 de outubro de 2025].

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica 2023. Brasília, DF: INEP, 2024.

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. Maio, 2012.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

TRIOLA, Mario Ferreira. Introdução a Estatística. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. Geo UERJ, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008.



a informação **TRANSFORMA** o mundo

www.painelpesquisas.com.br

e-mail: atendimento@painelpesquisas.com.br

Tel: (55) 47 3025 5467 **Cel:** (55) 47 9 9993 1043

SÃO PAULO 

*Rua Buenos Aires, 611
Sala 53 | Guarujá/SP*

SANTA CATARINA 

*Rua Alexandre Döhler, 129,
Sala 1004 | Joinville/SC
(47) 3025-5467*

painel

Pesquisas e Consultoria

a informação **TRANSFORMA** o mundo

Idealização:



Apoio

SECRETARIA
MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA
SOCIAL



PREFEITURA DE
Assis
#Juntos por um novo tempo